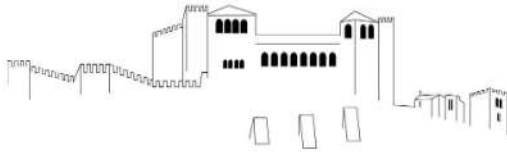
**ATA N.º 9/2021****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021**

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, no Teatro Miguel Franco, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram presentes os seguintes deputados:

1. Abel de Oliveira Vieira;
2. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
3. Adriano Barreiro Neto;
4. Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho;
5. António Lacerda Sales;
6. António Ferreira Pereira de Melo;
7. Artur Rogério de Jesus Santos;
8. Carlos Alberto Garcia Poço;
9. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
10. Céline Moreira Gaspar;
11. Cristiana Duarte Pinto;
12. Eugénia Maria de Jesus Costa;
13. Fábio Micael Costa Bernardino;
14. Fernando Paulo Mateus Elias;
15. Filomena Marília Henriques Carvalho;
16. Helena Cristina da Fonseca Brites;
17. Hugo Miguel Heleno Morgado;
18. Joana Brito Cartaxo;
19. João Paulo Lavos de Morais;
20. José Artur das Neves Ferreira;
21. José Carlos Matias Filipe;
22. José da Silva Alves;
23. José Manuel da Cunha;
24. José Pereira dos Santos;
25. Júlio Paulo Videira de Jesus;
26. Luís Manuel Coelho Prata;
27. Luís Paulo Pereira Fernandes;

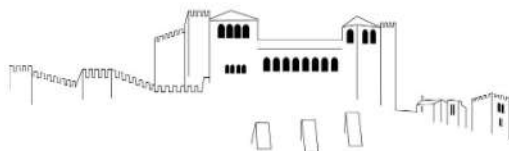


Município de Leiria
Assembleia Municipal

28. Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
29. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;
30. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Serôdio;
31. Maria Margarida Guarda Verdades de Sá;
32. Mário de Sousa Gomes;
33. Mário João Ley Garcia;
34. Mário Rodrigues;
35. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
36. Nelson Manuel Carreira Ferreira;
37. Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão;
38. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
39. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
40. Paulo Pedrosa Pedro;
41. Pedro António Amado da Assunção;
42. Raul Testa Fortunato Faustino;
43. Renato José dos Santos Cruz;
44. Sandro Miguel Monteiro Ferreira;
45. Sofia da Silva Francisco;
46. Telma Carreira Curado;
47. Telmo Filipe Moreira Marques;
48. Tiago António Leal Duarte;
49. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
50. Vítor Manuel Casimiro Matos;

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Catarina de Moura Louro;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Anabela Fernandes Graça;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes;
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

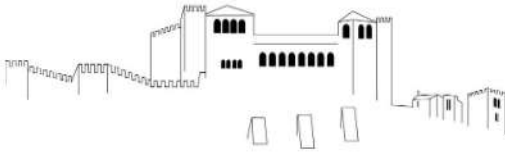
Os seguintes deputados municipais solicitaram a sua **substituição**:

- Tiago Gago dos Santos (Freguesia de Bidoeira de Cima), substituído por Telma Alexandra Agostinho do Outeiro (Secretária JF).

A sessão foi presidida pelo senhor **António Lacerda Sales, Presidente da Assembleia Municipal**, e secretariada por **José da Silva Alves, 1.º Secretário da Mesa**, e **Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, 2.ª Secretária da Mesa**.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram **21h00** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- 1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**
- 2. Proposta de criação dos serviços do Município de Leiria, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e em conformidade com as regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto - Competências da Assembleia Municipal - Apreciação, discussão e votação;**
- 3. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria - Adequação da estrutura orgânica, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, alterada - Competências da Assembleia Municipal (artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009) - Apreciação, discussão e votação;**
- 4. Documentos Previsionais:**
 - 4.1. Demonstrações Orçamentais Previsionais 2022-2026. Demonstrações Financeiras Previsionais, Mapa de Pessoal, Plano de Formação, Perfis de Competências e Relatório da Proposta de Orçamento dos SMAS de Leiria para 2022. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Leiria - Apreciação, discussão e votação;**
 - 4.2. Proposta de Demonstrações Orçamentais Previsionais 2022-2026, Demonstrações Financeiras Previsionais, Mapa de Pessoal, Plano de Formação e Relatório da Proposta de Orçamento Instrumentos Previsionais do Município de Leiria para 2022 - Apreciação, discussão e votação;**
 - 4.3. Plano de Atividades e Orçamento para 2022 do Teatro José Lúcio da Silva - Apreciação, discussão e votação;**
- 5. Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Leiria e o Teatro José Lúcio da Silva - Apreciação, discussão e votação;**



- 6. Petição em prol do alargamento dos horários do serviço público de transporte de passageiros Mobilis para que as 9 linhas circulem dia e noite, todos os dias, incluindo fins de semana e feriados, e com reforço na periodicidade** - Apreciação, discussão e votação;
- 7. Petição "Reabertura da antiga EB do Souto de Cima para o ensino pré-escolar"** - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António Lacerda Sales**, a todos cumprimentou e deu início à última sessão ordinária do ano de 2021.

De seguida referiu os senhores deputados que solicitaram a sua substituição na sessão e enumerou os seus substitutos.

Continuando a sua intervenção o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António Lacerda Sales**, enumerou as representações da Assembleia Municipal (Dra. Célia Afra):

- **4/12/2021** – Apresentação do livro "Opus 75" (convite Orfeão de Leiria);
- **5/12/2021** – Concerto com história "A volta ao mundo de Fernão de Magalhães" (convite Orfeão de Leiria);
- **8/12/2021 - 10h** – Sessão solene 148º aniversário da SAMP / **18h** – Apresentação Auto de Natal (convite da Sociedade Artística e Musical Pousense).

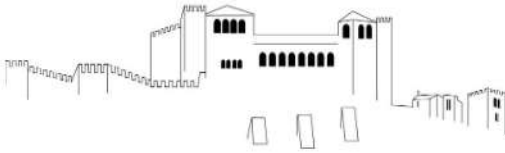
Como tem vindo a ser feito em outras Assembleias Municipais, e de modo a não retirar aos munícipes o seu direito a usar da palavra na sessão, também a Assembleia Municipal de Leiria permitiu a sua inscrição, tendo-se inscrito um munícipe.

Munícipe David da Piedade Ferreira

Transcrição:

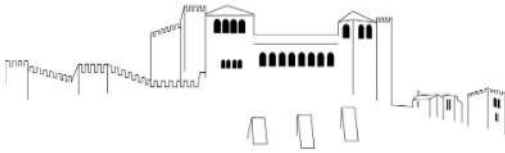
"Boa noite a todos.

Exmo. senhor Presidente da Mesa permita-me que, para gerir os meus 5 minutos, na sua pessoa comprimente todos os presentes. Chamo-me David da Piedade Ferreira e a mensagem que vos trago hoje, digamos, o primeiro ponto que queria marcar não tem qualquer caráter político ou partidário. Eu e os meus colegas aqui presentes somos habitantes das chamadas Carpalhosas, mais precisamente no Vale da Pedra, uma aldeia que fica na União de Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa. Nos dias de hoje, os autarcas têm evoluído de acordo também com as necessidades das populações. A partir do momento em que conseguimos ir satisfazendo as necessidades das populações, os próprios autarcas vão-se adaptando e vemos autarcas, quer Presidentes de Junta, quer Presidentes de Câmara ou Secretários de Estado ou quase Ministros a preocuparem-se cada vez mais com outro tipo de necessidades e que não as básicas, e aqui refiro-me à



Município de Leiria
Assembleia Municipal

atração de investimento, à promoção turística ou de apoios sociais e..., mas tudo isto faz sentido quando as necessidades básicas foram satisfeitas e eu trago-vos o exemplo aqui hoje para vos sensibilizar nesse sentido sobre as Carpalhosas. As Carpalhosas, como disse, é um conjunto de cerca de 10 aldeias, sensivelmente, dentro de uma freguesia. Somos unidos pela capela que existe no Vale da Pedra, é, digamos, o lugar mais importante, e ao longo das últimas décadas temos tido várias necessidades de requalificação de estradas e sempre que batemos nessa necessidade e reclamamos essa necessidade a resposta, e bem, é que não podemos requalificar estradas enquanto o saneamento não passar. O problema é que há décadas que o saneamento não passa e há décadas que estamos presos a esta necessidade, e faz todo o sentido, não faz sentido alcatroar uma estrada quando passados 2 ou 3 anos poderá ela ser depois toda destruída, há uma gestão de custos, há uma gestão de recursos que são sempre escassos, o que é normal, que tem de ser feita e os bons gestores, neste caso de dinheiro público, têm de ter essa preocupação. O problema é que o resultado final é mau. Neste momento, estamos presos a três grandes aspetos nestas aldeias. Primeiro, temos estradas alcatroadas que já foram alcatroadas há 30 ou 40 anos que, ao longo desses 30 40 anos, foram simplesmente tapadas, os buracos foram tapados com alcatrão frio, e então temos uma manta de retalhos que, obviamente, são uma preocupação e são um perigo para a segurança rodoviária. Segundo, não temos um único metro de passeio pedonal que, obviamente, é, digamos, uma infraestrutura fundamental para a segurança de quem caminha feito pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal e por fim, não temos saneamento. Quando faço este cenário, amigos meus que não são de Leiria, imaginam aquelas aldeias de para lá de Trás-os-Montes onde há quatro casas e moram dois velhotes. Penso que muita gente não conhece as Carpalhosas, fica o convite para nos conhecer, para vos dar uma ideia de dimensão e de quantas pessoas moram ali, não temos acesso aos Censos, mas o número mais fiável é o número das últimas eleições autárquicas, tínhamos 753 eleitores inscritos. Julgo, infelizmente, somos o último agrupamento com 750 eleitores que não têm saneamento, não tem passeios e as estradas estão em mau estado. Durante muitos anos havia aquela história que quando havia investimento nas Juntas de Freguesia, as Juntas de Freguesia eram escolhidas por ordem alfabética, os investimentos eram feitos por ordem alfabética, calhava no Souto, nós pertencemos ao Souto, éramos os últimos e dentro Souto somos do Vale da Pedra, como vê éramos a Liga dos últimos. Faz parte da nossa história sermos quase sempre os últimos ou sempre os últimos e temos evidências do sermos escolhidos para sermos os últimos ao longo destes anos. Vou-vos dar uma data, que é do desconhecimento da maior parte das pessoas. 25 de fevereiro de 73, isto é, daqui a pouco mais de um ano e uns meses essa data fará 50 anos. Há 50 anos, mais precisamente há 49, festejou-se no



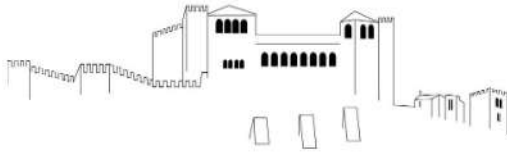
Município de Leiria
Assembleia Municipal

nosso concelho a eletrificação total do concelho. Veio o Ministro do Interior, veio o Governador Civil, o Presidente da Câmara, vieram mais algumas entidades, o pároco com toda a certeza, e veio um engenheiro que era o responsável pela eletrificação que, na altura e ainda se chama, obviamente, Eng^o Lemos Proença. Essa placa é nossa, é no Vale da Pedra, está a 20 metros da nossa capela junto ao PT porque fomos o último lugar a ter eletrificação. Sobre a água ao domicílio, não fizemos essa análise. Temos lá o espaço para pôr a placa do último lugar com água ao domicílio e agora gostávamos de não ser o último a ter saneamento e a requalificação das nossas estradas. Termino como comecei, há prioridades na gestão autárquica, faz todo o sentido estarmos preocupados em termos Leiria cidade europeia do desporto em 2022, faz todo o sentido estarmos preocupados em, e lutarmos por isso, em sermos capital da Cultura em 2027, faz todo o sentido termos a lindíssima cidade que temos hoje como Leiria Natal com um orçamento de meio milhão de euros, mas os investimentos não podem ser apenas para a cidade, os investimentos não podem ser apenas para a malha urbana. Há aldeias que distam daqui 20, 25 Kms que precisam de ser vistas, precisam de ser olhadas, precisam de ser apoiadas. Resta-me desejar-vos um bom Natal a todos, estamos em época de Boas Festas, que em 2022 vocês possam cumprir, realizar os vossos desejos e que em 2022 os SMAS se dignem a fazer um estudo sobre o saneamento na região das Carpalhosas, para pelo menos requalificarmos as ruas onde o saneamento não vai passar e que seja projetado para 2023 o saneamento para nós. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes

Cumprimentou todos os presentes.

Relativamente à intervenção do munícipe David da Piedade Ferreira referiu querer responder à sua intervenção sobre a necessidade de intervir no saneamento das localidades por ele mencionadas, em especial no Vale da Pedra e também pela preocupação que demonstrou pela necessidade de melhorar a rede viária cuja intervenção tem vindo a ser adiada em virtude da necessidade de fazer o saneamento primeiro. Afirmou querer deixar um apontamento sobre a importância que as diversas localidades do concelho, sejam elas de norte a sul, aldeias, vilas ou a própria cidade são todas importantes no plano de investimento do Município e na sua aposta. Disse que olham o concelho com o somatório de todas as freguesias, independentemente das forças partidárias e do grau de desenvolvimento e olham sempre para o território como forma de promover o seu desenvolvimento em termos de coesão. Continuou dizendo que olham para as freguesias como parceiros de desenvolvimento do concelho sendo a questão do saneamento uma área decisiva, área essa onde têm feito um forte investimento nos últimos anos. Afirmou ser um investimento em termos de mancha de óleo sendo por isso natural que as freguesias mais do limite desta rede venham a ter saneamento mais tarde

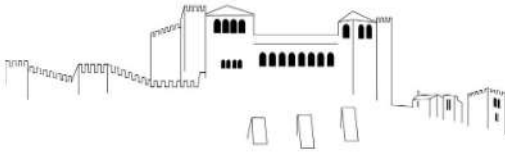


Município de Leiria Assembleia Municipal

e por isso têm feito nos últimos anos um forte investimento na própria União de Freguesias do Souto da Carpalhosa e Ortigosa e noutras localidades sendo um investimento muito grande que causou muito transtorno às populações nos últimos anos, isto porque fazer obra de saneamento implica rebentar com as estradas, colocar as infraestruturas, o pó, problemas de acesso às casas, problemas de acesso às atividades económicas, etc. Disse terem sido muito criticados em algumas localidades por esse transtorno. Continuou a sua intervenção dizendo que apesar de tudo as obras chegaram a muitas delas e, no caso concreto que foi apresentado pelo munícipe, a sua intenção é também não só de estudar, mas também conseguir encontrar soluções que sejam do agrado das populações daquelas localidades. Afirmou que se existem de certa maneira provas de que olham para todas as localidades e para aquela em particular com atenção e entusiasmo é porque nos últimos anos foi feito um trabalho em parceria com elas.

Referiu terem uma das maiores redes de saneamento do país, infraestruturas com quilómetros que dão para ligar em comprimento Viana do Castelo a Vila Real de Santo António, espalhadas pelas diversas estradas do concelho. Disse que muito deste investimento pode chegar a cerca de 60 mil habitações sendo que atualmente corresponde a 90% de todo o parque habitacional do concelho de Leiria. Afirmou que depois de tanto esforço a estender saneamento ainda existem casas cujo saneamento passa à porta as pessoas não o ligam, reclamam muito pela construção do saneamento, mas depois não fazem a respetiva ligação. Esclareceu estar-se a falar de 77% de casas ligadas, portanto, existe aqui um diferencial em que das 61 mil que podem beneficiar de saneamento só 47 mil é que ligam.

Na sua opinião existe necessidade de tornar o sistema de saneamento também viável do ponto de vista financeiro. Depois de tanto esforço a estender linhas de saneamento a povoações, povoações cuja densidade é inferior e por isso custa muito mais, é importante fazer a ligação. Disse ser uma responsabilidade do SMAS, mas também uma responsabilidade de cidadania das pessoas que habitam nessas casas. Referiu não ser o caso dos munícipes que vieram expor o problema porque seguramente ligariam se tivessem o saneamento perto, mas têm que fazer esta análise. O compromisso é verificar em termos daquilo que é a qualidade das estradas quais são as situações em que podem melhorar, independentemente do saneamento, e projetar e verificar o impacto financeiro que representa estender o saneamento às diversas localidades. Explicou existirem sítios onde é muito caro chegar o saneamento, não sendo este o caso, sítios esses que justificam outras soluções mais numa lógica de ecossistema de tratamento com estruturas coletivas e localizadas. Afirmou que este pedido fica registado e, naturalmente, estando também presentes o diretor delegado dos SMAS e os vereadores responsáveis



por esta área vão analisar, conforme já tinha sido transmitido em reunião que teve com o senhor vereador sobre este assunto.

Intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, Sandro Ferreira.

Transcrição:

"Boa noite

Exmo. Presidente da Assembleia Municipal permita-me em seu nome cumprimentar todas as pessoas presentes na Assembleia Municipal, tanto online como presencialmente.

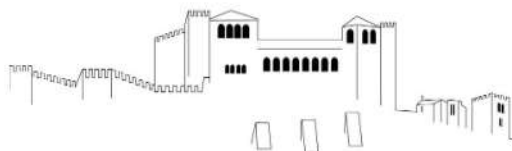
Em relação a este tema que foi debatido agora, o alcatroamento e o saneamento, desde o primeiro dia que foi uma das nossas prioridades, até porque temos duas zonas na nossa freguesia sem saneamento e com as estradas em péssimas condições para se transitar e com pouca segurança.

A zona das Carpalhosas, como foi mencionada, e a zona do Penedo não nos podemos esquecer de nenhuma delas. Por isso mesmo muito recentemente, dia 18 de novembro, tivemos uma reunião com o vereador responsável e com o SMAS onde expressámos todas as nossas preocupações e percebemos que todos comungamos da mesma preocupação. Por isso, decidimos fazer um trabalho em conjunto para podermos melhorar essas condições e estudar caso a caso, ou seja, rua a rua, zona a zona quais os alcatroamentos possíveis, as possíveis fossas coletivas, os possíveis (gravação impercetível) e outras situações. Todos estamos empenhados na melhoria das infraestruturas viárias porque são realmente muito deficitárias nessas duas zonas. E a prova disso é que o orçamento de pavimentações para 2022 atribuído à nossa freguesia foi de 215 mil euros e 60% mais, neste caso bem mais de 60% dessa verba vai ser aplicada na zona das Carpalhosas. Temos uma freguesia muito extensa e decidimos ter mais atenção nos próximos anos, às referidas zonas. A nossa freguesia tem mais de 43 Kms quadrados de área e não conseguimos executar todos os melhoramentos num ano. As reivindicações do nosso cidadão têm toda a razão, no entanto, estamos no início de um mandato há 2 meses e só com união e trabalho de todos podemos tornar a nossa freguesia um lugar melhor para viver. Obrigado.

Munícipe João Silva

Transcrição:

"Boa noite a todos. Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, bem como os restantes membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Gonçalo Lopes, a todos os vereadores presentes e a todos os membros da Assembleia Municipal, a todos os Presidentes de Junta de Freguesia, à comunicação social presente e a todo o público presente nesta sala e que nos acompanham online.

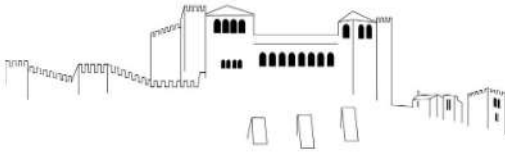


Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia permita-me explicar o que é um trabalhador à sessão. Um trabalhador à sessão, eu sou funcionário mais antigo do teatro José Lúcio da Silva, é um funcionário como os outros, ou seja, permita-me senhor Presidente, só um minuto que eu não quero roubar muito tempo, isto das novas tecnologias, os nervos...

Um trabalhador à sessão é um trabalhador do quadro igual aos restantes, mas em vez de receber um ordenado fixo recebe apenas a função das sessões que são convidados a fazer, ou seja, o valor do ordenado de base proporcional às sessões realizadas assim como o seu valor de 13^o mês são proporcionais ao valor da média anual. Eu peço desculpa do meu nervosismo, é a primeira vez que estou numa Assembleia Municipal... na prática dos trabalhadores nunca se sabe qual o valor por mês que vai receber. A situação agrava-se nos tempos de pandemia aonde decorre o cancelamento de espetáculos e sessões de cinema. É preciso deixar bem claro que não somos trabalhadores pendentes, nem somos trabalhadores a recibos verdes, somos trabalhadores temporários. Isto é a questão que o senhor Presidente da Assembleia Municipal me colocou para lhe explicar o que era um trabalhador à sessão.

Vou tentar prosseguir com o meu testemunho com a explicação da minha entidade patronal. Como já disse o meu nome é João Silva, sou projecionista do teatro José Lúcio da Silva onde trabalho já há 24 anos. Sou, de certeza, o trabalhador mais antigo. Sou mesmo o único projecionista de 35 mm do teatro José Lúcio da Silva. Tenho orgulho no meu passado como trabalhador do teatro José Lúcio da Silva, mas muito medo quanto ao meu futuro. Ao contrário do que se poderia pensar trabalhar nesta casa, no qual me orgulho, por mais de 24 anos não me dá quaisquer garantias do futuro, tenho muito medo do que vai ser de mim e da minha família. É por esse motivo que me dirijo hoje a vocês nesta Assembleia, depois de anos de luta inglória sem sucesso, tive de resolver a minha situação. Trabalho no teatro José Lúcio da Silva a tempo parcial à sessão, ou seja, a pensar nos meus 24 anos de casa se, por qualquer motivo, não forem exibidos filmes eu não recebo nada. Por exemplo, durante a pandemia não houve cinema, não recebi qualquer remuneração, ficando eu, a minha família, sendo eu pai de 3 filhos, 2 menores que dependem diretamente de mim, numa situação muito difícil sem qualquer apoio da parte do Estado ou do Município. A questão que coloco é, se entrarmos novamente em confinamento volto a não receber qualquer verba do Teatro. Na 2^a vaga de confinamento o Teatro teve verba para pagar a xis trabalhadores, uns em teletrabalho e outros para manutenção, e aqui faço um ponto que não está escrito, mas se houvesse aproveitamento nós... orgulho, orgulho, de Leiria ser a candidata da Cultura 2027, neste tempo, quando houve colegas em teletrabalho e outros em manutenção, eu acho que se nós somos candidato, nós temos muitos equipamentos que sendo eu o único projecionista devia-se preparar, houve condições, tempo para se preparar outro projecionista para no



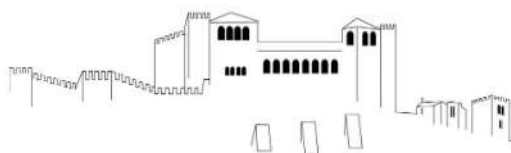
Município de Leiria
Assembleia Municipal

qual eu morra ou me vá embora ou que tinha uma doença, houve tempo suficiente para preparar outra pessoa projecionista de 35mm. Perdi-me aqui um pouco, peço desculpa. Não é justo nem correto uns serem tratados de uma forma e eu, há 24 anos a trabalhar, não recebo qualquer apoio desde o último confinamento da cultura. Já passaram 8 meses, pergunto ao Município qual foi a solução que conseguiu arranjar para a minha situação. Um contrato de part-time, um contrato de 20 horas semanais? Será que não é possível arranjar uma solução que me permita ter um trabalho estável, que me apoie no caso de futuro confinamento? Acredito que sim. Sem querer, infelizmente, vejo e sinto que não houve um empenho, um interesse, dedicação em tratar da minha situação apesar dos sucessivos apelos e interpelações por parte dos sindicatos. Não tenho nada contra a Câmara Municipal, estou apenas a tentar lutar pelo resto do meu futuro. Honro os meus 24 anos de dedicação ao teatro José Lúcio que não volte a ficar novamente desesperado, sem nada. Não preciso de desculpas ou adiar a situação, preciso de soluções que nunca tive até porque já conhecem bem a situação. Se não está ainda resolvida é porque não existe vontade.

Despeço-me de todos desejando um Feliz Natal e um Bom Ano. Muito obrigado.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes

Referiu não ser a primeira vez que este assunto, as questões laborais de uma parte dos trabalhadores do teatro José Lúcio em que acusam de precaridade relativamente aos trabalhadores à sessão, é tratado na Assembleia. Explicou que um trabalhador à sessão, como o nome indica, é quando o teatro funciona com espetáculos ou cinema, no caso particular do João é um trabalhador à sessão com uma carreira própria de projecionista. Referiu que, infelizmente, os teatros do país já não têm cinema, o teatro José Lúcio da Silva virou uma sala de espetáculos. Mesmo assim, mantêm o envolvimento de todos os seus colaboradores, em especial dos projecionistas, naquilo que são as sessões de porta aberta nas outras áreas do espetáculo que não o cinema. Continuou dizendo que muitos dos colaboradores, o teatro possui 21 pessoas no seu quadro do pessoal, cumprem com aquilo que são os serviços necessários, mas sempre que existe a necessidade de reforço de trabalhadores à sessão requerem os serviços de pessoas que são estudantes, pessoas que têm outras funções e outros trabalhos, nomeadamente durante o dia. Afirmou ter conhecimento de que muitos desses trabalhadores têm essa proteção do seu trabalho diário e que fazem um complemento do seu rendimento trabalhando à sessão durante o período da noite permitindo-lhes assim acumular mais umas verbas resultantes das sessões que fazem. Por esses motivos referiu que um trabalhador à sessão tem uma obrigação diferente daquilo que é o trabalhador dos quadros do teatro José Lúcio. Disse não ser uma situação inédita, existem mais teatros a trabalhar assim no país, sendo que, na sua opinião, têm a situação totalmente regularizada. Explicou que tentaram mobilizar



Município de Leiria Assembleia Municipal

muitos dos trabalhadores à sessão para o centro de vacinação, pois foi uma necessidade de reforçar recursos humanos, e muitos não puderam porque estavam a trabalhar durante o dia nos seus trabalhos regulares. Em relação a este tipo de trabalhador disse não estarem a falar de uma pessoa que tem exclusivamente um rendimento do teatro nestas sessões porque as sessões, como se pode perceber nos últimos anos, são bastante diminuídas tendo em conta o confinamento e as dificuldades de existência de espetáculos nos diversos teatros do país, da Europa e do mundo. Estão sim a falar de pessoas com estas características, jovens estudantes do ensino superior em que muitos deles para completar o seu rendimento disponível, para não sacrificarem tanto os orçamentos das famílias, pessoas que trabalham durante o dia nas mais diversas profissões, instituições de solidariedade social, empresas de telecomunicações e outras, e que durante o período da noite, como é o exemplo de hoje, trabalham à sessão recebendo 4 horas com um valor fixo por hora. Continuou a sua intervenção referindo não estar a falar propriamente de uma precariedade laboral tanto mais que a ACT já por várias vezes acompanhou o trabalho do teatro José Lúcio e não tem nada a apontar, nenhuma evidência sobre ilegalidades em termos de trabalho. Dirigindo-se ao munícipe João Silva confirmou que ele é um dos rostos do teatro, ele e muitas das pessoas que ali trabalham há muito tempo e estão habituadas a lidar com o público. Assumiu o compromisso de falar com a vereadora responsável e com o diretor do teatro de modo a perceber quais são as suas expectativas pois considera ser também muito importante o trabalhador perceber que a projeção de cinema terminou no teatro José Lúcio da Silva, já não há procura para terem aquelas enchentes de teatro como tinham há 25 anos atrás e que a população tanto gostava. Explicou que hoje estamos numa realidade totalmente diferente, as pessoas assistem a cinema noutra tipo de salas, mas muito em especial em casa através da televisão ou através da internet e por isso o trabalho de projecionista à sessão é efetivamente um lugar que tem muito menos utilidade em termos do teatro José Lúcio da Silva. Disse ainda poderem avaliar a sua situação porque é um dos rostos do teatro, a par de outras pessoas que todos os dias ou sempre que o teatro está aberto recebem com profissionalismo, dedicação e são o rosto junto do Município junto do público.

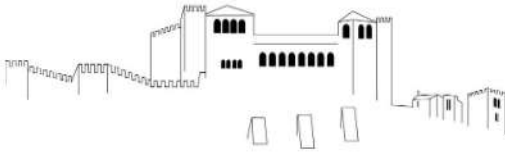
PROPOSTAS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António Lacerda Sales**, iniciou este período referindo a existência de um voto de pesar apresentado pelo PS.

Voto de Pesar Almerindo Marques (apresentado pela Mesa)

Transcrição:

"Almerindo da Silva Marques era natural do concelho de Leiria, da Caranguejeira. Foi um exemplo de trabalhador-estudante, frequentando a Escola Industrial e Comercial de



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Leiria, nos cursos noturnos, seguindo para Lisboa onde completou, em 1969, uma licenciatura em Finanças, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Foi Secretário de Estado da Administração Escolar do I Governo Constitucional e entre 1983 e 1985, foi deputado à Assembleia da República, pelo Círculo de Leiria.

Veio a retomar a sua anterior carreira profissional ligada à banca, sendo mais tarde administrador da Caixa Geral de Depósitos, entre 1998 e 2002, sendo depois nomeado presidente da Rádio Televisão Portuguesa. Em 2007 foi ainda nomeado presidente da Estradas de Portugal, tendo-se demitido em 2011. Foi, depois, administrador da construtora Opway.

Tido por muitos como "homem sem medo" chamado, muitas vezes, para situações de grande complexidade, teve êxitos e dissabores, mas foi uma figura notável e um leiriense ligado à política e à economia do país que nunca esqueceu a sua terra e a honrou.

Morreu a 1 de dezembro de 2021, aos 81 anos. A Assembleia Municipal de Leiria aprova este voto de pesar que deve chegar à Família enlutada.

Não havendo oposição ao proposto o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António Lacerda Sales**, submeteu o Voto de Pesar à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

De seguida fez saber existir uma recomendação apresentada pelo CDS-PP tendo dado a palavra à senhora deputada Filomena Carvalho.

Intervenção da senhora deputada Filomena Carvalho – CDS-PP

Transcrição:

"Está a decorrer a discussão pública da Ferrovia. O que temos nós, Município de Leiria, em concreto debatido? Que movimentações têm existido para a concretização de escolhas que melhor satisfaçam o interesse público do Município assumindo uma lógica de gestão pública pensada a partir da Ecologia integral e na sustentabilidade?

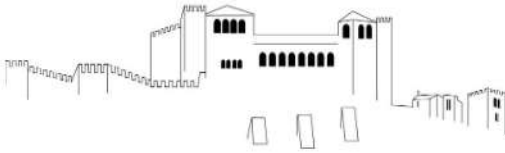
Lembramos a importância de uma reflexão e argumentação, com transparência e verdade, sobre as implicações das escolhas realizadas ao nível da ferrovia para o Município de Leiria, que implique os Municípios, pessoas singulares e coletivas, e se foque nos seus reais interesses.

Quanto a nós, a questão da ferrovia no Município de Leiria deve ser objeto de uma

reflexão a três níveis:

1. Requalificação da Linha do Oeste
2. Transporte de mercadorias para a Europa
3. Comboio de alta velocidade Lisboa-Porto

Colocamos algumas questões:



1. Que vantagens poderá ter para nós a requalificação da Linha do Oeste reconfigurando-a como uma II linha do Norte?

Pensemos na realidade atual do nosso Município: é conhecido ser cada vez maior o número de pessoas que reside em Leiria e arredores e que trabalha em Lisboa e na zona Oeste e vice-versa. Sem esquecer a importância desta linha também ao nível da dinamização do Ensino Superior em Leiria e futura Universidade Politécnica. O Município teria a ganhar com esta proximidade à capital.

2. Que vantagens e desafios para o nosso Município pensar a ferrovia como um meio necessário para alavancar a exportação no nosso tecido empresarial?

Também aqui procurámos inteirar-nos da realidade atual do Município: temos Empresas em Leiria que exportam para países da Europa, entre eles a Alemanha, a França, os Países Baixos, a Bélgica, a Dinamarca, a Áustria, entre outros. Estas Empresas estão preocupadas com a perda de competitividade e rendimentos, pois os seus Clientes já mostraram que não estão disponíveis para pagar a pegada de carbono, resultante da exportação realizada através dos veículos pesados de mercadorias.

Importa pensar soluções, pois, também dependemos das opções levadas a cabo pela nossa vizinha Espanha.

3. E o que pensar do comboio de alta velocidade Lisboa-Porto?

À partida apresenta-se-nos vantajoso e o traçado é aceitável. No entanto, é fundamental que tenhamos consciência de que é provável esta obra não estar concluída dentro dos próximos 20 anos, sendo expectável que o Município de Leiria possa ser dos últimos a beneficiar desta linha.

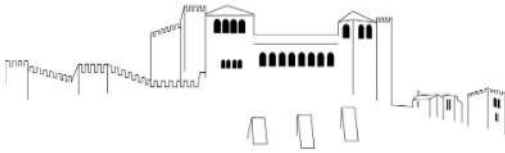
Importa também questionar: qual a melhor localização da estação? Faz-se um trabalho de requalificação da atual estação ou constrói-se uma estação de raiz na Barosa?

O Papa Paulo VI, já na década de 80, falava de uma "necessidade urgente dum mudança radical no comportamento da humanidade". Nunca falámos tanto de descarbonização.

Pensar a ferrovia em Leiria de modo estratégico constitui, quanto a nós, um ponto de alavancagem para mudanças de hábitos, apostar numa nova forma de desenvolvimento do Município a vários níveis tendo por base estratégias Ecológicas. Enfim, passar das palavras à ação.

A Equipa do CDS-PP recomenda que, no âmbito da "Comissão Permanente obras municipais, urbanismo, habitação, planeamento e trânsito", se constitua um grupo de trabalho multidisciplinar, multipartidário, de modo a juntos pensarmos a questão da ferrovia com brio, zelo e sentido estratégico, de médio e longo prazo, focados no bem da nossa Comunidade Municipal."

Intervenção do senhor deputado Carlos Poço – PSD



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Transcrição:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores e restantes participantes nesta Assembleia Municipal.

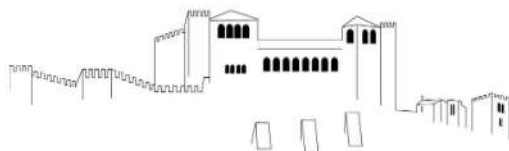
A recomendação que acabámos de ouvir trata de um tema de extrema importância que é a velha questão da linha do Oeste. É uma questão que preocupa, penso eu, todos os partidos estaremos com uma ideia concordante de um modo geral e que precisamos, de fato, de ter uma solução para esta questão da ferrovia. Mas com a descarbonização pensamos, achamos nós que devemos olhar esta questão de uma forma mais abrangente e não nos focarmos apenas na linha do Oeste ou da ferrovia. Entendemos nós e propomos que esse grupo, se vier a ser aprovada a sua constituição, que trate do tema de mobilidade de uma forma geral porque não se podem resolver estas questões de forma isolada, temos que a tratar de forma integrada porque hoje todos temos que caminhar no sentido da descarbonização, a ferrovia é um elemento amigo do ambiente, mas também temos de tratar da questão da rodovia e outras formas de mobilidade. Portanto, a nossa sugestão se vier a ser constituído, se vier a ser aceite a recomendação era que fosse abrangente no sentido de incluir ou de olharmos de uma forma integrada a mobilidade no nosso concelho e quiçá na nossa região. Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado **Acácio Sousa – PS**

Transcrição:

"Senhor Presidente da Assembleia, senhores deputados municipais, senhores Presidentes de Junta, senhor Presidente da Câmara, senhor Vereadores, público aqui presente na sala e online, senhores jornalistas e staff de apoio à sessão.

Esta é uma boa causa, é uma excelente causa. De fato, os pressupostos postos pela deputada Filomena são os pressupostos, são os objetivos e a pretensão de Leiria há muitos anos. Em 2007 estive envolvido, aliás, coorganizei um congresso em que o tema principal foi exatamente este, as atas estão aí, portanto, realmente é uma pretensão velha que nós temos aqui e que temos lutado por ela, não temos conseguido até agora e queremos que agora vá. Aquilo que está a apresentar em termos de ideia geral, está apontado para aquilo que a deputada Filomena disse. De qualquer modo, eu acho que a junção em termos gerais é importante se bem que as discussões parece-me que também deviam ter alguma especialidade e depois da discussão / reflexão e do estudo em especialidade poder procurar cruzar-se. O que me parece apenas, quer dizer o grupo PS não tem nada a objetar a esta proposta, esta discussão e que a Assembleia Municipal acompanhe todo o plano de implantação da ferrovia. Aliás, a Câmara está já a tratar com as Juntas de Freguesia, tem vindo a reunir com as Juntas de Freguesia no sentido de as Juntas pensarem e refletirem sobre a passagem da ferrovia pelo território do concelho, mas em sede da comissão que foi apontada esta comissão mal esteja instalada, e pode



Município de Leiria
Assembleia Municipal

ser instalada a qualquer momento, pode ficar instalada hoje, já, pode ser e já com... esta comissão permanente em regimento tem a possibilidade de ela, tem autonomia, dela própria constituir os grupos de trabalho dentro dela que entender. Portanto, não me parece necessária a votação para este trabalho, apesar de não ter nada a objetar só lembrar que estas comissões permanentes em trabalho podem chamar a si, podem avocar quem entender, os especialistas que entenderem para trabalhar a junção ferrovia / rodovia, não me afeta a mim nem ao grupo. Parece-me sinceramente que as coisas deviam ser trabalhadas e pensadas primeiro na especialidade e depois então cruzadas, é só isto. Obrigado."

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Transcrição:

"Senhor Presidente da Mesa permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes. A recomendação que nos é aqui trazida pela deputada Filomena terá o nosso voto favorável. O deputado Carlos Poço disse exatamente aquilo que eu tencionaria dizer, compreendo as razões que foram aqui invocadas por Acácio de Sousa, no entanto, parece-me que a esta discussão, os tópicos que aqui são trazidos pelo CDS para a discussão da ferrovia têm muito pouca interferência a nível municipal, ou seja, está-se a tratar da requalificação, da modernização da linha do Oeste. Leiria está a ser demasiado penalizada com isso uma vez que a sua eletrificação e modernização vai parar nas Caldas da Rainha e não se prevê data para o alargamento, passando por Leiria, mas penso que esta comissão permanente a ser criado, este grupo de trabalho deveria também e sugere-se também que abranja a mobilidade, o transporte rodoviário, o transporte público de passageiros, a própria mobilidade dentro do concelho, penso que não se perderia nada, penso que é uma necessidade deste concelho destes assuntos serem discutidos e iremos votar favoravelmente caso não aceitem esta sugestão iremos também votar favoravelmente, mas se pudéssemos alargar o âmbito deste grupo de trabalhos penso que nada teríamos a perder com isso. Obrigado."

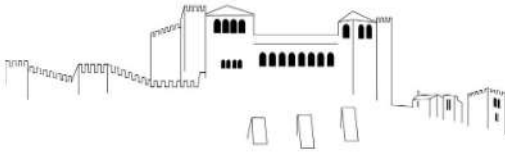
Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**

Transcrição:

Cumprimentou todos os presentes.

"Concordamos com a recomendação do CDS e consideramos que este é um passo importante para que uma comissão da AM possa acompanhar o assunto e promover a sua discussão pública, com a realização de um debate para o qual seriam convidados especialistas, tal como a Comissão de Defesa da Linha do Oeste e outras personalidades, como por exemplo o jornalista da Gazeta das Caldas e do Público Carlos Cipriano que acompanha estas questões.

Iremos votar a favor."



Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

"Boa noite, com a devida vénia cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Mesa.

Acompanhamos em absoluto a recomendação aqui proposta por parte da deputada do CDS e comungamos do entendimento do deputado Acácio. Julgo que esta questão como todos concordarão é demasiado importante ou é suficientemente importante e imperiosa para ser discutida de forma individualizada sem prejuízo de, após chegar a conclusões, após trabalho feito, podemos estender a outros setores, à mobilidade em geral, mas acho que a partir do momento em que se cria um grupo de trabalho para estudar um tema tão vasto e tão abrangente como a mobilidade que se irá perder o foco e que se irá perder alguns resultados concretos por isso, aprovamos a proposta e achamos que a mesma deve ser discutida de forma particular, de forma especial e com especial relevância. Obrigado."

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – Iniciativa Liberal

Transcrição:

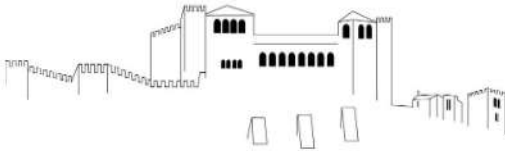
"Ora muito boa noite a todos.

Partilho do entendimento de que este grupo de trabalho a ser criado deve realmente focar-se mais na discussão da questão da ferrovia. Penso que estamos a falar de duas questões um bocadinho distintas, uma coisa é a ferrovia que liga o concelho de Leiria a outros concelhos e ao resto do país, adjacentes ou não, outra coisa é a mobilidade interna.

Obviamente que os dois têm de estar integrados, mas têm um interface relativamente pequeno, certo? Portanto, não acho que faça sentido estar a discutir as duas coisas no mesmo grupo de trabalho, obviamente que a ferrovia tem que ser pensada e integrada na questão da mobilidade, mas acho que este problema da ferrovia é uma coisa, como já disseram, que se arrasta há imensos anos e não podemos perder o foco nele, tem que ser discutido em especialidade, focado especialmente na ferrovia e depois então de chegarmos a conclusões pensar na sua integração.

Acho que é importante não perdermos o foco. Muito obrigado."

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António Lacerda Sales**, disse ter percebido que dada a importância do tema houve uma unanimidade em que o mesmo descesse a uma Comissão Permanente parecendo-lhe que a Comissão Permanente mais adequada seria a Comissão Permanente de Obras Municipais Urbanismo, Habitação, Planeamento e Trânsito. Dirigindo-se à senhora deputada Filomena Carvalho disse-lhe que se estivesse de acordo votar-se-ia esta recomendação descendo a Comissão Permanente à especialidade para discussão desta temática.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Lacerda Sales, colocou a Recomendação à votação tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade.**

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António Lacerda Sales**, deu início ao "Período Antes da Ordem do Dia".

******* PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA *******

Intervenção do senhor deputado **João Morais – PSD**

Transcrição:

Cumprimentou todos os presentes.

"Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Venho pedir a esta Assembleia esclarecimentos sobre os atrasos na execução de obras na avenida general Humberto Delgado.

De facto, os munícipes que moram naquela localidade são confrontados já há largos meses com vários constrangimentos no seu dia-a-dia, quer no seu bem-estar quer na sua paciência como bem já o manifestaram por diversos meios.

As questões que se levantam e para elucidar os nossos munícipes são as seguintes:

- Quando efetivamente será retirado o estaleiro de obras que se localiza no final da avenida general Humberto Delgado junto à rua Luis Braille, para permitir o regresso ao quotidiano dos moradores daquele local? Existe manifesta vontade em remover o estaleiro e resolver toda esta situação?*
- O atraso sucessivo da obra deve – se essencialmente a que motivo?*
- Estudo e planificação para a execução da obra foi deficientemente planificado?*
- Todos estes sucessivos atrasos serão compensados para a autarquia?*
- Quando estará prevista a conclusão das obras?*

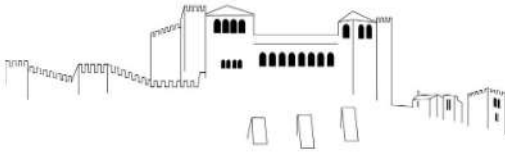
Muito obrigado."

Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**

Transcrição:

"Não podemos deixar de começar a nossa intervenção com uma notícia surgida hoje no jornal Região de Leiria a propósito da mágica receita da Câmara para resolver os problemas das urgências do Hospital de Leiria.

A pretensamente simpática iniciativa da oferta de vales de 35€ com o confesso intuito de – pasme-se! – atrair médicos numa espécie de voluntariado para as urgências do Hospital de Santo André, despropositada, indecorosa, abusiva e incompetente, merece a rejeição inequívoca da CDU.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Esta é mais uma prova da ligeireza com que o PS trata os profissionais da saúde e os problemas que o SNS enfrenta, muitos deles criados pela ação de governos deste próprio partido, tal como do PSD e CDS.

Queremos, por outro lado, denunciar a falta de informação sobre as reuniões da Câmara e o tempo que demora até ao conhecimento público das suas deliberações: não é possível consultar à data de hoje, as atas das reuniões tidas desde agosto 2021.

Para além disso, não nos é permitido ver antecipadamente as Ordens de Trabalho de cada reunião, estando hoje disponível a OT da reunião de 16.11, ou seja, não conseguimos sequer consultar a OT da reunião do dia 30 de novembro, nem saber o que vai ser a OT da próxima reunião de 14/12.

Por fim, mas não menos importante, e também no seguimento do ponto anterior, ou seja, porque não nos é possível aceder à informação, gostaríamos de solicitar toda a informação sobre o ponto 8 da OT da reunião de Câmara de 16 de novembro (Concurso Público Internacional n.º 79/2021/DICP – Manutenção e conservação de espaços verdes públicos, no Concelho de Leiria, incluindo podas - Aprovação do relatório final, da proposta de adjudicação e das minutas dos contratos).

Neste âmbito ainda, queremos deixar expresso que deveríamos ter tido uma resposta atempada ao nosso pedido de esclarecimento sobre abertura de procedimento de avaliação de estabilidade biomecânica das 31 árvores, que, segundo a informação no sítio na internet do município e na comunicação social, apresentariam alguns sinais de risco.

Infelizmente, a resposta ao nosso pedido de 29 de outubro foi-nos dada muito depois de decorrido o prazo legal de resposta, que é de 30 dias, ou seja, apenas ontem.

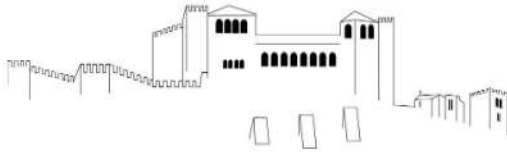
Assim foi impossível analisarmos as mais de 300 páginas do relatório técnico, de forma a podermos na sessão de hoje fazer uma eventual intervenção nesta matéria.

Neste sentido, gostaríamos que a informação sobre o concurso público mencionado nos fosse disponibilizada nos prazos legais.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:

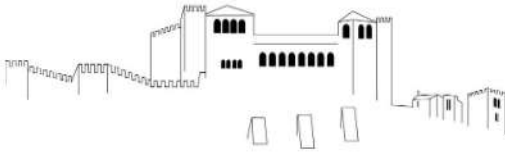
“Excelentíssimo senhor Presidente, a Lei das Autarquias Locais, diploma de 2013, há muito deveria ter sido vista pois apresenta deficiências chocantes ao nível da representatividade. Temos como exemplo disso o fato de os Presidentes de Junta enquanto membros de legítimo direito na Assembleia Municipal poderem votar propostas que dizem respeito às suas próprias freguesias e temos a eleição dos membros para as assembleias da CIMRL. Esta eleição trata-se de uma eleição indireta feita através de listas apresentadas a sufrágio em Assembleia Municipal, votada pelos seus membros e seguindo o método de Hondt. Tal eleição, como é óbvio, favorece os partidos com maior representatividade na Assembleia fazendo crer que a Assembleia Intermunicipal é um



Município de Leiria Assembleia Municipal

órgão de menor relevância democrática não digno de eleições diretas. Esta deficiência legal, chamemos-lhe assim, é amplamente aceite e reconhecida pela maioria dos Municípios. Por exemplo, aqui ao lado na Marinha Grande sabendo desta deficiência que a presente Lei apresenta a Assembleia Municipal estabelece um acordo com os membros da Assembleia Intermunicipal, os quais são indicados com base na representação da Assembleia Municipal, ou seja, um membro por cada partido. Em Leiria não. Tivemos na anterior sessão a eleição dos membros para a Assembleia Intermunicipal e como há 4 anos, mais uma vez verificamos que no que concerne à distribuição de lugares PS e PSD mais uma vez se uniram para partilhar entre si a ocupação dos mesmos. Já aconteceu nas eleições para a CCDR e agora volta a acontecer para a Comunidade Intermunicipal de Leiria onde a Assembleia Municipal será mais uma vez apenas representada por deputados de PS e PSD não representando assim a realidade política desta casa composta por 7 grupos políticos. No quadriénio anterior como o Presidente da Câmara, como volta agora a acontecer, ser eleito igualmente Presidente do Conselho da Comunidade intermunicipal contudo, nos 4 anos transatos não houve um único ano em que fosse apresentada a esta Assembleia o Plano de Atividades e o Orçamento daquele órgão pelo que se concluiu, se a Assembleia Municipal é o órgão autárquico mais democrático por representar a maior representatividade dos partidos existentes já a Assembleia Intermunicipal no que a Leiria concerne é exatamente o oposto. Neste quadriénio esperemos que, pelo menos, sejam trazidos para esta Assembleia o Plano de Atividades e Orçamento da CIMRL.

Gostaria ainda e agora de lhe falar, senhor Presidente, mais uma vez da despoluição da bacia hidrográfica do Lis. Irei voltar recorrentemente a este tema lembrando-lhe que na sua tomada de posse referiu ser uma das suas prioridades. Falemos então novamente da estação de tratamento de efluentes suínícolas. Depois de todas as voltas e reviravoltas que este tema já sofreu, depois de ter sido aprovado na Assembleia da República um projeto de resolução para despoluir toda a bacia hidrográfica do Lis travando as contaminações provenientes das suiniculturas, depois de o Governo, autarcas e suinicultores manifestarem acordo com a solução que previa a construção de uma ETES de propriedade e gestão públicas cobrando aos suinicultores os custos de tratamento, depois de o Governo ter desistido desta solução anunciando que o problema tinha de ser resolvido por iniciativa privada com 20 milhões de euros em apoios públicos para esse efeito, depois de o senhor Presidente ter preconizado esta solução como a ideal para a despoluição da bacia hidrográfica verifica-se, entretanto, após abertura do concurso que o valor de 20 milhões de euros em causa não era para a despoluição da nossa bacia hidrográfica, mas sim para todo o país. Não contempla apenas as suiniculturas, mas sim toda a produção animal e, apesar disso, há umas semanas, soubemos pelo gabinete do



Município de Leiria
Assembleia Municipal

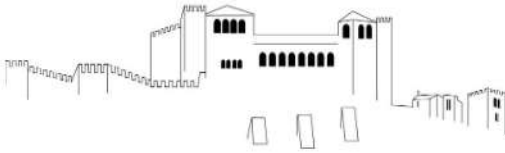
planeamento de políticas e administração geral que, apesar de terem alargado o prazo as intenções da iniciativa privada não superaram a verba disponível, ou seja, não há solicitações suficientes para os 20 milhões de euros disponíveis. Mais uma vez a iniciativa privada não demonstrou qualquer interesse na resolução do problema da poluição que produz e assim, perante tudo isto pergunto-lhe senhor Presidente, continua a acreditar na solução apresentada pelo Governo sabendo que 20 milhões de euros era a verba suficiente para a construção da ETES? Tem alguma novidade para nos dar sobre o início dos trabalhos ou mais uma vez a triste ironia "Leiria, a Capital Europeia da Suinicultura" será o único título que temos garantido. Obrigado."

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

"Mais uma vez boa noite.

Eu tinha aqui um ponto relativamente à questão do voucher de 35 euros para chamar e para fixar médicos para as urgências do hospital. Não vou bater mais nesse ponto, enfim, não será com certeza a solução, não será sequer parte da solução, é uma medida. Uma medida bem ao melhor estilo, podemos dizer socialista, bem ao melhor estilo do António Costa, vouchers, rifas, sorteios, etc., mas que não se propõe ou que não é apta para resolver minimamente aquilo que se propõe. Falando agora de coisas sérias, é público e assumido pela própria Câmara Municipal a existência de problemas de saneamento da cidade. Não, o problema do rio Lis, da bacia hidrográfica do rio Lis, não se prende apenas com as suiniculturas. Este problema é assumido pela própria Câmara Municipal, relacionado com a antiguidade da rede de saneamento, com a existência de coletores unitários onde as águas das chuvas se misturam com as águas residuais e também diga-se com a existência de ligações diretas ilegais de esgotos à rede pluvial. Também é público, e foi amplamente noticiado em meados de 2021, que a associação ambientalista Oikos procedeu à monitorização da qualidade da água na bacia hidrográfica do rio Lis e chegou a conclusões no mínimo muito preocupantes, nomeadamente e grosso modo, em género de conclusão, que a própria cidade de Leiria contribuía tanto para a poluição do rio Lis, tanto ou mais, como as próprias suiniculturas. Por isso, e uma vez que aquando da realização deste estudo a Câmara de Leiria referiu que a resolução do problema estaria a ser feita de forma gradual, pergunto ao senhor Presidente o que em concreto está a ser feito para que no próximo ano os Leirienses não se deparem com valores de contaminação iguais ou superiores do rio Lis porque não basta querer chamar e fixar pessoas à nossa cidade é preciso que a mesma esteja preparada para tal, nomeadamente ao nível das infraestruturas de saneamento. Por último, para terminar, o problema relativamente à questão das ETES e dos tratamentos de efluentes pecuários não é a falta de interesse da iniciativa privada quanto à questão dos 20 milhões. O problema está



Município de Leiria
Assembleia Municipal

mesmo na solução que não era daí não ter sido aproveitada porque se fosse solução a mesma teria sido aproveitada. Por isso, partilho da mesma questão de saber relativamente a este anúncio, que foi amplamente publicitado e apropriado em parte por parte da Câmara Municipal, como é que estamos e qual foi a eficiência desta política pública. Muito obrigado."

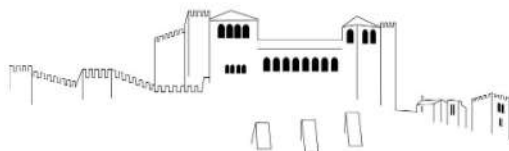
Intervenção do senhor deputado Paulo Pedro – PS

Transcrição:

"Boa noite a todos

Esta minha intervenção tem a ver com o reconhecimento que um grupo da equipa do ACES Pinhal Litoral recebeu há pouco tempo através da obtenção de uma menção honrosa na categoria de melhor projeto que se desencadeou através do 14º Concurso de Boas Práticas em Saúde, fomentado pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Hospitalar. Permitam-me que vos leia o texto aqui presente, embora não seja da minha autoria, e que explica, em parte, o projeto desta equipa. A equipa chama-se "Equipa de Vigilância e Ação Local Orientação e Rastreio da Covid19, com a abreviatura de Valor19. A equipa Valor19 é parte integrante de um projeto denominado "Delet Covid", que foi criado pelas enfermeiras de família Filipa Azevedo e Maira Assis e pelos médicos internos de saúde pública Estevão Santos e Tiago Gabriel tendo sido distinguidos recentemente com uma menção honrosa na última edição dos Prémios de Boas Práticas em Saúde.

Foi primariamente delineado em setembro de 2020 devido ao rápido agravamento da situação epidemiológica a nível nacional e local e significava nessa altura ter como objetivo geral reformular modelo de resposta aos casos confirmados de infeção por SARS-CoV-2 e aos seus contatantes no contexto dos cuidados de saúde primários do ACES Pinhal Litoral procurando contribuir para uma aceleração na quebra das cadeias de transmissão e conseqüente mitigação e controlo da pandemia, nomeadamente ao nível da incidência dos internamentos hospitalares e dos óbitos. Relativamente à liderança, a equipa Valor19 teve como coordenador geral o Dr. Rui Passadouro, médico de saúde pública e Autoridade de Saúde de Leiria e como coordenadores os autores do projeto supracitados. A estratégia passou por centralizar a resposta de todas as tarefas covid19 nesta equipa no que se referia à abordagem clínica dos casos suspeitos e confirmados de infeção SARS-CoV-2 e dos seus contatantes. A dinâmica da equipa assentava num pressuposto simples, foi constituída por uma carteira de profissionais do ACES que servia como fonte de recrutamento para a equipa Valor19 conforme as necessidades epidemiológicas fossem evoluindo, isto é, em situações de agravamento a equipa Valor19 tinha mais membros que em situações menos preocupantes. Para maximização da eficiência do seu funcionamento foram necessárias duas medidas: criação de um manual de funcionamento da equipa Valor19 e ministração de formação a todos os profissionais



do CES que compunham a carteira, de modo a uniformizar todos os procedimentos e criar uma estrutura verdadeiramente orgânica. Pela natureza dos seus profissionais a equipa Valor19 foi uma equipa verdadeiramente disciplinar. Médicos e enfermeiros de saúde pública, medicina geral e familiar, internos da formação geral, técnicos de saúde ambiental, higienistas orais e psicólogos, esta multidisciplinaridade permitiu, entre outras, a personalização da ação conforme o tipo de utentes, uma maior eficiente distribuição de organização do trabalho tendo em conta as competências dos profissionais, a eliminação de duplicação de tarefas e, conseqüentemente, um enorme aumento da produtividade.

Quando iniciou funções no espaço cedido pela Câmara Municipal, a equipa Valor19 tinha 2600 inquéritos epidemiológicos pendentes tendo conseguido a sua redução para 18 no intervalo de 21 dias, a incidência total, local no dia 1/2/2021 era de 1555 casos por 100 mil habitantes, tendo reduzido para 85 por 100 mil habitantes no dia 31/3/2021 sendo que a vacinação também foi determinante para a melhoria deste indicador. Tudo isto não teria sido possível sem a colaboração e solidariedade das várias entidades parceiras, nomeadamente a Câmara Municipal de Leiria e do ACES Pinhal Litoral, na pessoa da Dra. Delfina Carvalho e da Dra. Denise Cunha. E agora digo eu, está de parabéns esta equipa, quer pelo reconhecimento do prémio que obteve, quer também pelos resultados obtidos pelo seu trabalho. Obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Cristiana Pinto – PS

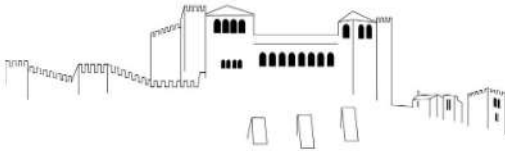
Transcrição:

"Boa noite a todos, começo por cumprimentar na pessoa do Presidente, Dr. António Sales todos os presentes.

Uma descrição exaustiva acerca dos efeitos nefastos da pandemia provocada pela COVID-19 é ainda assim redutora quando comparada com todas as complicações que as mais variadas áreas e setores económicos atravessam há quase dois anos.

A verdade é que a vacinação foi considerada a luz ao fundo do túnel e os números de administração atingidos em Portugal são um exemplo de resiliência e organização, uma vez que até à data cerca de 87,4% da população foi vacinada (de acordo com a última atualização feita há 3 dias, fonte: Our World in Data).

A terceira fase de vacinação contempla um reforço na proteção ambicionada, começando por ser administrada em Idosos dada a vulnerabilidade associada. Por outro lado, a DGS recomenda a vacinação para crianças dos 5 aos 11 anos de forma segura e com a esperança de devolver também às crianças alguma normalidade uma vez que foram extremamente prejudicadas em matérias como a saúde mental e foram apresentados ainda retrocessos em processos de aprendizagem como recorda a Sociedade Portuguesa de Pediatria



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Deste modo, o Partido Socialista reconhece e congratula o êxito organizativo geral do processo de vacinação no nosso país, mas reconhece também o exemplo do Centro de Leiria que entre os próprios serviços de segurança, organização, profissionais de saúde e toda a logística necessária para receber os Leirienses num dos momentos mais ambicionados desde que todos fomos confrontados com a nova realidade, mostraram ser uma referência de sucesso tanto nas doses administradas como na satisfação ao longo do processo por parte dos cidadãos.

Importa preconizar também o empenho dos colaboradores camarários e enaltecer a capacidade de mobilização de jovens conseguida pela Câmara Municipal de Leiria para o auxílio no bom funcionamento do nosso centro de vacinação.

Por fim, deixamos ainda o nosso apelo à vacinação e continuação da testagem massiva de forma a conter a transmissão deste vírus, não é altura de baixar os braços e por isso o papel dos agentes políticos passa também por continuar com a sensibilização para a adoção de todas as medidas recomendadas pela DGS de forma a podermos viver as quadras festivas que se avizinham em segurança.”

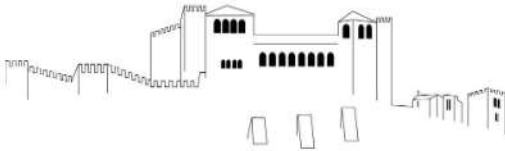
Intervenção da senhora deputada Sofia Francisco – PS

Transcrição:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Leiria e na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os deputados e Presidentes de junta e Uniões de Freguesia. Cumprimento o Exmo. Presidente da Câmara Municipal e todos os vereadores, cumprimento igualmente todos os que nos acompanham em casa e todos os restantes elementos aqui presentes.

Os costumes, a música, a arte são elementos que nos diferenciam, que não nos fazem perder a singularidade do que somos e que nos dão um sentido de pertença. Esta época de Natal, marcada de novo por uma pandemia, está a ser vivida na nossa cidade, pela população, com bastante emoção e contentamento. De facto, calcorrear a cidade de Leiria nesta época natalícia é constatar que as pessoas aderem aos eventos e neles participam, efetivamente, quer na dinamização cultural, quer na dinamização económica, ajudando o comércio local e a restauração a sair da crise em que se encontram.

A decoração e o embelezamento das ruas, tantas vezes criticado, constitui assim um importante instrumento estratégico para revitalizar, modernizar e animar as atividades económicas da cidade nesta época do ano, visto que são uma forma de atrair a Leiria e ao seu comércio visitantes, quer sejam do concelho, quer sejam de fora, mostrando ser uma opção válida face às grandes superfícies e também às grandes cidades que, como sabemos, continuam a liderar no top das cidades que mais investem nas iluminações de Natal.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

É sabido que quem faz e decide nunca reúne consenso. Contudo, e uma vez que o Município de Leiria não descarta o imprescindível apoio às instituições de solidariedade, tão importante nos tempos de hoje, o investimento feito nas atividades de Natal pelo Município, evidencia ser algo com mais benefícios do que impropriedades.”

Intervenção do senhor deputado Tiago Duarte – PS

Transcrição:

“Senhor Presidente da Assembleia, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes.

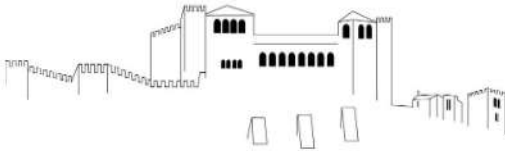
Eu vinha abordar aqui um relatório que também já foi abordado anteriormente por outra deputada, que é relacionado com a avaliação da estabilidade biomecânica e fitossanitária de 31 árvores aqui em Leiria. Queria desde já dar os parabéns à Câmara de Leiria que faz este trabalho que é muito importante, há algumas árvores que visualmente verificamos que parecem estar um bocadinho cansadas, podres, mas como não somos especialistas, é necessário que sejam avaliadas. O estudo pretendeu avaliar um conjunto de 31 árvores e eu também tive acesso ao relatório como a deputada Joana. De grosso modo, verificou-se a necessidade de abater quatro destas árvores, três delas por estarem completamente podres, ocas e portanto, correrem o risco de cair a qualquer momento. E uma quarta por ter uma inclinação muito elevada, que se situa no parque do Avião e que está quase a cair para a rua da Comissão de Iniciativa. Eu acho que este tipo de análise é muito importante, é muito importante tomar conta destas situações e depois agir em conformidade para a sua reposição. Nós sabemos que há árvores que são emblemáticas, mas o risco para a segurança das pessoas e dos bens é um bem mais importante.

Queria também aqui abordar a questão da despoluição da bacia hidrográfica do rio Lis. Como o senhor deputado disse e muito bem a poluição não é só do setor suinícola, como é óbvio. Sabemos que é apanágio desta Câmara de resolver quase na totalidade esta problemática. Sabemos que a ETAR ou a ETES é parte importante da solução, o tratamento também passa por aí, mas não é único. Os investimentos que têm de ser feitos tanto no abastecimento como na drenagem de águas são igualmente muito importantes para resolver este problema. Consideramos que a Câmara neste caso está a seguir um caminho correto de avaliação e verificação e de quais são os melhores processos para resolver este problema. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Acácio de Sousa – PS

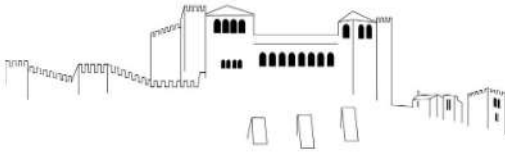
Transcrição:

“O deputado Tiago Duarte acabou de falar na despoluição do rio Lis e na questão dos efluentes. Eu, ao ouvir há pouco o deputado Manuel Azenha... naturalmente que estamos numa nova Assembleia, aquela que acabou com o mandato passado já lá vai, mas alguns de nós que estamos aqui sabemos as discussões que isto teve também e muita coisa foi



Município de Leiria
Assembleia Municipal

dita. Isto é trágico, de fato, e é uma grande prioridade, é uma grande situação crítica prioritária para o concelho de Leiria, isso aí estamos todos no mesmo barco, estamos todos na mesma luta, mas, de facto, os problemas que se levantam sucedem-se a toda a hora desde procura de investimento por parte do Estado, desde a procura de agremiação das vontades das várias partes envolvidas, e há sempre alguma coisa a falhar, e depois muito se discute, muito se discute e não há ainda soluções, quem é que deve limpar / pagar a limpeza daquilo que polui? É uma discussão que foi muito debatida aqui há pouco tempo. Que tipo de equipamento é que deve haver, uma grande ETES? várias pequenas ETES ou outro tipo de situações, de soluções que possam vir a ser optadas? Falta, de facto, uma solução e uma ação, falta uma ação. De qualquer modo, e o senhor Presidente com certeza poderá dizer isto melhor que eu, ele assumiu há relativamente pouco tempo um compromisso para levar à solução disto. Ele explicará o projeto ou a estratégia que poderá vir a ter para isto vir a ser solucionado porque é urgente. Isto, de facto, é nocivo para toda a população, é nocivo para todos nós que fazemos parte da população, obviamente, mas já agora ainda no que toca à intervenção do deputado Manuel Azenha que se referiu aqui à Lei das Autarquias Locais e nalgumas coisas se calhar isto merecia um debate, um outro tipo de debate, e poderei estar de acordo consigo em vários aspetos, mas no que toca ao caso da CIMRL, da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, daquilo que disse, enfim, quanto ao pedido de documentos tem toda a razão e isso aí, que agora já alguns de nós que estamos, fomos designados para integrar a Assembleia Geral da CIMRL, acho de facto que devemos alertar que as atas das Assembleias Gerais ou outros documentos da CIMRL sejam disponíveis às Assembleias Municipais, isso aí estou perfeitamente de acordo e na próxima Assembleia eu próprio ou algum de nós que aqui estamos poderemos levar este recado à CIMRL. Quanto às representações, falou na representação, chamou como exemplo o concelho da CIM, tomaram a opção que tomaram, mas falou na representação política da Assembleia. Ora a representação política da Assembleia é dada pelos eleitores, é a confiança que é dada pelos eleitores a quem cá está, de fato, o trabalho democrático reflete-se muitas vezes, ou digamos, os resultados democráticos refletem-se em quem, na personalidade de quem está a representar os eleitores, ... o senhor deputado sabe a estima pessoal que tenho por si, não é isso que estamos aqui a discutir, mas por muito que as coisas sejam assim tem que haver aqui uma personalidade e é isso que foi feito. Também me queria referir à intervenção da deputada Joana Cartaxo que depois foi tocada pelo deputado Hugo Morgado também, mais leve, mas eu passava por dizer que tivemos aqui duas intervenções que mostram que nem tudo mau vai na saúde e ainda bem e não vai, de fato, não vai. A saúde é uma área muito melindrosa e delicada para todos nós, poderemos ter e querer mais e melhor, podemos ter queixas, mas nem tudo vai mal na



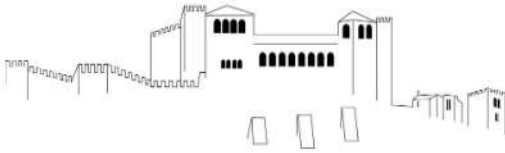
Município de Leiria
Assembleia Municipal

saúde e ainda bem. Posso-lhe dizer que o Hospital de Leiria reduziu em quase 60% a lista de espera de utentes há mais de um ano, sobretudo para a realização de cirurgias, e mesmo nestes anos de crise e muito críticos o Centro Hospitalar procurou manter sempre que possível a atividade programada tanto em contexto de ambulatório que reduziu a lista de espera para consulta e criou vários serviços novos. Posso-lhe dar aqui pequenos exemplos nomeadamente iniciativas a nível assistencial, alargamento do número de gabinetes de consulta externa, criação de um centro de investigação para cativar e atrair, ser mais atrativo e procurar chamar profissionais da saúde a fazerem carreira, criação de unidade de cuidados agudos polivalente, criação de unidade de saúde mental, hospital de dia de psiquiatria, equipas intra-hospitalares de suporte em cuidados paliativos e muitos outros, para além da aquisição de equipamentos em montantes vultuosos que são importantes, nem temos de estar aqui a fazer as contas a esses equipamentos que foram adquiridos. Mas voltando às urgências do Hospital, de fato, os médicos têm mais de 55 anos, podem por lei não fazer serviço de urgência e essa é a grande dificuldade que nós temos tanto a nível nacional como nível de Leiria, mas desde 2015, o Serviço Nacional de Saúde, tão criticado pelo PCP, a atual gestão do Serviço Nacional de Saúde, o tal estado atual, o Serviço Nacional de Saúde desde 2015 teve um reforço de 29 mil profissionais. Não sendo a gestão do hospital e da saúde a este nível uma competência da Câmara, a Câmara podemos admitir que esta possa exercer aquilo que geralmente se chama a magistratura de influência, procurar influenciar e procurar agilizar algumas coisas. Muitas vezes consegue, outras vezes não conseguirá, mas a gestão do hospital não é uma competência da Câmara. Nós podemos dizer, e apesar de poder ser controverso e discutível, este acordo entre a Câmara, a ACILIS e o ACES é um esforço para ajudar a captar profissionais para os serviços de urgência. Podia ser mais, mas não deixa de ser um esforço como também é de notar uma outra notícia muito recente que a CIMRL tem como plano a candidatura a fundos ao Portugal 2030 para a ampliação do hospital, portanto, não deixa também de haver aqui boas notícias.

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes - CHEGA

Transcrição:

"Boa noite a todos. Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente e manifestar aqui a minha indignação. Isto porque cerca das 8h30 eu dirigi-me ao teatro onde se realizava a Assembleia Municipal e fui impedido de entrar por não ter o certificado. Ainda perguntei se efetivamente poderia ir fazer um teste rápido e foi-me vedado o acesso da minha participação na Assembleia Municipal porque teria mesmo de trazer o certificado. Muito bem, Luís Paulo Fernandes, deputado do CHEGA, provavelmente vou ficar sem bateria durante esta Assembleia, para dizer o seguinte, eu penso que o país, penso não tenho a certeza, de que estamos em Estado de Calamidade, estamos perante uma

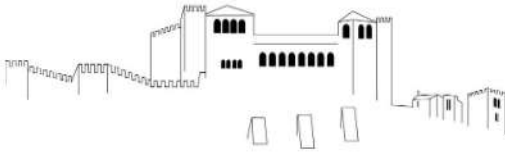


Município de Leiria
Assembleia Municipal

resolução do Conselho de Ministros, uma resolução do Conselho de Ministros que, na minha opinião, não é lei e estamos perante uma resolução do Conselho de Ministros e estado de calamidade que me tiram os meus direitos, liberdades e garantias. Eu fui impedido de entrar na Assembleia Municipal, que se registe em ata, e quero dizer que também tenho Resoluções do Parlamento Europeu que se deve divulgar que a vacinação não é obrigatória. Não é o caso, não é o meu caso, no meu caso em especial até fui uma pessoa que tentei ser vacinado e não sei o que é que aconteceu, quando me dirigi para fazer a respetiva vacinação não constava da inscrição, mas isso pronto, adiante. Quero que se registe que não vou poder participar, muito provavelmente até ao final da Assembleia por este motivo e estou impedido de participar presencialmente, que era minha intenção, nesta Assembleia Municipal demasiado importante. Não concordo, estou indignado e estou a ser discriminado porque estamos perante uma Resolução, estamos perante um Estado de Calamidade, não podem ser retirados os direitos, liberdades e garantias, vou registar. Nenhum órgão de soberania, em conjunto ou separado, pode retirar estes direitos que estão inscritos na Constituição da República. Que se registe que vou perder a minha oportunidade de voto e de os eleitores que represento nesta Assembleia e vou ponderar impugnar a ter razão, julgo que tenho, julgo que tenho, vou ponderar impugnar a mesma porque trata-se de vacinação, 3ª ou 4ª dose, eu concordo com todas as medidas, faço cumprir todas as medidas agora quando se trata dos direitos dos cidadãos, quando se trata dos direitos também de um deputado municipal devia-se ter cuidado e os porteiros, as pessoas que me receberam, devem estar lembradas do que me disseram, que não podia assistir.

Posto isto, "senhor deputado atenção ao tempo", dizer que manifesto junto com outros deputados que já intervieram problemas na saúde, problemas no ambiente, mas quero desejar e estimar que o senhor Presidente cumpra com o que prometeu em relação ao ambiente, em relação à saúde, efetivamente ainda não tem tempo, temos de ter um bocadinho de paciência porque ainda não tem tempo. O seu primeiro princípio era o ambiente, a defesa do ambiente, para resolver de uma vez por todas, ainda não tem tempo. O orçamento, na minha opinião, manifesto já não contempla medidas que sejam, que se vejam em relação ao ambiente agora também foi notícia pública para além destes vouchers da saúde, já foi dito pelo deputado do CHEGA e pelo outro senhor deputado municipal, na hotelaria estamos em 12º nas receitas muito se tem de fazer em relação
"senhor deputado eu peço-lhe desculpa, mas o senhor já terminou o seu tempo. Talvez não tenha acesso à visualização do tempo. Peço-lhe que seja o mais sintético possível. Muito obrigado". O senhor Presidente já me lembrou e termino então."

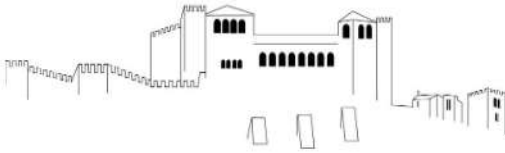
Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**



Município de Leiria Assembleia Municipal

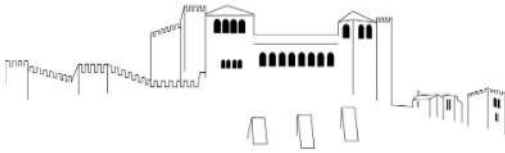
Dirigindo-se ao deputado João Morais sobre a avenida General Humberto Delgado, esclareceu que as obras atualmente estão a decorrer entre a rua Emílio Carvalho e a Rua João Paulo II, uma intervenção que causa naturais transtornos às populações que ali vivem pois é uma obra de enorme complexidade. Disse estar prevista na próxima semana, na avenida Nossa Senhora de Fátima, fazerem a instalação das ilhas ecológicas 3 e 4 e proceder à reparação dos respetivos passeios, ou seja, dar mais um avanço neste tipo de intervenção. Voltou a dizer que são intervenções que estão a ser penalizadas não só pela complexidade das infraestruturas enterradas, tendo já falado sobre esse assunto e voltando a falar novamente mais adiante, porque são estruturas obsoletas, antigas que a partir do momento em que começaram a abrir estradas e a encontra-las tiveram de as ordenar, tiveram de as colocar de uma maneira que garanta uma infraestrutura capaz não só de tratar as águas pluviais, mas também o saneamento, as telecomunicações, o gás, isto porque estão a falar do "coração" da cidade e são obras difíceis e demoradas. Relativamente ao estaleiro explicou que será adaptado à medida que vão colocando materiais na obra havendo o cuidado de reforçar a comunicação e diminuir, minimizar os impactos junto da população. Afirmou existir neste momento uma preocupação crescente no que diz respeito a esta obra, têm uma equipa preparada para poder responder aos diversos constrangimentos, sabem que vai ser uma intervenção extremamente penosa no próximo ano pois será uma obra que terá 12 meses de forte intervenção nesse território o que faz com que tenham de fazer a sua gestão com o devido cuidado.

Relativamente às urgências do hospital de Leiria e ao voucher saúde disse que houve ao longo dos últimos anos um forte investimento na fixação e atração de profissionais de saúde, coisa que não tinha acontecido antes de 2015. Continuou referindo que esse esforço fez com que no ambiente de pandemia não se tivesse tido uma catástrofe devido sobretudo à resiliência dos profissionais de saúde no combate à pandemia. Afirmou que o Serviço Nacional de Saúde foi posto à prova e demonstrou que era capaz. Explicou que neste momento aquilo a que se está a assistir nos próximos dias e até ao final do ano é uma forte pressão em termos de contaminação através de grupos-alvo diferente daquilo que era há um ano. Disse estar-se a assistir diariamente a um aumento de casos, sobretudo na população infantil, que depois têm consequências naquilo que é o confinamento dos respetivos pais. Continuou dizendo que em Leiria esta vaga entrou com muita força e está-se a sentir essa pressão porque conhecem os dados diários do número de crianças e respetivos familiares que estão confinados. A situação está a colocar uma pressão não só naquilo que é a nossa vida social, mas também no nosso trabalho e provoca, naturalmente medidas de reforço, de intervenção não só na área da proteção, na área da vacinação, mas também naquilo que é os cuidados a ter na urgência do Hospital. Relativamente ao processo de vacinação explicou terem montado um centro de



Município de Leiria Assembleia Municipal

vacinação no estádio, centro esse muito bem preparado, com um layout definido não só pela equipa da Câmara, mas também pelos respetivos serviços de saúde. Referiu ser um espaço que acolhe diariamente centenas de Leirienses, com equipas que são rodadas com frequência. Aproveitou para deixar o seu reconhecimento e dizer que esta tem sido a sua grande prioridade no investimento. Informou que a infraestrutura do estádio para esta estratégia de vacinação, a preços regulamentares, está entre os 500 e os 700 euros por dia. Afirmou que este é um investimento que o Município tem vindo a fazer ao longo dos últimos meses sendo importante que se perceba que é um investimento que se transmite diariamente com a sua preocupação de vacinar a população o mais rápido possível e que se vai estender agora com a vacinação das crianças. Como disse anteriormente as próximas semanas serão dramáticas aumentando o nível de exigência junto do hospital de Leiria. Afirmou não ser novidade pois sabem que estes 2 meses de dezembro e janeiro são momentos críticos nas urgências, local onde é necessário fazer escalas em dias em que todos gostam de estar em família. Os médicos e profissionais de saúde estarão a trabalhar no dia de Natal e da passagem de ano, o que faz com que haja um dispositivo que precisa de ser estimulado, que precisa de ser acompanhado. Disse que o que se pretende com esta iniciativa, apesar de não ser isso que vai atrair os profissionais de saúde, mas é uma maneira de se fazer uma ligação entre a autarquia, o hospital, os profissionais e os médicos do agrupamento ACES Pinhal Litoral, que é onde estamos inseridos, com o objetivo desses médicos poderem, para além de trabalharem durante o dia nos seus centros de saúde, à noite e/ou aos fins de semana fazerem horas nas urgências do hospital reforçando assim as equipas. Referiu que o Ministério pagará as horas e o valor correspondente e o que estão a dizer com esta medida é que estes médicos sempre que façam uma urgência recebem um voucher de 35 euros que poderá ser trocado depois no comércio local criando assim uma economia virtuosa em que toda a gente vence. Disse ter sido uma iniciativa que poderá não ter muita adesão, mas também não podiam ficar indiferentes aos apelos que recebem diariamente do hospital de Leiria para encontrar soluções para atrair médicos para responder a esta dificuldade pontual, sazonal que existe neste período. Afirmou que, curiosamente, das reuniões e das conversas que tem mantido com alguns médicos isto foi encarado como um reconhecimento, uma preocupação que Leiria tem com os seus profissionais de saúde e não com o objetivo de os ridicularizar. Disse que serve também para explicar que nesta fase todos os incentivos, sejam os morais, sejam os financeiros, são muito importantes para vencer o período crítico que se vai atravessar nas próximas semanas e quando diz isto é porque possui informação concreta e objetiva dos problemas que se vão atravessar tendo em conta o crescimento que se vai ter. Continuou a sua intervenção dizendo que esta medida teve esta função e, com o apoio da ACILIS, foi um apontamento, pois não é

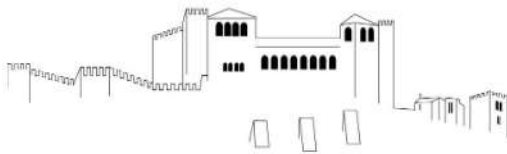


Município de Leiria
Assembleia Municipal

isto que resolve os problemas das urgências. Na sua opinião, o problema das urgências em Portugal é a falta de recursos humanos neste momento, que é mão de obra escassa e para além de ser escassa é mão de obra cansada porque tem um ano de forte trabalho no combate à pandemia.

Relativamente às árvores disse que iria depois pedir ao Vereador Carlos Palheira para intervir.

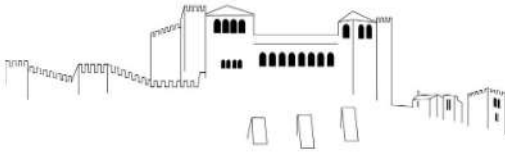
No que diz respeito à despoluição da bacia hidrográfica e ETES, e no seguimento das intervenções do Bloco de Esquerda e do deputado Hugo Morgado, que dizem que a poluição da bacia hidrográfica do rio Lis ou é provocada pelos suinicultores ou é provocada pelas pessoas da cidade, explicou que a bacia no seu todo tem várias fontes de poluição e que o fato de num sítio poluir mais do que noutro não significa que se deva dedicar mais atenção a um do que a outro. Pediu para não usarem a estratégia de manobras de diversão ou de distração para focar naquilo que é fundamental. Referiu ser muito importante encarar isto como um desígnio, como uma missão que não se resolve em 2 meses. Afirmou estarem numa fase de arranque, numa fase de encontrar soluções, de encontrar financiamentos, de mobilizar recursos, estão a acabar de instalar os novos Vereadores e as suas equipas não conseguindo resolver o problema da suinicultura que tem mais de 50 anos de existência no território, assim como não conseguem resolver todos as questões problemáticas do saneamento na cidade de Leiria, alguns crónicos e outros mais estruturais. Voltando à questão da ETES disse ter sido opção do Governo definir uma estratégia diferente relativamente ao tratamento dos efluentes suinícolas e das outras produções e nessa estratégia, nesse diagnóstico foi identificado em Leiria o problema dos tratamentos dos efluentes suinícolas. Disse serem mais de 250 explorações existentes num concelho pequeno e sem área agrícola. Nessa estratégia o que ficou definido como prioridade é que haverá uma primeira opção que é a valorização agrícola do efluente com o simples espalhamento em áreas muito concretas e com o devido controlo para que não haja exagero. Afirmou que no nosso concelho os terrenos agrícolas são escassos não conseguindo ter capacidade para receber tudo o que é produzido pelos efluentes motivo pelo qual tem de haver um controlo, uma limitação. Mencionou existir uma segunda tendência ou uma segunda opção que poderá ser um mix de soluções que é a valorização orgânica do próprio efluente, ou seja, a transformação do efluente num composto que depois pode ser armazenado e exportado, exportado para fora do território no sentido de poder ser usado em terrenos que necessitam de mais adubo, e uma terceira opção, que está ao mesmo nível da segunda, que é a valorização energética através da produção de biogás. Esclareceu que aquilo que é o seu compromisso é encontrar, através do investimento do SMAS, mas com a noção do necessário conforto de apoios comunitários, uma solução que permita a par daquilo que já foi e está a ser



Município de Leiria Assembleia Municipal

investido por parte dos suinicultores que, conforme foi dito, houve um aviso de 20 milhões de euros em que o distrito de Leiria conseguiu absorver 10 milhões de euros sendo grande parte as suiniculturas, isto é, foram 33 candidaturas em que 21 são suiniculturas. Explicou não ter havido desistência ou abandono deste aviso. Não foi gasto na totalidade o envelope financeiro pois houve um prolongamento e disse não saber quantas mais foram apresentadas, mas foi um sinal que foi dado e houve uma resposta do setor privado, não houve uma ignorância total aquele anúncio. Para além destas soluções que estão em cima da mesa comunicou que a Câmara de Leiria, através do SMAS, irá apresentar e vai dar o seu contributo para a solução não sendo a única entidade a resolver o problema isto porque cada suinicultor terá de encontrar as suas próprias soluções, muitas delas já estão a ser encontradas por suinicultores que querem investir nesta área, que estão empenhados na resolução do seu problema. Disse que haverá, naturalmente, um reforço muito grande naquilo que é o controlo e o transporte dos efluentes produzidos pelas diversas suiniculturas do país através de um projeto que o Ministério do Ambiente está a desenvolver e que permite fazer um rastreio digital daquilo que é a produção e o seu tratamento ou encaminhamento. Afirmou que com o reforço de ferramentas de controlo haverá uma identificação muito clara daquilo que é a quantidade de efluentes produzida na nossa região e esse aspeto irá reforçar também a fiscalização nos próximos tempos que é uma grande aposta também por parte do Ministério do Ambiente e do Ministério da Administração Interna, o reforço da fiscalização com o objetivo de evitar crimes ambientais. Continuou dizendo que paralelamente a isso a própria Câmara tem um serviço de vigilância ambiental em tempo record, ainda não tem um ano de serviço, mas tem trabalho no terreno, de acompanhar, de verificar sempre que há descargas, quer nos circuitos urbanos, quer nos circuitos rurais. Afirmou ser um trabalho que é preciso ser feito na área do ambiente e, por isso, vão seguramente apresentar resultados nesta área sendo esse o seu desejo para o qual também irá contribuir com a sua força e dedicação para que isso seja alcançado e para que se melhore essa área.

No que diz respeito à parte mais urbana mencionou o fato de anteriormente se ter falado na avenida Nossa Senhora de Fátima, na Humberto Delgado, na obra que vão fazer na rua Capitão Mouzinho de Albuquerque e explicou que todos estes investimentos urbanos têm como objetivo resolver os problemas que já foram falados, que é o de se fazer uma separação das águas e do saneamento. Afirmou ser um trabalho muito exigente que a Câmara está a fazer, que irá demorar tempo e que irá provocar constrangimentos na vida da cidade. Para além disso houve também um trabalho regular feito naquilo que é a limpeza do caniço, que é feita em agosto, e é a espinha dorsal daquilo que é o sistema mais urbano. Disse ainda terem em curso o plano estratégico de drenagem que irá



estudar e apresentar soluções para a cidade no futuro. Concluiu dizendo que na parte urbana existe este investimento da Câmara e existe uma pressão junto das Águas de Portugal para investir na ETAR das Olhalvas com a introdução do tratamento terciário melhorando assim o desempenho da água residual que depois é despejada no rio Lis, investimento esse que é muito importante e para o qual vão pressionar as Águas de Portugal a fazer porque são eles que têm essa propriedade.

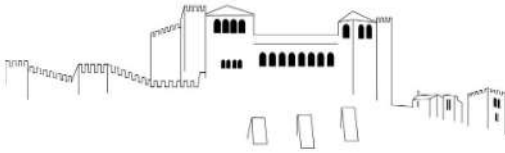
De seguida, o senhor Presidente da Câmara solicitou ao senhor Vereador Carlos Palheira para explicar a situação referente às árvores.

Intervenção do senhor Vereador Carlos Palheira

Transcrição:

"Muito boa noite a todos. Cumprimentar a todos na pessoa do senhor Presidente todos os presentes. Apenas dois esclarecimentos relativamente ao que foi perguntado e solicitado também pela senhora deputada Joana Cartaxo. A 1ª questão, relativamente ao procedimento sobre o contrato de manutenção de espaços verdes e podas posso informar que vai ser assinado no dia 15/12 e, naturalmente, farei chegar todas as peças do concurso sem qualquer problema. Quanto à outra questão sobre... mas de notar que este concurso nada tem que ver com o que foi feito agora, isto é um outro procedimento completamente diferente sobre a avaliação biomecânica e fitossanitária das árvores.

Uma outra questão que perguntou foi relativa (é verdade que me fez um pedido dia 29 de outubro, mas se ler no relatório também pode ver que as árvores foram avaliadas entre o dia 26 de outubro e dia 8 de novembro, ou seja, era impossível eu ter os resultados de um relatório antes de ele ser feito, porque isso era o que nós queríamos saber. Este é um 1º ponto.) 2º ponto, é que o relatório foi-me entregue também apenas no final de novembro. No final de novembro é que me chegam as peças, esse tal relatório que lhe envie, mesmo no final de novembro e nós, após leitura também atenta do relatório, o que é que nós resolvemos fazer? Fizemos a leitura atenta e verificamos quais as suas conclusões e fizemos uma outra questão. Propusemos uma 2ª opinião relativamente às suas conclusões e fizemos a uma entidade que é perfeitamente independente, até já foi citada como um propósito relativamente à poluição do rio Lis, foi à Oikos e fomos fazer uma visita in loco e avaliar árvore a árvore relativamente às conclusões do próprio relatório e coincidentemente a opinião da Oikos é a mesma do relatório, ou seja, não há alternativa relativamente às árvores. Ou seja, para lhe dizer que todas as questões que lá estão e que foram focadas nós disponibilizámos o relatório assim que tivemos a certeza absoluta de que as suas conclusões seriam as melhores relativamente ao que era proposto no âmbito do relatório, apenas isto. Se quiser depois uma explicação mais detalhada sobre o que é que vamos fazer em cada uma das árvores, depois também terei



todo o gosto em lhe explicar de forma pessoal e quem quiser acompanhar, naturalmente, também terei disponibilidade. Muito obrigado.”

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria António Lacerda Sales**, passou para o “Período da Ordem do Dia”, solicitando a todos o cumprimento dos tempos de intervenção a que cada grupo tem direito.

******* PERÍODO DA ORDEM DO DIA *******

Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

Intervenção do senhor deputado **António Pereira de Melo – PSD**

Transcrição:

“Na pessoa do senhor Presidente desta Assembleia Municipal cumprimento todas as presentes fisicamente e virtualmente.

- Ponto um - Relatório de atividades da Câmara municipal de Leiria até outubro de 2021. Embora não se trate de um assunto sujeito a votação gostaria de tecer algumas considerações sobre o relatório e obter, por parte do senhor Presidente da Câmara municipal de Leiria, alguns esclarecimentos.

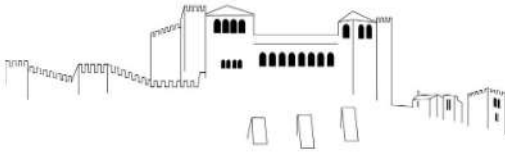
-. Tendo pertencido, na qualidade de deputado do Partido Social Democrata, a Assembleia municipal que recentemente terminou pude acompanhar a evolução da gestão camarária relativa ao período coberto pelo presente relatório.

- Pela sua análise posso concluir que o desempenho do executivo, no período em questão, não sofreu alteração continuando a ser pobre à semelhança do que se verificou durante os 2 mandatos anteriores PS.

- A atividade do executivo, em termos de realizações de capital com visibilidade, continuou a ser escassa.

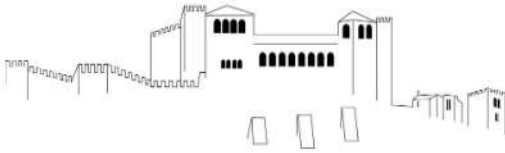
-Esta resumiu-se em procurar terminar alguns dos projetos, a que se tinha proposto em executivos anteriores, sem nada de novo relevante se projetar para o futuro.

- Analisando a receita e a despesa, apresentadas no presente relatório, podemos concluir que, comparando igual período de 2020 e de 2021, a receita acumulada foi de 99 milhões de euros em 2020 e de 115 milhões em 2021, isto é, verificou-se um aumento de 16 milhões de euros.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

- Quanto à despesa verificou-se que em 2020 foi de 50 milhões de euros e em 2021 71 milhões de euros.
- Note-se que as despesas totais projetadas eram respetivamente de 93 milhões de euros para 2020 e de 112 milhões de euros para 2021.
- Pode já concluir-se que as taxas de execução de despesa foram bastante baixas (59% em 2021) enquanto a taxa de execução de receita foi de 85%.
- Isto prova que o executivo é bom cobrar, principalmente impostos, mas ineficiente a concretizar projetos.
- De momento a CML mais parece desempenhar as funções de uma terceira repartição da secção de finanças de Leiria uma vez que, cobra os impostos cegamente sem tomar em consideração as suas necessidades reais.
- Continua assim a verificar-se uma acumulação de quantitativos nos bancos, sem render juros, isto é capital não produtivo que, se estivesse nas mãos dos cidadãos leirienses, de certeza que contribuiria mais para o desenvolvimento do concelho e da qualidade de vida da população.
- À semelhança do que aconteceu no ano 2020 voltou a verificar-se em 2021 um decréscimo do valor da derrama, de 4,5 milhões de euros para 3,9 milhões.
- Ocorre perguntar o motivo de tal diminuição?
Será que saíram firmas do Conselho ou verificou-se uma redução acentuada da atividade das mesmas?
- Em termos de contratação pública verificou-se que a adjudicação de bens e serviços se processou, de um modo dominante, via recurso ao regime simplificado de ajuste direto, 348 casos, o que nos parece um valor excessivo em relação às outras técnicas utilizadas para o mesmo fim.
- No relativo a concursos públicos apenas foram adjudicados 27, não tendo sido adjudicados 12, ou seja, perderam-se 44% destes.
- Ocorre perguntar qual a razão de uma percentagem tão elevada de não concretizações.
- É de notar que o concurso público relativo à avenida Heróis de Angola, no valor de 1,6 milhões de euros, constitui um valor muito elevado uma vez que o trabalho executado, aparentemente, não passou de arranjos à superfície envolvendo canteiros, ciclovias e redução do número de lugares de estacionamento.
- Possivelmente grande parte desta intervenção será para destruir uma vez que se prevê, através de uma comparticipação do FEDER obras no valor de 2 milhões de euros a realizar até dezembro de 2023.
- Continua sem solução o concurso Público relativo a recolha de resíduos urbanos o que tem originado o recurso a ajustes diretos à Suma.
- Até quando tal situação?



Município de Leiria
Assembleia Municipal

- No relativo às candidaturas a projetos europeus (página 64 e seguintes) temos algumas dúvidas nomeadamente:

- Porque não arrancou o projeto POSEUR relativo a recolha seletiva de bio resíduos?

- Em que situação física se encontra a obra centro escolar de Marrazes que se diz estar a 30% execução?

- Estas obras já recomeçaram?

- Esta obra, de acordo com o mapa de execução deve terminar em 3/06/2023, o que dificilmente acontecerá uma vez que dos 5,6 milhões de EUR que foi orçamentada apenas se executaram 1,3 milhões de euros.

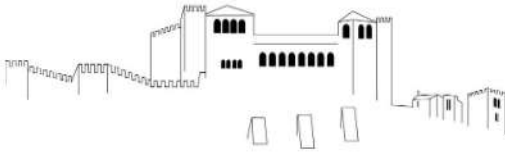
Tenho dito."

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

"Boa noite, mais uma vez.

Quanto ao relatório financeiro e relativamente ao período homólogo do ano passado apenas algumas considerações muito breves. Ao nível das receitas registou-se um aumento de 8,7 milhões, 49,6% nas transferências correntes da Administração Central provenientes da nova Lei de transferências de competências para a rubrica educação. Isto acarreta uma grande responsabilidade para a Câmara dado tratar-se de uma área fundamental para o futuro desenvolvimento do concelho e do país, há, pois, que acompanhar de perto a correta aplicação deste dinheiro e cá estaremos. Verificou-se também um aumento de 2,7 milhões, 63,50% na receita do IMT que totaliza 11 milhões e meio e por si só representa 45% da totalidade dos impostos diretos arrecadados pela Câmara. Pressupõe e corre o risco de uma pressão urbanística e grande dependência do setor imobiliário na atividade económica do concelho. Por outro lado, a derrama decresceu 536 milhões, 13,1% e tem um peso de apenas 15,1% nos impostos diretos. Significa, no nosso entendimento, que não há desenvolvimento económico, mas houve setores de atividade e que as empresas estão em contração, o que a médio prazo pode levar ao aumento do desemprego e à diminuição do poder de compra dos municípios com a nefasta degradação das condições de vida da população, o que não deixa de ser preocupante. A questão que se quer ver respondida é o que é que a Câmara Municipal está a fazer para incentivar a retoma económica nos setores fora do imobiliário. Tem algum plano de desenvolvimento económico para a região? Tem algum programa para a captação de investimento e incentivo para a fixação de empresas? Ao nível da despesa, para terminar, verifica-se um aumento de 20,6 milhões de despesa corrente global, 40,9%, onde contribui com um aumento de 5,5 milhões, 50,6%, justificados com a transferência de pessoal da área da educação contudo, as transferências correntes para as freguesias e associações culturais, recreativas, desportivas e de carácter social



Município de Leiria
Assembleia Municipal

aumentaram também 53%, totalizando 7,15 milhões, verba que nos parece exagerada e pressupomos estar relacionada com a existência de eleições autárquicas. Também na despesa de capital, neste período, se verificou um acréscimo exagerado com aumento de 8,9 milhões, 46,9%, o que leva mais uma vez a pensar também está relacionado com o período eleitoral que se verificou, ou seja, este período aqui em apreciação reflete apenas e tão só o período pré-eleitoral e que diz respeito. Obrigado.”

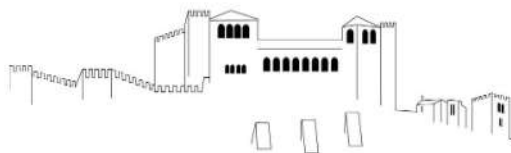
Intervenção do senhor deputado Júlio de Jesus – PS

Transcrição:

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia permita-me que o cumprimente e na sua pessoa todos os presentes. Só para dar uma nota das questões menos técnicas, que essas eu creio que serão respondidas a seguir, mas foi aqui falado pelos dois deputados anteriores na questão da derrama. Parece-me que a questão da derrama não se terá, não se deve a uma fuga das empresas da região de Leiria, mas claramente quem trabalha em empresas sabe que no ano de covid a quebra de muitas foi superior a 20, 30% da sua atividade. Eu próprio, naquela onde estou, senti isso na pele todos os dias e ainda estamos a sentir porque ainda não conseguimos recuperar valores de 2019. Quanto às questões também dos grandes investimentos, acho que, penso que em tempo de dificuldades em que a Câmara teve de direccionar grande parte dos seus apoios para as pessoas, para as famílias, para os apoios às empresas fazer grandes obras hipotecando e criando despesa futura que não sabemos como é que eventualmente a poderemos resolver no futuro também não seria uma estratégia segura e prudente em função dos tempos que vivemos hoje. Penso que quanto às questões técnicas o Presidente falará obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes

Relativamente ao relatório explicou que compara o mês de outubro deste ano com o do ano transato em termos financeiros. Referiu que existe naturalmente o aumento da receita já explicada pelo recebimento de mais de 500 funcionários do Ministério da Educação sendo por isso necessário incluir esses ordenados dentro do orçamento tendo confirmado que o dinheiro que receberam do Ministério da Educação é para os pagar, daí o aumento que houve na receita e na respetiva despesa. Continuou dizendo ser importante sublinhar alguns dados referidos, nomeadamente a Derrama arrecadada em 2021, referente ao lucro tributado em 2020. Disse que dado o que aconteceu em 2020 é bem natural que as empresas portuguesas, as europeias, tenham visto os seus lucros ou diminuídos ou até mesmo que tenham ficado com prejuízos e, portanto, sempre que há prejuízo não há Derrama e sempre que o lucro diminui a Derrama diminui. Confirmou ser uma redução de cerca de meio milhão de euros que, no seu entender, tem essa justificação e o seu desejo é que a economia recupere, não para arrecadar a derrama,

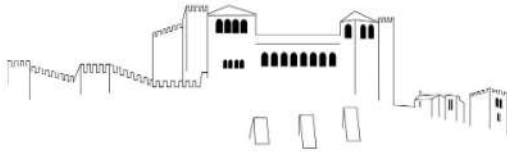


Município de Leiria Assembleia Municipal

mas porque é importante as empresas terem criação de riqueza, criarem postos de trabalho e dinamizarem os seus produtos e serviços. Afirmou ser uma explicação que lhe parece razoável e entendível no que diz respeito à questão da diminuição dessa receita.

Relativamente a algumas dúvidas apresentadas sobre o processo da SUMA e dos bio resíduos explicou que a recolha do lixo e a limpeza das ruas é assegurada pela empresa já há muitos anos em Leiria. Referiu ser conhecido o litígio que houve do concurso que fizeram para o período de 10 anos relativamente a esta tarefa. Disse que a empresa que irá iniciar os serviços já foi adjudicado o respetivo serviço estando a aguardar o visto do Tribunal de Contas, visto esse que enquanto não vem têm de proceder à contratação do serviço, em princípio, da empresa que está mais preparada e que está no terreno. Confirmou que têm recorrido a esta consulta ao mercado e a sua expectativa é que em 2022, todo o ano, possa funcionar como um ano de transição de uma empresa para a outra, objetivo que estão já a trabalhar com ambas as empresas e que vai obrigar à substituição de contentores, aquisição de novas viaturas, contratação de novo pessoal ou transferência de novo pessoal. Reconheceu ser uma operação extremamente exigente que pretendem acompanhar com algum cuidado sabendo que atualmente este tipo de empresas têm muita dificuldade de recrutamento de pessoas. Para além da falta de mão de obra o problema da crise dos motoristas reflete-se muito neste tipo de setor e neste tipo de empresa. Afirmou que não será só em Leiria que haverá problemas de recolha do lixo. No contexto europeu, a falta de mão de obra neste tipo de profissões, neste tipo de funções vai ser bastante exigente e, portanto, há uma forte rotatividade e vão acompanhar este trabalho. No que diz respeito aos bio resíduos disse terem uma candidatura aprovada e paralelamente têm um outro projeto de recolha porta a porta num projeto piloto numa freguesia. Afirmou que na área do ambiente o ano 2022 será também muito importante pois, no que diz respeito aos bio resíduos, vão apostar muito na questão do canal HORECA, ou seja, tudo o que é restauração, turismo é o sítio onde pretendem incentivar a recolha do bio resíduo, ou seja, saem do caixote do lixo normal os resíduos sólidos urbanos, nomeadamente os produtos alimentares. Disse ser um novo contentor e um novo saco havendo por isso a necessidade também de comunicar e sensibilizar toda a população que para ao longo dos próximos anos se poderem cumprir as metas ambientais, tem que se introduzir este novo fluxo naquilo que são os hábitos das populações. Indicou que vão começar nos refeitórios escolares, nos refeitórios dos hospitais, nos restaurantes do concelho a recolha dos bio resíduos. Disse ser importante retirar este fluxo do caixote do lixo e conseguir-se valorizar esse resíduo em termos daquilo que é a produção de energia ou a produção de adubo.

Relativamente ao centro escolar dos Marrazes disse ser quase uma "ópera trágica" no que diz respeito aos azares que têm tido ao longo dos anos nesta obra. Referiu terem tido

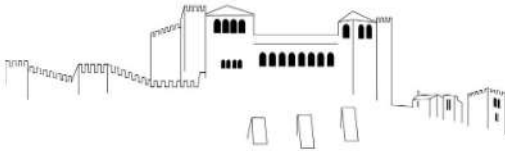


Município de Leiria
Assembleia Municipal

uma evolução no processo. Explicou que têm um concurso que está adjudicado. Houve uma reclamação em tribunal relativamente a essa adjudicação por parte de um 3º classificado. A empresa vencedora tem uma proposta de mais de 1 milhão de euros mais baixa que a 3ª, a 3ª reclamou dizendo que os conteúdos funcionais de trabalho não estavam bem feitos, o tribunal dá razão à 3ª e a Câmara vai contestar a decisão do tribunal, decisão essa que, na sua opinião, é irracional e irresponsável porque o próprio contrato vem visado ao 1º classificado, o Tribunal de Contas reconhece que o contrato tem validade e depois um outro tribunal diz que não, que temos de consultar e adjudicar à 3ª onerando o Município de Leiria só nesse ato em mais de 1 milhão de euros. Afirmou que nos próximos dias vão consignar a obra à empresa vencedora e, naturalmente, entrar numa batalha judicial de modo a fazer valer a sua posição não terminando aqui as questões de litigância neste centro escolar. Disse que também não podem deixar a obra parada eternamente. Reconheceu ser também uma decisão política, mas sustentada na sua opinião jurídica relativamente a esta posição disse ser sempre chato contrariar uma decisão do tribunal, mas depois haverá tribunais superiores para julgar esta situação e têm sempre 1 milhão de avanço o que dá alguma segurança em termos do início da obra. No que diz respeito à intervenção do senhor deputado Hugo Morgado, relativamente à questão das transferências na área da educação e à preocupação com a economia esclareceu que em relação à educação é um projeto de descentralização extremamente exigente, motivo pelo qual também vai ter consequências no modo de organizar a Câmara com o reforço da liderança na área dos recursos humanos da educação, porque, de facto, é um "porta-aviões" que entra na Câmara carregado com muitos funcionários em que muitos deles possuíam contratos que não estavam devidamente instruídos tendo a Câmara de fazer uma operação de introdução desses contratos naquilo que são as suas bases de dados de processamento de salários, mas mais do que isso estão a introduzi-los na sua equipa e, curiosamente, eles sentem-se já funcionários do Município com orgulho. Concluiu dizendo estarem a fazer um trabalho de construção da equipa com essas pessoas que todos os dias vão para os jardins de infância, para as escolas do 1º ciclo e que no fundo são os rostos que acompanham as crianças e jovens do concelho e por isso têm uma missão muito importante.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António Lacerda Sales**, passou à apresentação do ponto n.º 2 pois o ponto n.º 1 não carece de votação.

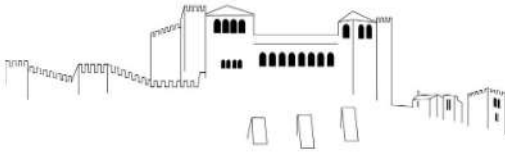
Ponto 2 – Proposta de criação dos serviços do Município de Leiria, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e em conformidade com as regras e

**critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto - Competências da Assembleia Municipal** - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**, esclareceu que por trás desta proposta de organização da estrutura da Câmara está também aquilo que são as competências dos diversos Vereadores e diversos serviços. Referiu que com o novo elenco camarário e com a importância que os Vereadores têm naquilo que é a estratégia do Município foi necessário adaptar também a organização interna da Câmara e conseguir fazer uma ligação já no início deste novo ciclo governativo entre as equipas que cada Vereador terá. Afirmou ter havido a necessidade de reforçar os quadros dos dirigentes, reforçar a confiança no trabalho deles e também aquilo que é sua responsabilidade, uma responsabilidade que tem de ser muito maior nos próximos 4 anos para dar sustento à ambição que têm para Leiria. Explicou que cada Vereador terá pelo menos um dirigente de topo, um diretor do departamento, para trabalhar diretamente consigo. Os diretores de departamento passam de três para oito e têm como missão funcionarem na alçada direta dos Vereadores, mas também com uma competência na área das divisões, ou seja, não vão preencher todas as divisões que estão no quadro existindo um acumular de funções entre a liderança do departamento e um conteúdo funcional próprio de uma divisão em concreto que está por baixo. Disse ser uma maneira de tornar mais pró-ativa a intervenção dos dirigentes, ganhar mais confiança, tomarem mais decisões e trabalharem com maior proximidade com os Vereadores o que fará com que se consiga implementar com mais eficácia a sua estratégia e as suas ações. Continuou a sua intervenção referindo ser uma visão diferente de organização em que desaparece a figura de diretor municipal, que era a cúpula da organização, passando a existir abaixo dos Vereadores o mesmo número de diretores de departamento que passarão a ter uma relação próxima de trabalho com os Vereadores e passam a fazer a ligação com as restantes divisões e serviços. Afirmou ser essa a sua estratégia e daí criarem o departamento de modernização administrativa e de qualidade, o departamento de contratação pública e gestão de contratos, o departamento financeiro e jurídico, o departamento de desenvolvimento territorial, o departamento de obras municipais, o departamento de gestão urbanística, o departamento de conservação e gestão operacional e o departamento de educação. Terminou dizendo ser essa a principal alteração à sua estrutura orgânica e sendo com esta filosofia de trabalho que querem governar nos próximos quatro anos.

Intervenção do senhor deputado Raul Testa – PS**Transcrição:**

"Boa noite, sintam-se todos cumprimentados.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Cada Leiriense tem uma ideia sobre a terra em que vive e a terra em que deseja viver. O senhor Presidente da Câmara Municipal e a equipa por si escolhida têm também a sua visão do futuro de Leiria e do que querem para a terra de todos nós. Em outubro passado, há um par de meses, portanto, a larga maioria dos Leirienses deu a essa equipa a confiança através do voto. Como tal, é normal que, é normal e quanto a mim um excelente sinal que esta equipa esteja já a propor uma nova estrutura orgânica. Nos últimos 8 anos tive a oportunidade de trabalhar em 2 autarquias e sei o quão importante é otimizar a estrutura orgânica de uma organização desta dimensão que evite perdas de tempo, de informação, estrangulamentos do processo administrativo e cadeias de comando longas que geram máquinas administrativas com tempos de reação enormes. Todos nós aqui nesta sala como cidadãos já sofremos situações com os serviços públicos e com serviços privados, situações menos boas. No entanto, e se nos negócios privados nós não temos muita coisa a dizer, na coisa pública não tem que ser assim. Como deputado nesta Assembleia, mas acima de tudo como cidadão, fico feliz por ver a Câmara Municipal a tentar reagir às mudanças que lhe são impostas pela realidade e parece-me que esta proposta tem um grande objetivo, colocar os serviços públicos ao serviço dos cidadãos de forma a servir melhor os nossos e atrair quem ainda não vive em Leiria. Senhores deputados, não podemos ignorar que este mandato ficará marcado pelas transferências de competências principalmente na educação, como referiu o Presidente da Câmara, daí que a necessidade de reorganização orgânica seja premente. Com as transferências de competências a Câmara Municipal passará de cerca de 600 trabalhadores para quase 1200. Se perante uma situação destas o executivo municipal não estivesse a fazer o possível para adequar a estrutura eu ficaria preocupado. Reparem que esta proposta contempla passarmos de 3 diretores de departamento para a possibilidade de 8 e de 23 chefes de divisão para possíveis 40. Acredito nesta reorganização orgânica e acho que ela é fundamental para o nosso concelho. Obrigado."

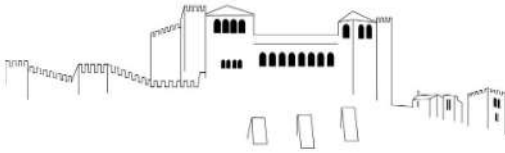
Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"A Câmara apresenta-nos uma proposta de nova organização de serviços que produz alterações sensíveis na estrutura nuclear dos serviços municipais. Da importante estrutura flexível nada se sabe, para já a opção foi não informar a Assembleia.

A reorganização dos serviços municipais de Leiria é uma necessidade premente para que os serviços possam assegurar adequadamente, com eficácia e eficiência, o exercício das atribuições municipais. Entre outros, dever-se-ia dar execução ao princípio da prioridade das atividades operativas sobre as atividades instrumentais.

Era disso que estávamos à espera.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Nesta proposta encontramos apenas dois aspetos positivos dignos de nota, a elevação ao nível departamental da organização dos serviços municipais da Educação e do Desenvolvimento Territorial.

Mas mais uma vez, ao contrário dos princípios e das boas práticas em matéria de organização de serviços municipais, ao nível da estrutura nuclear, os serviços operativos são preteridos em favor dos serviços instrumentais, aqueles cuja razão de existência é apenas darem apoio administrativo aos operativos. Com isto inverte-se em larga escala a aplicação do princípio da prioridade.

Outro princípio a ter em conta é o da homogeneidade, isto é, integração numa mesma unidade orgânica de áreas de intervenção funcionalmente correlacionados e coerentes, o que também, de novo, volta a não acontecer, como o demonstram, por exemplo, os propostos departamentos de Modernização Administrativa e Qualidade, Financeiro e Jurídico e de Conservação e Gestão Operacional.

E a maioria PS na Câmara, pese toda a retórica propagandística permanente, não considerou pertinente colocar ao nível departamental, vejam só, os Recursos Humanos, o Ambiente, a Cultura, o Desporto, os Transportes e Mobilidade, tudo atividades operativas da maior importância para a qualidade de vida das populações. Nem as tão badaladas capitais europeias valeram à cultura e ao desporto.

Da Requalificação Urbana, que pela dimensão do problema devia ser considerada nesta alteração estrutural com a criação de uma equipa multidisciplinar, nem uma palavra.

Quer na estrutura nuclear quer, em modo agravado, na estrutura flexível – veja-se o caso das áreas agregáveis no domínio do Ambiente espalhadas por mais de uma unidade nuclear –, vamos continuar ao nível de uma verdadeira salganhada funcional e organizativa.

Tudo parece que, como noutras operações similares precedentes, estes rearranjos servem mais para objetivos aqui não confessados e menos para colocar os serviços a operar com eficácia e eficiência.

A CDU vota contra.”

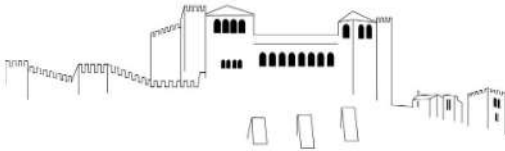
Intervenção da senhora deputada Alexandra Carvalho – PSD

Transcrição:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que o cumprimente e que na sua pessoa cumprimento todos os presentes na sala e on-line.

Nos últimos anos, têm sido 4 as unidades orgânicas nucleares do município de Leiria:

- Direção Municipal de Administração (DMA);*
- Departamento Administrativo e Financeiro (DAF);*
- Departamento de Infraestruturas e Manutenção (DIEM);*
- Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU).*



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Aquando da revisão do "Regulamento da Organização dos Serviços Municipais" (ROSML), com reflexo posterior no Organograma do município, foi claramente assumido que "esse ajustamento iria, e passo a citar "inevitavelmente, culminar com a necessidade de redução do número de cargos de dirigentes", o qual permitiria "uma diminuição dos custos decorrentes da implementação de um ROSML alterado".

Pretende este executivo, que se aprove uma estrutura nuclear dos serviços do Município de Leiria, "adequando-os à nova realidade decorrente da tomada de posse", assente em 8 departamentos.

Entende este executivo que o município deve passar de 3 para 8 departamentos, o que significa aumentar significativa e inevitavelmente os quadros dirigentes.

Perguntamos: Mas tornará este novo organograma, os serviços mais eficientes? Era importante sabermos quanto é que esta alteração vai custar ao município, uma vez que o executivo vai, sem sombra de dúvida, engordar a máquina municipal.

Na nossa opinião, fazem sentido, novos departamentos ou reorganizações de departamentos onde o município se possa tornar mais eficiente.

Por exemplo, faz todo o sentido o Departamento da Educação, uma vez que houve transferências de competências nesta área.

Contudo, fará sentido um departamento Financeiro e Jurídico? E um Departamento de Contratação Pública e Gestão de Contratos? E 4 departamentos para as competências que estavam atribuídas a 2? Serão mesmo necessários os Departamento de Desenvolvimento Territorial, Departamento de Obras Municipais, Departamento de Gestão Urbanística, Departamento de Conservação e Gestão Operacional?

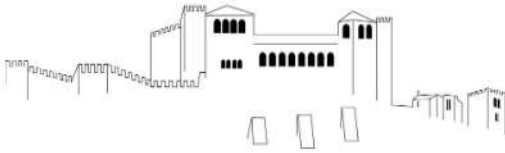
Em que aspetos falhavam os dois existentes?

Na nossa opinião, faz sentido um Departamento Financeiro, que deveria incluir as competências do departamento da contratação pública e gestão de contratos (a despesa pública é indissociável da contratação pública; a despesa pública é parte integrante de qualquer subsistema contabilístico: orçamental, financeiro e de gestão).

Já o jurídico, dada transversalidade e o carácter de suporte a todas as outras áreas, não deveria estar junto, por exemplo, com o proposto departamento de Modernização Administrativa e de Qualidade?

Não faria mais sentido um Departamento de Apoio às freguesias, que são as entidades que mais próximas estão da população e melhor conhecem as suas verdadeiras necessidades? Apoio técnico, apoio jurídico, dada a transferência de competências verificada?

Este conjunto de departamentos mais parece desenhado para preenchimento com perfis à medida, o que não pode acontecer quando se trata de dinheiros públicos!



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Por um lado, temos um desdobramento excessivo e, por outro, sem previsão para o futuro, após a integração obrigatória de novas competências, nomeadamente, saúde.

Perante o acima exposto, não nos parece adequada esta divisão.

O mais apropriado parecer-nos-ia votar contra. Mas uma vez que é responsabilidade do executivo gerir os seus recursos humanos, acreditando que o está a seguir o critério da eficiência, eficácia e economia (requisitos obrigatórios para a assunção de qualquer despesa pública) iremos dar o benefício da dúvida e abstermo-nos.”

Intervenção da senhora deputada Filomena Carvalho – CDS-PP

Transcrição:

“Boa noite a todos uma vez mais.

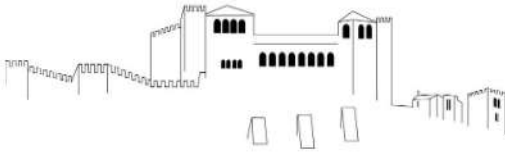
Partilhamos a nossa preocupação. Quanto a nós importa perceber se esta estrutura nuclear e estas unidades orgânicas se traduzem, de facto, numa potenciadora, mas também efetiva melhoria na gestão do município, agilizando e permitindo uma eficaz e eficiente articulação de pessoas e recursos. Quanto a nós, temos sérias dúvidas. Se estamos, se está a investir tanto, e este Município está a fazê-lo tanto desta forma de organização, devemos então exigir desempenho e um bom desempenho de todos os líderes e um desempenho de excelência de todos os técnicos e todos os profissionais. Temos que ter consciência do investimento, que não é pouco, que os Municípios estão a ter com esta compartimentada e superestrutura deste Município. Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

“Uma vez mais boa noite.

Ora, por natureza, o CHEGA à semelhança de outros partidos aqui defende uma administração mais leve, mais ágil, atuando naquilo que é o interesse público relevante para a população sem estar presa a si própria na sua estrutura. A proposta agora em votação vai precisamente em sentido contrário, aumentando a dimensão e os custos diretamente relacionados com a Câmara Municipal. Acaba por existir aqui uma dualidade entre aquilo que são os novos conceitos, novos ventos da nova Administração Pública versus a própria descentralização porque, enfim, se são transferidas competências para a Câmara também terão de ser criados mais meios, acreditamos. Assim, atendendo e reconhecendo aquilo que têm vindo a ser as políticas públicas de descentralização, com acréscimo de transferências de competências para as autarquias não iremos votar contra, também não iremos votar a favor, porque realmente compreendemos que possa haver esta necessidade e vamos confiar em que, vamos confiar em que este aumento se traduza no maior serviço público, mais eficiente e mais eficaz à população. Porque se for para fazer o mesmo com mais, como infelizmente muitas vezes sucede, então o CHEGA cá está para cobrar, vamos estar atentos. O senhor Presidente falou em responsabilidade,



Município de Leiria
Assembleia Municipal

nós acrescentamos responsabilização que se exige a todos esses novos atores da Administração Local. Dizer também, para terminar, porque ao contrário do que foi aqui dito o que atrai população não são os serviços públicos, mas sim o investimento público na população. Por último, e também ao encontro daquilo que foi aqui referido, é desejável que este aumento da capacidade do Município se prolongue no efetivo apoio às freguesias que também irão receber mais competências e que, inevitavelmente, precisarão de esse apoio que agora deve ser dado ou reforçado. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – Iniciativa Liberal

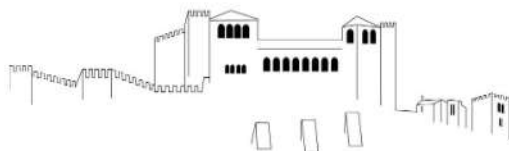
Transcrição:

“Boa noite novamente.

Nós na Iniciativa Liberal falamos bastante em transparência e, portanto, vou ser bastante transparente nesta minha intervenção que não era sequer para, não tinha nenhuma intervenção preparada para este ponto. Sendo completamente transparente, o nosso sentido de voto ia mais de acordo com aquilo que o PSD e o CHEGA referiram, mas mais no sentido de abstenção porque ainda tínhamos alguma esperança de que isto fosse mais um processo no sentido de descentralizar e de criar realmente otimização. E foi exatamente esse termo, ouvi aqui esse termo e agradeço ao senhor deputado do PS que fez a intervenção que fez, porque se dúvidas houvesse eu deixei de as ter. Não é possível falarmos em otimização e de criação de melhores canais de comunicação com menos fragmentação de comunicação fragmentando e criando postos administrativos intermédios, isto não faz sentido na cabeça de ninguém. Se querem melhor serviço público é com mais operacionais no terreno ou otimizando os processos que existem, não é com mais cargos administrativos, não é passando de 3 para 8, esqueci-me agora do termo, peço desculpa, departamentos e não é passando-se, espero ter apontado bem, de 600 posições para 1200, posições intermédias de administração. Funcionários? Peço desculpa por ter entendido mal essa parte. Ainda assim, mantenho a questão de passagem de 3 para 8 departamentos. Não é criando mais estes cargos intermédios e de administração que vamos ter melhor serviço público, não é, peço desculpa. É com mais pessoas no terreno e com melhores procedimentos, portanto, se dúvidas houvesse que não se trata de um processo de descentralização, mas mais de um processo de como já o Partido Socialista nos tem habituado de colocar os seus tentáculos em tudo o que pode e de controlar o máximo possível não confiando nas pessoas que já estão com cargos de responsabilidade naquelas áreas, mas criando mais, não queria aqui estar a usar o termo “Jobs for the Boys”, mas pronto, vou ter que usar, portanto, não é, não é assim que se faz. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Acácio Sousa – PS

Transcrição:

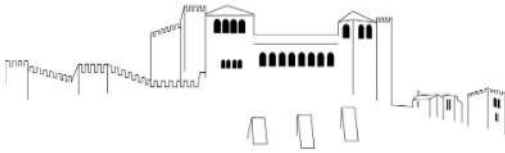


"Eu vou ser muito rápido.

Só um pequeno comentário às intervenções que aqui foram feitas. Naturalmente as pessoas têm a legitimidade de pensar e ter a sua opinião, mas vão-me perdoar dizer aqui uma coisa muito elementar. Os resultados têm a ver com a eficácia, a relação dos resultados com os custos é que dão o grau de eficiência e por isso, olhar só para os custos é redutor. A superestrutura tem a ver com a progressiva complexidade dos serviços face às competências que a Câmara tem vindo a assumir e bem, e os recursos humanos que têm transitado de escolas para a tutela camarária. Isto exige mais qualidade e celeridade nas respostas e isso está na agilização de tudo com novos patamares de decisão intermédia. É isso que esperamos e confiamos."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes

Esclareceu que o modelo de organização compete ao Presidente fazê-lo pois é ele quem trabalha diariamente com esta equipa devendo por isso o modelo de organização ser à imagem e semelhança daquilo que é a leitura que quer para os serviços. Referiu respeitar a opinião daquilo que é a visão, a expectativa e o desejo dos outros partidos relativamente à organização da Câmara e quando tiverem a oportunidade de o fazer também irá respeitar as opções que irão fazer. Aproveitou para deixar um apontamento, para terem uma noção exata daquilo que se passa em Câmaras idênticas à de Leiria, começando por Câmaras comunistas. Disse que a Câmara de Setúbal tem 8 departamentos, a de Loures, agora PS, tinha 9 estando qualquer uma delas ao nível da Câmara de Leiria. Continuou a sua intervenção dizendo que a macroestrutura destas duas Câmaras é idêntica àquela que se pretende agora para Leiria. Disse ainda que a Câmara de Coimbra tem 3 diretores municipais, que estão acima dos diretores de departamento, somando 12 pessoas em diretores de departamento. Referiu ser uma Câmara que, em termos de população, é idêntica à de Leiria. Disse que se for feita uma comparação com a Câmara de Braga esta tem 3 diretores municipais e 7 diretores de departamento perfazendo um total de 10. Afirmou não estarem a criar uma macroestrutura diferente daquilo que são cidades idênticas à de Leiria, não podendo, na sua opinião, nesta fase de arranque continuarem a trabalhar com um canal de dirigentes que têm funções de diretor de departamento e possuem vencimentos como chefes de divisão algo que não considera ser correto. Continuou dizendo que hoje os dirigentes da função pública, os altamente qualificados, os mais motivados, os mais dinâmicos são também os mais requisitados por outras autarquias e por outros serviços públicos. Defendeu que se querem ter uma equipa ao seu lado, capaz de dar resposta, têm de lhes oferecer a oportunidade de poderem dar o seu contributo para o desenvolvimento do concelho reconhecendo assim essa possibilidade de poderem ser diretor de um departamento que acabam por ser áreas funcionais muito alinhadas com aquilo que é o trabalho dos Vereadores, muito focado



Município de Leiria
Assembleia Municipal

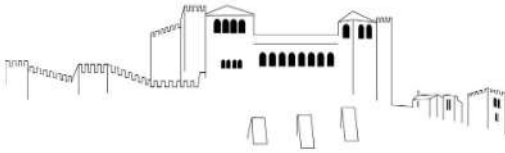
naquilo que é uma separação vertical de cada uma dessas tarefas, evitando conflitos e ruído entre divisões. Disse ainda ser uma aposta que vai de acordo com aquilo que é a sua leitura e estudo feito relativamente a outros departamentos existente em Câmaras idênticas à de Leiria. Afirmou não estarem a inventar nada de diferente e por isso, respeitando a sua (deles) leitura, agradeceu o voto de confiança, pois não estão a fazer nada de diferente de outras Câmaras sendo esta uma aposta muito clara no reforço da liderança e no reforço da confiança dos dirigentes na Câmara Municipal.

Relativamente às unidades orgânicas dos chefes de divisão comunicou ser uma matéria que irá à reunião da próxima semana sendo esta estrutura flexível tratada nessa altura (na reunião de dia 14 de dezembro). Referiu que, atualmente, o que sentem é que para uma Câmara fizeram uma operação de recrutamento nos últimos dois anos notável, não só para conseguir contratar pessoas para poderem estar nas escolas, porque os funcionários que receberam do Ministério da Educação não eram suficientes para aquilo que são os rácios de acompanhamento das crianças e jovens do concelho, mas também tiveram muitos concursos que ficaram vazios tendo explicado que quando se fala no reforço do pessoal operacional existem concursos na área dos pedreiros, calceteiros, espaços verdes onde têm pouquíssimas pessoas a concorrer. Concluiu a sua intervenção dizendo que quando há pouco falava na crise da mão de obra em alguns setores da indústria da construção a mesma aplica-se exatamente à estrutura base da Câmara, em áreas fundamentais para este tipo de profissões e, por isso, tentar encontrar pessoas que tenham agilidade a encontrar soluções, muitas delas terão de ser em outsourcing, em parcerias para conseguir ultrapassar as dificuldades que se sentem na base sendo essa também a missão dos diretores de departamento.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria António Lacerda Sales**, colocou o **Ponto 2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 4 votos contra** (1 PCP, 1 IL, 1 CDS-PP e 1 CHEGA) **e 12 abstenções** (11 PSD e 1 CHEGA) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Proposta de criação dos serviços do Município de Leiria, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e em conformidade com as regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto - Competências da Assembleia Municipal.**

Ponto 3 - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria - Adequação da estrutura orgânica, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto,



alterada - Competências da Assembleia Municipal (artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009) - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

Explicou que a estrutura proposta neste momento, sem prejuízo de no início do ano poderem efetuar alguns ajustamentos, mantém a direção delegada da administração, ou seja, um diretor-delegado e é composta por 7 unidades orgânicas flexíveis que correspondem às divisões municipais, corresponde a um cargo de dirigente de 2º grau, portanto, corresponde a um chefe de divisão. Esclareceu ser uma proposta de organização que poderá ser revista tendo em conta aquilo que é o desenrolar dos desafios no próximo ano existindo também uma necessidade de reforçar a cúpula da pirâmide do SMAS e por isso estarão também em avaliação. Disse que a proposta que estão a apresentar hoje corresponde àquilo que é a atual estrutura do SMAS.

Intervenção do senhor deputado Carlos Poço – PSD

Transcrição:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereação,

Senhoras e senhores deputados,

A todos os que nos acompanham pelas redes sociais,

Senhores jornalistas presentes,

Os Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Leiria são responsáveis pelo abastecimento de água para consumo humano ao Concelho de Leiria. Para isso, conta com vinte e cinco captações, uma superficial e vinte e quatro subterrâneas e também água adquirida em alta as Águas do Centro.

Verifica-se que as perdas de água é um problema que se arrasta há muitos anos. A título de informação em 2013 as perdas eram de 42% da quantidade tratada e em 2021 de 37%.

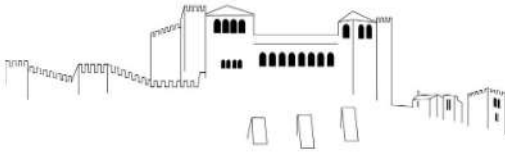
São valores enormes que custam cerca de 1,7M€ neste momento.

Há muitas razões para essas perdas, mas é preciso urgentemente investir fortemente para mitigar essas perdas que continuam a ser pagas por todos nós.

O orçamento prevê pequenos montantes para pequenas soluções num orçamento de 10M€ de despesas de capital dos quais 8 M€ são para saneamento.

Há naturalmente grandes necessidades de investimento no saneamento, especialmente na cidade, para evitar que as águas pluviais se introduzam na rede de saneamento quando a pluviosidade é muito elevada.

As águas pluviais adicionadas ao saneamento são tratadas em conjunto com o consequente desperdício.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O munícipe paga, portanto, também o tratamento de águas pluviais na sua fatura que tem um valor semelhante de água e de saneamento. Não podemos aceitar que este desperdício se perpetue na fatura do cidadão.

Senhor Presidente da Câmara, os recursos são escassos e o orçamento tem que ser equilibrado, mas estes investimentos de capital trazem resultados imediatos e elevados.

O Grupo Municipal do PSD não pode por estas razões aprovar um orçamento que não tenha uma preocupação clara de redução das perdas de água e de renovação e adequação da rede de esgotos, especialmente na zona da baixa da cidade.

Intervenção do senhor deputado Renato Cruz – PS

Transcrição:

"Boa noite.

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e nele todos os presentes e os que nos seguem também em casa.

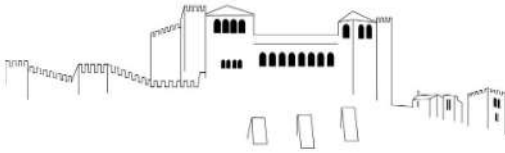
Portanto, sobre este ponto, já agora fazendo só aqui uma pequena resposta aquilo que o senhor deputado Carlos Poço acabou de referir, que o SMAS também é um exemplo nesta matéria da inclusão sendo, portanto, tendo ocupado já alguns cargos com pessoas precisamente na condição que referiu e nas vagas que existem... 1? que foi o pioneiro sim, mas sim podemos ir contar agora um a um, mas foi pioneiro..., ou seja, é a mostra em que há vontade política e em lado nenhum está referido que nestes, estas vagas ou nos lugares que podem ser ocupados essas pessoas serão postas de parte, antes pelo contrário. De qualquer das maneiras, portanto, estamos aqui a falar de uma unidade orgânica ou, neste caso, esta reorganização não é mais do que aquilo que acontece de 4 em 4 anos em que veio manter exatamente as estruturas existentes neste momento. Os núcleos são os mesmos, as pessoas são as mesmas, as equipas são as mesmas não há um aumento nem de custos nem de quadros. Isto tem que ser regulado sempre que inicia o mandato, portanto, e é precisamente isso que este ponto 3 vem fazer. essa regulação. Disse."

Intervenção da senhora deputada Filomena Carvalho – CDS-PP

Transcrição:

"Muito boa noite mais uma vez.

Só mais um aspeto que nós queríamos transmitir, somos particularmente sensíveis à questão da água e acreditamos que uma boa organização e uma boa estrutura do SMAS certamente terá um efeito potenciador no futuro e falamos do setor da água um dos setores particularmente sensíveis e que exige hoje um redobrado cuidado tendo em conta um futuro que é já presente e que todos expectamos que será de grandes desafios no setor da água, portanto, também é uma palavra de um bom trabalho e o desejo que



Município de Leiria
Assembleia Municipal

nesta estrutura que têm façam para que esta fonte tão viva e que é tão importante para nós, de facto, seja cuidada da melhor forma.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes

Relativamente à intervenção do senhor deputado Carlos Poço, referente ao preenchimento de vagas com pessoas com deficiência, confirmou ser uma preocupação do Município e do SMAS. Mencionou o caso particular apresentado pelo senhor deputado Renato Cruz e partilhou que no Município também existe um outro tendo elogiado a qualidade do atendimento proporcionado pelo invisual que desempenha funções no atendimento telefónico e cuja voz é conhecida por muitos Leirienses que contactam os serviços. Terminou dizendo que esse tipo de preocupação faz sentido mencioná-la e também praticá-la.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António Lacerda Sales**, colocou o **Ponto 3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 11 abstenções** (9 PSD, 1 CHEGA e 1 IL), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente aos **Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria - Adequação da estrutura orgânica, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, alterada - Competências da Assembleia Municipal (artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009)**

Ponto 4 – Documentos Previsionais

Ponto 4.1 - Demonstrações Orçamentais Previsionais 2022-2026. Demonstrações Financeiras Previsionais, Mapa de Pessoal, Plano de Formação, Perfis de Competências e Relatório da Proposta de Orçamento dos SMAS de Leiria para 2022. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Leiria - Apreciação, discussão e votação;

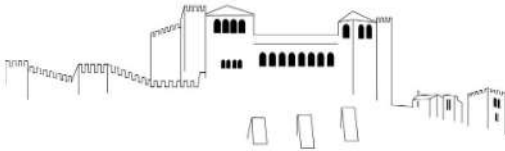
O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, solicitou ao senhor Vereador Ricardo Santos que efetuasse uma intervenção sobre o tema.

Intervenção do senhor Vereador Ricardo Santos

"Boa noite.

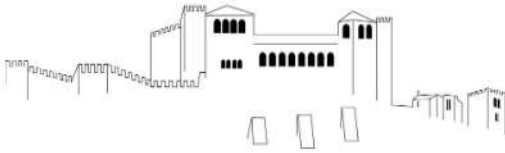
Cumprimento o senhor presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Sales, e na sua pessoa todos os presentes aqui na sala e também quem assiste online.

Relativamente ao ponto sobre o orçamento dos SMAS para o ano de 2022 e antes dos números destacar aqui aquilo que são os objetivos estratégicos dos SMAS, de um serviço público de prestação de serviços na área do abastecimento de água e também do saneamento, portanto, esses objetivos são a sustentabilidade económico-financeira, é



Município de Leiria
Assembleia Municipal

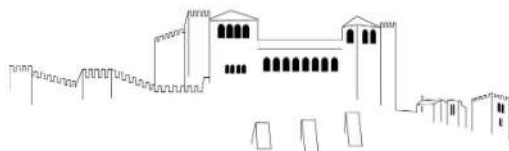
também e eficiência e eficácia da organização, da proteção da saúde pública, a sustentabilidade ambiental e também a responsabilidade social. Os SMAS de Leiria pretendem assegurar o direito humano fundamental de acesso universal quer da água, quer do saneamento considerando nomeadamente as suas componentes sociais, económicas, intergeracionais e ambientais garantindo acesso a origens de água com qualidade, segurança e em quantidade, assegurar o fornecimento de uma água que salvaguarda a saúde pública através do eficiente tratamento da água e a sua monitorização em todas as suas fases assegurando o cumprimento integral da legislação em vigor é o nosso principal objetivo. Relativamente ao orçamento proposto para 2022 ele totaliza um valor de 28.735 mil euros. Há aqui um aumento de cerca de 1 milhão e 200 mil euros relativamente ao ano que está agora a terminar. Desse montante, relativamente às despesas, temos 18.456 mil euros, referente a despesas correntes e 10.280 mil euros relativas a despesas de capital. Face ao orçamento da despesa em 2021 verifica-se um aumento de 1.621 mil euros nas despesas correntes, do qual destacava despesas com pessoal no valor de 518 mil euros e aquisição de bens e serviços de 1.195 mil euros. Há aqui, de facto, uma dificuldade e já foi aqui referido várias vezes a dificuldade de contratação de alguns funcionários, nomeadamente na parte operacional. Nós temos lançado vários concursos para a admissão de pessoas para trabalhar nos SMAS e se na parte administrativa nós não temos qualquer dificuldade na sua contratação já no que toca à componente operacional obviamente que temos a mesma dificuldade que têm atualmente as empresas, que tem a Câmara na contratação de canalizadores, de pedreiros, de calceteiros, portanto, temos essa efetiva dificuldade, isto de certa forma está relacionado diretamente com o aumento de despesa no que toca à aquisição de bens e serviços, uma vez que nós para conseguir concretizar uma série de trabalhos teremos que contratar empresas externas para fazer esse mesmo serviço. Ainda no que toca às despesas correntes queria aqui destacar o valor de 3.800 mil euros para o tratamento de efluentes, portanto, no fundo é o tratamento do efluente que é descarregado, quer na ETAR das Olhalvas, quer na ETAR do Coimbrão e ainda 4.700 mil euros para aquisição de água. No que toca ao plano plurianual e para o ano de 2022 estão previstas despesas no serviço de abastecimento de água no valor de 10.500 mil euros. Destacaria aqui a constante remodelação e ampliação das redes de água do sistema em exploração, destacaria também a conduta elevatória de Monte Redondo até à praia do Pedrógão, uma empreitada que tem um valor de cerca de 1.600 mil euros e que irá iniciar nas próximas semanas. Também destacar o controlo e redução de perdas no sistema de adução e distribuição de água, a reabilitação da rede de abastecimento de água na freguesia da Maceira que está já em curso e destaque, não só pelo seu valor, mas por aquilo que representa esta freguesia no que toca às perdas de água que nós temos tido ao longo dos



Município de Leiria
Assembleia Municipal

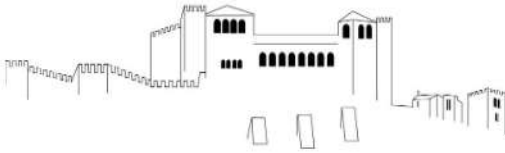
anos à semelhança também da União de Freguesias de Boa Vista e Santa Eufémia, que é também uma freguesia onde nós temos tido alguns problemas com roturas na rede de abastecimento de água face à sua antiguidade e ainda também a aquisição de contadores. Recordo que nós temos um parque de contadores de cerca de 62 mil contadores e se considerarmos que o tempo de vida útil de um contador é de cerca de 6 anos nós temos que ter aqui um trabalho de todos os anos mudar em média cerca de 10 mil contadores. Quanto ao saneamento de águas residuais, estão previstas despesas no valor global de 8.400 mil euros, portanto, continuamos com o prolongamento da rede de saneamento em várias freguesias do concelho, já não são muitas aquelas que estão abaixo da cobertura de 95%, portanto, há aqui algum desenvolvimento a fazer algumas freguesias e destacaria neste próximo ano a Freguesia de Milagres e a União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira com esta empreitada que está neste momento em curso com valor de cerca de 3 milhões de euros e ainda também em algumas localidades da União de Freguesias de Colmeias e Memória e também na União de Freguesias de Boavista e Santa Eufémia.

No âmbito da receita, destacaria aqui o facto de as receitas correntes representarem-se praticamente em 96%. Para o aumento da receita corrente irá haver uma contribuição no valor de 1.400 mil euros na venda de bens e serviços correntes que se justifica pelo aumento da taxa de cobertura, pelo aumento das ligações que se irão fazer em alguns locais do concelho, fruto das obras que estão a ser concluídas ou que, entretanto, foram terminadas. Destacaria aqui obras que terminaram ao longo deste ano na União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira, nomeadamente na Sismaria e também em parte da Carreira, como também em várias localidades da União de Freguesias do Souto da Carpalhosa e Ortigosa, Moita da Roda e Conqueiros, Lameira, Monte Agudo, Riba d'Aves, São Miguel, portanto, muitas localidades no Souto da Carpalhosa, onde nós terminámos a rede de saneamento e, portanto, para o ano que vem iremos aumentar o número de utilizadores que irão ficar servidos então pela rede de saneamento. Obviamente que não é uma competência direta, digamos assim, da Assembleia Municipal a aprovação do tarifário para 2022, mas ele está de certa forma relacionado com aquilo que é a proposta de Orçamento e que é aqui destacado o facto de mais uma vez o tarifário para 2022 não irá sofrer alterações. Atrevo-me a dizer que devemos ser praticamente o município ou entidade gestora do país que não tem mexido no tarifário desde 2015 e, portanto, acho que isso também é um fator decisivo para aquilo que é a classificação que nós devemos dar aos SMAS, é uma classificação que tem sido muito positiva por parte da entidade reguladora, a quem nós submetemos todos os anos a proposta de ajustamento tarifário, temos sempre nota positiva desde 2015, desde que entrou em vigor este novo modelo de ajustamento tarifário onde a ERSAR determina aquilo que deverá ser o tarifário a aplicar



Município de Leiria
Assembleia Municipal

no ano seguinte. Terminaria este ponto dando aqui a indicação de alguns indicadores que me parecem que são relevantes e que caracterizam os SMAS. O aspeto menos positivo e com o qual os SMAS têm tido a preocupação ao longo destes anos é tentar baixar este este número, estamos a falar das perdas de água que estão ligeiramente acima dos 35%, mas que fruto daquilo que têm sido os investimentos que nós temos feito nos últimos anos, quer na remodelação da rede de abastecimento de água, quer também na renovação do parque de contadores, esperamos que nos próximos anos esta percentagem possa baixar consideravelmente. Um pouco por todo o país estas perdas de água são bastante superiores aos 35%, aliás, nós temos apenas uma única entidade gestora do país, neste caso a EPAL, em que a percentagem de perdas está abaixo dos 20%. Muitas outras entidades gestoras têm percentagens mais elevadas, algumas delas vão até 70 a 80% de perdas de água. Mas, dizia eu que estes indicadores que são relevantes e caracterizam aquilo que são os serviços para além da questão das perdas há a referir também a qualidade da água que é excelente. É excelente e quem o diz é a própria ERSAR que desde que promove a atribuição de um selo de qualidade, de excelência da água que o mostra. Indicador relevante é que temos a maior rede de abastecimento de água do país e isto, obviamente, está ligado ou está associado àquilo que é o valor das perdas que nós temos tido, ainda há pouco o senhor Presidente dizia que dava para ir de Trás-os-Montes até Vila Real de Santo António, eu diria que dá para ir até Valença, dá para ir a Vila Real de Santo António e ainda dá para passar a Leiria e isso demonstra aquilo que é a dificuldade, aquilo que é a extensão que nós temos em matéria de rede de abastecimento de água, que é a maior do país e onde atingimos uma taxa de cobertura muito superior aos 99%, portanto, são poucos os edifícios que neste momento não estão servidos com água de abastecimento. Para além da rede de postos de abastecimento de água ser a maior do país também temos a rede de saneamento que, neste momento, já é a maior do país e isso é fruto daquilo que tem sido o volume de investimentos que nós temos feito nos últimos 10 anos, recorde que há 10 anos estávamos muito abaixo daquilo que era a média da taxa de cobertura do país, neste momento estamos bem acima daquilo que é a média e, portanto, o nosso trabalho irá continuar nos próximos anos. Ainda este mês passado de novembro reuni individualmente com todos os Presidentes de junta onde foram avaliadas pequenas bolsas que existam ainda nas freguesias que possam já ter uma taxa de cobertura quase a 100%, mas que nós queremos obviamente resolver também essas pequenas bolsas, nem que seja só duas ou três moradias que estejam isoladas, portanto, nós queremos encontrar soluções adequadas ao local para que esses edifícios possam ficar servidos. Obviamente que o número que também é alvo de alguma preocupação e que também o senhor Presidente já aqui falou há pouco é a taxa de adesão que está abaixo daquilo que era a nossa



Município de Leiria
Assembleia Municipal

expectativa e, portanto, no próximo ano iremos reforçar as ações de sensibilização para que todos os utilizadores que têm uma rede disponível à porta possam ligar quer no que toca à rede de abastecimento de água, quer também à rede de saneamento. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Carlos Poço – PSD

Transcrição:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereação

Senhoras e senhores deputados

A todos os que nos acompanham pelas redes sociais

Senhores jornalistas presentes,

Os Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Leiria são responsáveis pelo abastecimento de água para consumo humano ao Concelho de Leiria. Para isso, conta com vinte e cinco captações, uma superficial e vinte e quatro subterrâneas e também água adquirida em alta as Águas do Centro.

Verifica-se que as perdas de água é um problema que se arrasta há muitos anos. A título de informação em 2013 as perdas eram de 42% da quantidade tratada e em 2021 de 37%.

São valores enormes que custam cerca de 1,7M€ neste momento.

Há muitas razões para essas perdas, mas é preciso urgentemente investir fortemente para mitigar essas perdas que continuam a ser pagas por todos nós.

O orçamento prevê pequenos montantes para pequenas soluções num orçamento de 10M€ de despesas de capital dos quais 8 M€ são para saneamento.

Há naturalmente grandes necessidades de investimento no saneamento, especialmente na cidade, para evitar que as águas pluviais se introduzam na rede de saneamento quando a pluviosidade é muito elevada.

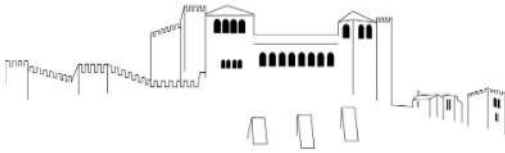
As águas pluviais adicionadas ao saneamento são tratadas em conjunto com o consequente desperdício.

O munícipe paga, portanto, também o tratamento de águas pluviais na sua fatura que tem um valor semelhante de água e de saneamento. Não podemos aceitar que este desperdício se perpetue na fatura do cidadão.

Senhor Presidente da Câmara, os recursos são escassos e o orçamento tem que ser equilibrado, mas estes investimentos de capital trazem resultados imediatos e elevados.

O Grupo Municipal do PSD não pode por estas razões aprovar um orçamento que não tenha uma preocupação clara de redução das perdas de água e de renovação e adequação da rede de esgotos, especialmente na zona da baixa da cidade.”

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – Iniciativa Liberal



Transcrição:

"É entendimento da Iniciativa Liberal que este orçamento não passa de mais do mesmo: manutenção do status quo sem visão de futuro.

Leiria tem a 4ª tarifa mais cara do distrito no que toca ao abastecimento de água, saneamento e resíduos urbanos. Os Leirienses pagam quase o dobro do que se paga aqui já ao lado, na Batalha. Dados de 2019: por 10m3 de consumo na Batalha paga-se sensivelmente 15€ e em leiria 27€.

E não é necessário procurar muito longe para entender porquê, ou pelo menos para entender um dos principais fatores: foi noticiado recentemente que Leiria desperdiça 37% da água captada por falta de manutenção da infraestrutura. Sr. Presidente, não se atinge 37% de perdas de um dia para o outro, isto é sintoma de falta de intervenção crónica.

Já que temos a 4ª tarifa mais alta do distrito, seria de esperar uma infraestrutura exemplar. Não é o caso, os Leirienses pagam os seus impostos, o mínimo que se pede é que sejam bem investidos. Este orçamento não é isso.

Mas mesmo que se resolvesse o desperdício de 37%, e ainda que no melhor dos cenários isso representasse uma poupança na mesma grandeza para os Leirienses, passaríamos de 27€ para 17€. Recordo que na Batalha, pela mesma medida, são 15€. Ainda assim, haveria trabalho a fazer.

A Iniciativa Liberal votará contra este orçamento, pela falta de visão de futuro, falta de vontade política de fazer as intervenções de médio e longo prazo – não apenas na infraestrutura, mas também na gestão do serviço – que tanta falta fazem."

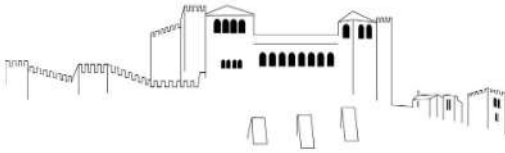
Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**

Transcrição:

"Continuam a suceder roturas frequentes em boa parte da rede de abastecimento de água, antiga e degradada, com incómodo para as populações e dificuldades para as atividades económicas e não se vislumbram medidas para reverter este estado das coisas. Pelo contrário, parece que há um certo conformismo instalado, um deixa andar que inquieta.

São recursos essenciais desperdiçados ingloriamente. Em detrimento da natureza, da qualidade de vida e do futuro.

Todos sabemos que deve haver um forte investimento nos sistemas de captação e distribuição de água e de recolha de esgotos. A CDU há muito que defende um plano para, com critério e sistematicidade, se ir paulatinamente renovando a rede de água e se levar finalmente a rede de saneamento a todo o concelho. Mais uma vez isso não vai acontecer e, relativamente à rede de esgotos a meta agora é atingir-se apenas 95% da cobertura.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

A população vai continuar a pagar preços altos pela água e esgotos porque a ineficiência da gestão ao longo de dezenas de anos, com responsabilidades para o PS, o PSD e o CDS, tem um preço elevado.

Temo-lo dito sempre e reafirmamos: é preciso que o Município transfira para os SMAS recursos financeiros para acelerar o investimento, mas transfira efetivamente e não apenas no papel. E é necessário dotar os SMAS do pessoal necessário, qualificado e com meios de trabalho, modernos e eficazes nomeadamente de engenharia hidráulica.

Leiria tem recursos hídricos de qualidade no seu território, temos serviços especializados e com saber-fazer na captação, tratamento e distribuição de água e recolha de esgotos. Devemos continuar a ser autónomos e a manter este recurso e esta capacidade técnica nas nossas mãos. Nada garante que assim seja.

Os baixos graus de execução do Plano são preocupantes, mas não se observa qualquer análise sobre isso e muito menos se avançam medidas, ou meras intenções, de contrariar esta tendência.

Estes são instrumentos políticos essenciais ao planeamento, gestão e fiscalização da sua execução. A falta de preenchimento de informação relevantíssima, como as datas de Início e de Fim dos projetos, das colunas dos pagamentos a realizar entre 1 de outubro e 31 de dezembro, ou a das verbas A Definir nas colunas do Financiamento do Ano em curso, é uma medida que cria óbvias dificuldades à compreensão da dimensão financeira de cada projeto, do seu grau de maturidade e da cronografia da sua execução.

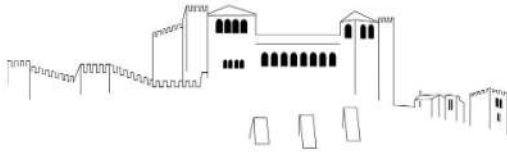
Estes instrumentos não merecem a nossa concordância. Muito obrigada."

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

"Boa noite.

Se há algo que vale a pena investir é na água e no saneamento. É, desde logo, uma questão de saúde pública e uma questão de ambiente. Se há dinheiro para umas coisas, tem de haver dinheiro para outras, principalmente para a água e saneamento.

Os leirienses, os portugueses no geral, pagam já dos mais elevados custos com energia, gás, gasolina, gás, eletricidade, etc., etc. e pagam também dos mais elevados custos a nível de distrito com a água. A fatura da água tem um peso demasiado excessivo naquilo que é o orçamento familiar das famílias e naquilo que são as empresas, e acompanhando aqui o entendimento do deputado Telmo Marques, o fato não se mexer há imenso tempo nos tarifários não é necessariamente uma coisa boa, se calhar é uma coisa má, se calhar estava na altura de se mexer e de sermos sensíveis principalmente aos tempos que correm para as famílias e para as empresas provocado por esta pandemia, porque não basta isentar quem, de facto, necessita é preciso reduzir globalmente o custo da fatura da água para famílias e empresas por forma a tornar as famílias e empresas mais resilientes e capazes de resistir aos tempos atuais e dessa forma dinamizar a



Município de Leiria
Assembleia Municipal

economia do município. Não ignoramos que tenha de existir um incentivo para a utilização responsável da água enquanto bem escasso bem como a correspondente participação dos consumidores nos custos desses serviços, mas gostaríamos, repito, de ter visto neste orçamento ou gostaríamos de ver esta questão da água, uma diminuição dos preços para os consumidores. A insensibilidade daquilo que estamos aqui a falar, da questão da água e do saneamento, exigia outro orçamento com outros valores. Este orçamento é manifestamente insuficiente para fazer face aos problemas estruturais que urge solucionar e resolver no município. Não prevê intervenções de fundo, suficientes e adequadas para resolver a questão do saneamento que contribui para a poluição da bacia hidrográfica do rio Lis, como também não pressupõe medidas para evitar e salvaguardar as fugas de água que tanto dinheiro custa aos munícipes, ao município e ao ambiente. Por isso, o voto do CHEGA será contra. Obrigado."

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

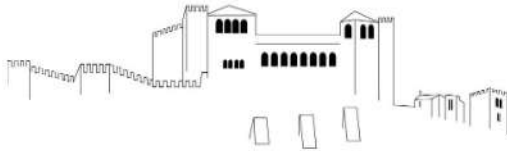
Transcrição:

"Senhor Presidente sobre o orçamento dos SMAS eu penso que estamos todos de acordo, irei ser telegráfico. É um problema que não é novo e maior problema ainda é que vai-se mantendo sem qualquer resolução por parte deste executivo. Os problemas são conhecidos, são as tarifas exorbitantes, que já foram aqui faladas, cobradas, a falta de investimento em relação à rede de coletores e as sempre faladas e não resolvidas perdas de água que, conforme as notícias também aqui faladas, ascendem a cerca de 37, 35%, algo que o senhor Vereador poderá depois esclarecer sobre isso. Estas perdas, para além do impacto ambiental, pelo desperdício da água, um recurso cada vez mais escasso traduz-se num encargo importante para as famílias do concelho não se identificando uma resposta clara com a dotação orçamental necessária que perspetive a resolução cabal deste problema havendo apenas palição. Ora, este orçamento não concretiza uma resposta à remodelação dos sistemas de distribuição de água mais antigos e degradados nem ao combate às perdas pelo que, e os valores das tarifas cobradas continuam a ser imensos, pelo que não poderá ter o nosso voto favorável. Contudo, e para rematar este ponto, gostaria também de parabenizar a reabilitação do armazém da SMAS, e a perspetiva do aumento de contratação de pessoal que, como já se verificou aqui, é mais necessário. Esperando nós, todavia, que estas novas contratações não sejam feitas em condições de precariedade. Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado **Tiago Duarte – PS**

Transcrição:

"Analisando o documento apresentado e face às informações nele contidas, verifica-se o esforço que tem sido realizado e que se prevê que continue a realizar, no melhoramento das condições de abastecimento de água e do saneamento do concelho de Leiria. É



Município de Leiria
Assembleia Municipal

notória a evolução de melhoria de condições nestas duas áreas, nomeadamente no que respeita ao saneamento, com a cobertura que tem crescido de forma significativa nos últimos anos.

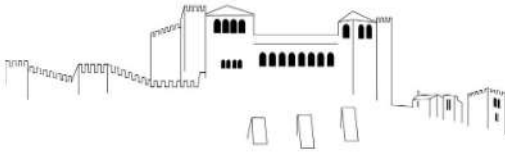
Trata-se de uma área muito específica e dependente de um conjunto de fatores que não são de rápida resolução, ou pelo menos não tão rápidos quando o desejável. Ainda assim, verifica-se que são áreas onde o desenvolvimento tem sido constante ao longo dos anos.

Acresce aos investimentos de saneamento, o investimento associado à rede de abastecimento de água, que fruto da idade das mesmas e da sua extensão, tem levado à existência de roturas em maior número do que as desejável e consequente perdas de águas associadas. O investimento que tem sido realizado nos últimos anos e que se prevê para os próximos anos, demonstra as necessidades de aposta na requalificação das redes de abastecimento. As despesas previstas para as obras da rede de abastecimento para o ano de 2021 é superior em mais de 2 milhões de euros ao previsto para o saneamento, em linha com o ano passado e situação que se prevê para os próximos anos.

A questão das perdas de água é um problema comum a muitos municípios deste País. No caso específico de Leiria estamos a falar de uma das maiores redes de abastecimento existente, que face à sua extensão resulta em maiores probabilidades de ocorrência de roturas e consequentemente de perdas associadas. Ainda que as perdas de água que se observam sejam superiores ao desejável, e não servindo para esconder este fato, a realidade nacional é, salvo algumas exceções, da mesma ordem de grandeza e em muitos casos mais desfavorável. Os bons exemplos existentes apontam para uma percentagem de perdas de água próxima dos 20%.

Ao longo dos últimos anos tem sido feito um investimento significativo na melhoria do sistema existente, quer seja no sistema de saneamento, que permitiu nesta fase uma cobertura próxima dos 95%, quer no sistema de abastecimento de água, onde têm sido realizados investimentos na requalificação das redes mais antigas, que é onde se verifica uma maior quantidade de roturas e consequente perdas de água. Exemplo destes investimentos, as obras de substituição da rede de abastecimento da Maceira, uma obra de uma dimensão significativa, e que irá permitir reduzir a quantidade de perdas associadas, bem como os trabalhos que estão a ser realizados freguesia Santa Eufémia e Boa Vista. O documento agora apresentado prevê a reparação e substituição das redes de abastecimento de diversos locais do nosso concelho, sabendo nós que este deve ser um trabalho que tem de se ir adaptando às necessidades e prioridades observadas.

No caso específico do abastecimento de água, muitas destas perdas estão associadas a redes antigas e cujos materiais são manifestamente de inferior qualidade aos existentes atualmente. Além da substituição das redes mais antigas, tem sido e continuará a ser



feita a substituição dos contadores, que são igualmente responsáveis pelas perdas de água contabilizadas, fruto de erros de leitura associados nos contadores mais antigos. No que respeita a zona urbana de Leiria, onde se situam as redes de abastecimento mais antigas, o seu trabalho de substituição tem vindo a ser realizado em consonância com outras intervenções, sendo disso exemplo a substituição da rede da Avenida Nossa Senhora de Fátima. Consideramos que esta se trata de uma metodologia que está correta, uma vez que se concentra investimentos, evitando mais gastos desnecessários. Em resumo, o trabalho na melhoria das condições das redes de abastecimento e de saneamento têm sido uma realidade. As previsões agora apresentadas apontam para um reforço neste investimento. A extensão e os recursos humanos disponíveis não permitem que este trabalho seja realizado com a velocidade ideal. Adicionalmente estão a ser e continuarão a ser realizados investimentos na modernização e gestão dos SMAS, dotando-o das melhores condições possíveis para a tomada de decisão. Estamos certos que o caminho a seguir é este e que resultará em melhores condições para todos no concelho.”

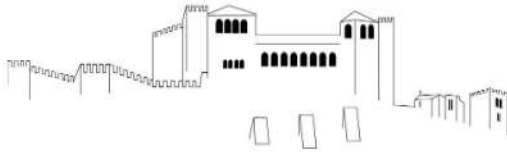
Intervenção da senhora deputada Telma Curado – PS

Transcrição:

Cumprimentou todos os presentes.

“Relativamente às demonstrações financeiras previsionais do SMAS e ao seu orçamento para o ano de 2022, cabe expor uma nota global sobre os investimentos subjacentes as mesmas sobre os objetivos globais que se pretendem atingir:

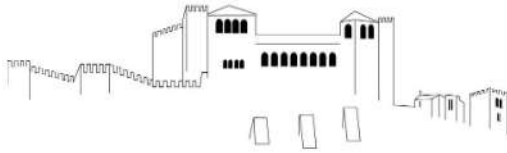
- O investimento continua a fazer-se no prolongamento da rede de saneamento básico e de abastecimento de água do concelho;*
- A taxa de cobertura de rede de saneamento no concelho, anteriormente inferior à média nacional, é atualmente superior à média nacional e superior a 95%, objetivo preconizado e que foi possível atingir;*
- O investimento na rede de abastecimento de água é, no ano de 2022, alvo do maior volume face à rede de saneamento, uma vez que se pretende priorizar a resolução do problema do volume de perdas de água, valor este que ascende a 1,7 M euros;*
- Tal investimento, mostra o contínuo empenho no combate às perdas de água, através da instalação de contadores inteligentes e da reabilitação e remodelação da rede de água mais antiga e menos eficiente;*
- Tais remodelações ocorrem de forma significativa na freguesia da Maceira, na freguesia de Monte Redondo, e na execução da conduta de Monte Redondo até à Praia do Pedrogão.*



- A água é um recurso escasso que deve ser preservado e assegurado à globalidade da população, razão pela qual os tarifários têm sido adaptados para as famílias mais desfavorecidas."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

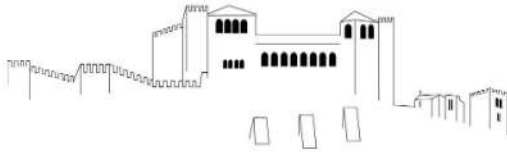
Relativamente ao orçamento disse ser evidente a aposta no investimento no saneamento. Explicou que nos últimos 10 anos tiveram um ritmo de investimento na ordem dos 25 milhões de euros tendo sido essa uma das suas prioridades apesar de, como foi visto no "Período da Ordem do Dia", as populações continuarem a reclamar a extensão de saneamento. No entanto, como o trabalho do SMAS é um trabalho que tem duas frentes, a questão da água é algo que é uma prioridade também nos próximos anos. Referiu que se durante muito tempo o SMAS tinha as suas próprias captações, tendo essa estratégia sido invertida em 2004 quando Leiria ficou sem água, altura em que aproveitando-se desse fenómeno se venderam as "joias da coroa" a um sistema em alta que, atualmente, ainda está em litígio porque ainda não passaram todo o sistema para as águas de Portugal. Continuou dizendo que se nessa altura a água era captada pelos próprios serviços qualquer tipo de perda não tinha o impacto financeiro relevante nas contas dos serviços na altura. No entanto, com enorme prejuízo ambiental porque a água é um bem escasso. Explicou que, atualmente, a quase totalidade da água que se consome em Leiria é adquirida em alta às Águas do Centro Litoral sendo essa água adquirida por um valor tabelado, ou seja, sempre que compram essa água e não a conseguem vender nas torneiras das pessoas e das empresas, sempre que há esse diferencial entre a compra e aquilo que conseguem faturar representa uma perda. Referiu que os motivos das perdas são vários, no entanto, afirmou não existir um sistema 100% eficiente desconhecendo a existência de algum. Sugeriu a consulta dos relatórios da ERSAR, entidade que regula esta atividade, relatórios esses onde as empresas e os serviços que têm o melhor desempenho andam na ordem de perdas de 10%. Disse que, em último caso, há sempre gente a roubar água, contadores que estão estragados existindo sempre prejuízo naquilo que é a venda de água. Continuou a sua intervenção referindo que a preocupação em substituir e investir na substituição, sobretudo nas zonas onde há mais ruturas, é também um esforço muito desafiante e que acaba por ser um dos seus pontos mais fracos, que é a capacidade de reparação da rutura e depois de tapar e de resolver as ruturas nas diversas vias de comunicação que têm no concelho. Disse que como as ruturas são tantas têm praticamente piquetes diariamente a fazer reparações de fugas de água que resultam da pressão e do envelhecimento da estrutura de abastecimento de água. Referiu terem vindo também a fazer o aumento do investimento do saneamento, que é muito alto e tem sido a prioridade, que têm feito investimento na reparação, na substituição daquilo que são as condutas antigas de água na freguesia da Maceira,



Município de Leiria Assembleia Municipal

freguesia onde há muitas ocorrências, na freguesia da Boa Vista e Santa Eufémia, no Vidigal, freguesia dos Pousos. Afirmou que tem existido este investimento paralelamente àquilo que é feito na cidade algo que já falaram relativamente às avenidas. Para além do investimento na substituição disse ser importante apostar no planeamento, no controlo e medição, identificação dos sítios onde existe fuga e tudo isso contribui para a instalação de contadores em telemetria que permitem obter leituras do maior número de contadores do município. Explicou que esse tipo de contador custa muito dinheiro, cerca de 100 euros, enquanto um contador tradicional custa 10 euros. Na sua opinião, apesar destes valores, disse ser muito importante continuar a apostar na sua substituição tal como criar zonas de controlo e medição de água, postos onde podem identificar a entrada em alta da água num determinado tipo de território através de zonas de controlo utilizando tecnologia e software permitindo assim identificar onde é que existem perdas. Referiu que esse tipo de trabalho obriga a um investimento e a um conhecimento grandes. Apresentou o exemplo dos últimos 2 anos, porque não existia antes, em que criaram as primeiras zonas de medição e controlo. Continuou dizendo ser necessário espalhar pelo território estas zonas de referência para se poder ter um conhecimento mais exato de onde é que essas perdas ocorrem. Reforçou a ideia de esta ser uma área em que tem de fazer uma forte aposta não só em termos de investimento na substituição, mas também no conhecimento e no planeamento. Voltou a referir que os melhores têm perdas na ordem dos 10% enquanto que a média dos serviços municipais anda nos 36,8%. Disse que com isto não se sente minimamente satisfeito com os resultados e se fosse algo fácil de resolver a média não seria esta. Afirmou que por um imperativo de gestão financeira, mas, sobretudo, cuidado ambiental obriga a que os serviços municipais no futuro invistam nesta área e será também uma aposta do próximo quadro comunitário, parte daquilo que é atualmente o programa de apoio na área do ambiente que será também agora gerido no futuro quadro do PT 2030 pelas CCDR's uma forte aposta em financiamento para combater esta ineficiência do sistema nacional na área da perda de água. Disse que por ano perdem-se 188 mil milhões de litros de água em Portugal, números que são uma loucura e naturalmente que os municípios que têm a obrigação de gerir o sistema em baixa têm que fazer este esforço suplementar, esforço que é caríssimo isto porque, por exemplo, basta uma fuga estar em solo arenoso para não se conseguir perceber onde é que ela se situa, é o caso, por exemplo, da praia do Pedrógão. Terminou a sua intervenção dizendo existir uma necessidade muito grande por parte dos serviços em apostarem nesta questão do combate à perda de água.

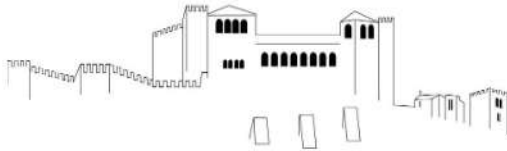
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António Lacerda Sales**, colocou o **Ponto 4.1** à votação.



A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 14 votos contra** (10-PSD, 1-CHEGA, 1-BE, 1-PCP, 1-IL), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente às **Demonstrações Orçamentais Previsionais 2022-2026. Demonstrações Financeiras Previsionais, Mapa de Pessoal, Plano de Formação, Perfis de Competências e Relatório da Proposta de Orçamento dos SMAS de Leiria para 2022. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Leiria.**

Ponto 4.2 - Proposta de Demonstrações Orçamentais Previsionais 2022-2026, Demonstrações Financeiras Previsionais, Mapa de Pessoal, Plano de Formação e Relatório da Proposta de Orçamento Instrumentos Previsionais do Município de Leiria para 2022 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, passou uma projeção sobre o assunto começando por explicar que o enquadramento macroeconómico nunca foi tão importante nos orçamentos e planos de atividades como os do ano de 2022 porque estamos a viver momentos de grande incerteza resultantes não só da pandemia, mas do efeito que a pandemia está a causar na economia com dimensões incalculáveis no que diz respeito a fenómenos, nomeadamente a falta de mão de obra, o aumento do preço das matérias-primas e a inflação que resulta deste fenómeno que estamos a viver e com consequências imprevisíveis em termos daquilo que é o comportamento das economias. Disse que dentro do enquadramento macroeconómico para o próximo ano a questão da pandemia naturalmente faz parte daquilo que é já a nossa necessidade de termos uma noção e políticas ativas nesta área que vão continuar no próximo ano. O fato de o Orçamento de Estado em 2022 ter sido reprovado existindo no arranque do ano (...) eleições tem muito a ver pois as receitas de transferências do Estado vêm do Orçamento, temos de trabalhar em duodécimos e por isso não só a inexistência de Orçamento, mas a inexistência no 1º trimestre, entre o 1º trimestre e 2º trimestre de um Governo para poder dinamizar o país tem consequências no rendimento das autarquias uma vez que se está a falar de ligações umbilicais no que diz respeito às questões de receita, despesa e políticas públicas, cenário que tem de se perceber. Por outro lado, há uma redução de receita do Orçamento do Estado resultante da diminuição das participações dos impostos do Estado e os impactos negativos que se antevêm dos choques negativos que se antevêm da vida política e económica a nível mundial. Relativamente aquilo que disse anteriormente, o aumento do custo de mão de obra, o aumento do custo das matérias-primas que reflete necessariamente nos fornecimentos e serviços externos de qualquer entidade, seja ela pública ou privada, é evidente nos orçamentos não só de empresas e

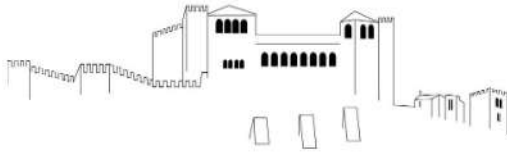


Município de Leiria Assembleia Municipal

instituições públicas, mas das famílias, o aumento da fatura de eletricidade, o aumento da fatura nas áreas vitais da alimentação significa que vamos viver momentos de inflação que não estávamos habituados a viver no passado porque existiam políticas ativas a nível europeu para controlar a inflação através de uma política de taxas de juro baixa. Continuou dizendo que vamos viver momentos futuros em que a inflação vai voltar a ter níveis superiores àquilo que estávamos habituados e por isso, para além desta questão macroeconómica, vamos ter bem evidente nos orçamentos a transferência de competências no domínio da educação, saúde, ação social, em especial da educação, cujo impacto do aumento dos recursos humanos, que passa para cerca de 1200 funcionários, ou seja, subindo cerca de 600 funcionários resultante da integração deste pessoal, mas também novas competências nas freguesias uma vez que aquilo que antigamente era feito através de acordos de execução celebrados com a Câmara de Leiria, a manutenção das vias, tapar buracos, a manutenção das escolas, passa agora a ser feito diretamente através de transferências do Estado para as autarquias. Referiu ser também um ano muito especial para as câmaras e para as freguesias.

Em termos de orçamento da receita disse estarem estimados neste 1º momento 93 milhões de euros, sendo o seu principal contributo (90%) em receitas correntes e em receitas de capital, cerca de 9 milhões de euros. Disse ser algo que é habitual nos orçamentos, um forte pendor da receita corrente em detrimento da receita de capital. Dentro daquilo que são as transferências correntes referiu um destaque especial ao fundo de equilíbrio financeiro e à transferência de competências da educação em cerca de 10 milhões de euros que dá para pagar o tal acréscimo de recursos humanos que falou anteriormente.

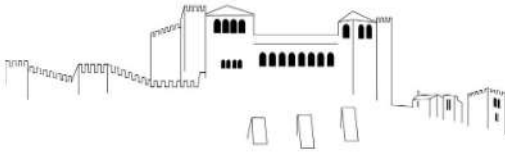
No que diz respeito à receita de capital explicou existir uma área que é dedicada às transferências resultantes dos fundos comunitários a que concorreram no valor de cerca de 5,7 milhões de euros e que representa 63% dos tais 9 milhões de euros. Afirmou ser este o ritmo a que vão crescer à medida que forem apresentando pedidos de reembolso das obras que são financiadas. Apresentou um quadro que exemplifica os diversos programas comunitários, as diversas candidaturas que têm em cima da mesa, cerca de 60 candidaturas aprovadas no montante de 31 milhões de euros e que em 2022 esperam receber 5,7 milhões. Disse que por trás destas candidaturas estão investimentos, está a despesa corrente e cada uma delas está associada às mais diversas temáticas, alicerçadas em diversos tipos de Vereadores, desde a área tecnológica, a área de reabilitação urbana, a área da mobilidade, a área do ambiente o que significa que o ritmo de investimento terá de ser rápido para poderem efetivamente realizar despesa e pedir os respetivos reembolsos sendo este é o grande desafio das autarquias. Reconheceu que esta é uma área muito importante do orçamento, o não deixar estes investimentos



Município de Leiria Assembleia Municipal

atrasados, tendo referido um que está muito atrasado, o centro escolar dos Marrazes, em que têm financiamento para fazer a obra, mas a mesma tem estado parada pelos motivos que já explicou anteriormente. Continuou a sua intervenção referindo que na despesa possuem uma despesa corrente na ordem dos 58 milhões de euros, despesa de capital no valor de 35 milhões. Dentro da despesa corrente um peso de 28% na despesa de pessoal no total das despesas e ligeiramente superior àquilo que é a aquisição de bens e serviços onde têm uma representação em termos de obra que corresponde à aquisição de bens de capital, cerca de 22 milhões de euros que é a 2ª rubrica mais importante o orçamento. Destacou, porque, na sua opinião, este orçamento para além de ter o rigor financeiro, de ter as preocupações de salvaguardar aquilo que é o investimento nas freguesias mantêm o seu ritmo e de apoio aos projetos das freguesias, ou seja, têm um bocadinho mais de 10 milhões de euros de transferências correntes e de capital para as freguesias. Referiu o apoio ao associativismo e às IPSS's, de modo a poderem reforçar aquilo que é a sua missão, quer seja no apoio à cultura, ao desporto, mas sobretudo na área social dando suporte aos investimentos que têm planeados para os investimentos na área do PRR e também do programa PARES e no futuro, em futuras candidaturas, estão disponíveis para apoiar as associações dos seus investimentos. Destacou as famílias explicando que o Município criou o ano passado, este ano, o Fundo de Emergência Social possuindo 1,8 milhões de euros disponíveis não só nesse fundo, no apoio às rendas, no apoio à alimentação, no apoio aos medicamentos estando preparados para terem um orçamento de consciência social e de apoio às famílias em momentos difíceis que se esperam em 2022.

No que diz respeito à despesa com pessoal explicou que o aumento resulta do aumento dos funcionários da educação, ou seja, os tais 5,8 milhões de euros para pagar os ordenados. Disse existir uma despesa extraordinária em recursos humanos de 1,2 milhões de euros que no fundo acaba por afetar muito este orçamento, mas que é consequência dos últimos 10 anos, ou seja, em 2009 / 2010 foi decidido pelo executivo da Câmara promover aquilo que era a progressão na carreira de um conjunto de funcionários até ao montante de 300 mil euros o que significa que, durante este período, não só se fez esse pagamento como não se atualizaram as respetivas carreiras estando-se a falar de um processo em que foi necessário, depois de decidido em tribunal que tinham de pagar, fazer o cálculo de quem é que iria beneficiar dessa progressão e a partir daí, todos os anos, calcular o dinheiro que está em dívida com esses funcionários. Explicou que todo esse procedimento totalizou o montante de 1,2 milhões de euros traduzindo-se numa despesa inesperada, mas que no fundo é devida e têm de a pagar porque ela é merecida e foi julgada nesse sentido. Referiu ainda que para além disso existem valorizações remuneratórias resultantes da avaliação do SIADAP e a previsão da



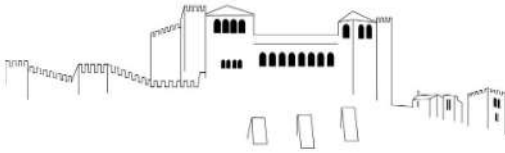
Município de Leiria Assembleia Municipal

atualização salarial que resulta não só na fixação do ordenado mínimo em 705 euros, mas também na taxa de inflação. Afirmou ser muito parecido com aquilo que está a acontecer às empresas muito dependentes de mão de obra e com salário mínimo. Vai haver um aumento muito grande do peso das despesas correntes e está representado no documento aquilo que é um aumento de uma atualização salarial de uma Câmara como a de Leiria, que fica perto de 1 milhão de euros. A atualização do salário mínimo, as progressões indexadas ao salário mínimo e a questão da taxa de inflação corresponde a 0,9% e têm uma verba disponível de recrutamento de 1,3 milhões de euros que será essencialmente para responder a saídas de quadros e à sua respetiva substituição. Disse que o recrutamento em 2022 será muito diminuído em virtude do ambiente económico que se está a viver, do pagamento que têm de fazer no valor de 1,2 milhões de euros que baralhou o ritmo de recrutamento que estavam a fazer.

Relativamente a alguns destaques de principais projetos já mencionou anteriormente a dimensão das freguesias, a importância do associativismo, a importância das famílias, sobretudo as mais carenciadas que têm mais dificuldade e alguns destaques que gostariam de evidenciar nesta fase do orçamento porque em fevereiro, o orçamento, aumenta à volta de 40 milhões de euros com a transição do saldo e nessa altura irão introduzir então outras prioridades que não estão ainda neste documento. Aproveitou para destacar a saúde, com a construção dos centros de saúde dos Parceiros, de Amor e Bidoeira. Mencionou a verba disponível para a cultura onde se destaca o Centro de Artes Vila Portela. Na educação, o retomar da obra do Centro Escolar dos Marrazes, a requalificação do espaço urbano com as intervenções na Mouzinho de Albuquerque e Heróis de Angola, uma preocupação com os espaços verdes. Uma novidade que vai ter financiamento comunitário com a candidatura que fizeram de mobilidade sustentável com o sistema de "bike sharing" onde vão colocar ao dispor, sobretudo da população jovem do ensino secundário, bicicletas elétricas para poderem utilizar nas suas deslocações, aliviando assim a carga de carros junto aos estabelecimentos de ensino secundário estando também disponíveis para outros públicos-alvo.

Referiu o início da intervenção no parque industrial de Monte Redondo e os lotes de pavimentação em que voltaram a ter lotes em concurso público internacional, lotes esses espalhados pelas diversas freguesias e na ordem dos 3,4 milhões de euros.

Disse que em fevereiro têm a introdução do saldo que vai espelhar com mais clareza as suas prioridades de investimento. Destacou alguns indicadores, nomeadamente um que é muito recente, o ranking da transparência, com 66,19% e em que ocupa o 1º lugar de entre as capitais de distrito portuguesas sendo um lugar de destaque, algo que orgulha muito a Câmara e em especial todos os serviços que todos os dias tornam a sua atividade cada vez mais transparente.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

No que diz respeito à parte financeira do Município afirmou que o IMI, que vai ser votado na próxima reunião, está na taxa mínima, mas se tivesse na taxa máxima, que é aquilo que acontece aos Municípios com dificuldades financeiras ou àqueles que querem investir e precisam de aumentar impostos, iam receber mais 9,2 milhões de euros. Disse que para se perceber, às vezes há muito o discurso de baixar os impostos para os mínimos, mas, imaginando se quisessem ser bastante agressivos junto dos proprietários de imóveis e que necessitassem de ir buscar dinheiro para resolver problemas ou ter um esforço de financiamento aumentando o IMI, podiam encaixar mais 9,2 milhões de euros, receita que o Município prescinde. Afirmou ainda existirem indicações de estudos da OCDE, tal como foi transmitido anteriormente, que o Município tem impostos muito baixos na área do imobiliário.

Intervenção do senhor deputado **Carlos Poço – PSD**

Transcrição:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereação,

Senhoras e senhores deputados,

A todos os que nos acompanham pelas redes sociais,

Senhores jornalistas presentes,

O Grupo municipal do PSD considera este ponto da ordem de trabalhos como um dos mais importantes do mandato que estamos a iniciar porque analisa e delibera sobre o principal instrumento de gestão município.

Estes documentos: Proposta de Demonstrações Orçamentais Previsionais 2022-2026, Demonstrações Financeiras previsionais, Mapa de Pessoal, Plano de Formação e Relatório da Proposta de Orçamento Instrumentos Previsionais do Município de Leiria para 2022.

Em resumo o Orçamento para 2022 e as Grandes opções do Plano para o mandato!

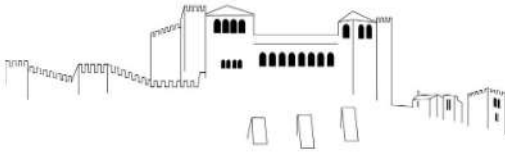
É nestes instrumentos que podemos antever o que será o nosso concelho daqui a quatro anos pois reflete o que a equipa de gestão do Município, entenda-se a equipa do Partido Socialista, com toda a legitimidade, quer ver aprovado para executar as promessas eleitorais.

Ninguém tem dúvidas que este orçamento e Grandes Opções reflete o que o Partido Socialista no seu melhor deseja para o concelho de Leiria.

O Grupo Municipal do PSD não se revê em nada nestas opções. Também não esperávamos que assim fosse. Não é por isso nenhuma surpresa.

Surpresa é, verificarmos que apesar de afirmado e reafirmado também não dá satisfação às promessas eleitorais do partido socialista, nem do próprio executivo do PS.

Vejamos apenas alguns exemplos, e passo a citar partes da Mensagem do senhor Presidente da Câmara no Relatório:



Município de Leiria
Assembleia Municipal

"As nossas propostas para o concelho estão organizadas em dois eixos fundamentais:

- Primeiro eixo – "Futuro Sustentável", em que se inscrevem a Mobilidade, A Habitação, o Ambiente e a Economia.*
- Segundo eixo – Qualidade de Vida, com inclusão da Saúde, a Qualificação, a Cultura e o Desporto."*

Com esta forma de organizar as propostas até podemos concordar e nisto pode contar connosco.

Mas depois continua:

Estes dois eixos consubstanciam-se em cinco compromissos que assumimos por consideramos a sua concretização fundamental para o futuro de Leiria e que têm como pano de fundo a promoção da sustentabilidade social e ambiental e da circularidade da economia:

1. Resolver definitivamente o problema dos efluentes suinícolas e requalificação da bacia do Lis;

Senhor Presidente da Câmara, este assunto não é da competência da autarquia. É um problema muito antigo que só pode ser resolvido pelo poder central. A única coisa que o município poderá e deverá fazer é exercer a sua influência junto do governo e dar os meios locais dentro das competências da autarquia no sentido de facilitar.

Senhor Presidente, o que fez nos últimos seis anos em que teve a facilidade de ter um governo do PS? O que foi feito sobre este problema?

Mas se entende que é competência da autarquia diga-nos por favor onde podemos encontrar isso inscrito neste orçamento ou nas Opções do Plano. Quando e quanto será o investimento? E qual é a solução? É que quando falamos de solução é mesmo solução, não são paliativos. Fazer pequenas experiências com investigação poderá vir a ter uma solução para muito longo prazo, mas é urgente resolver.

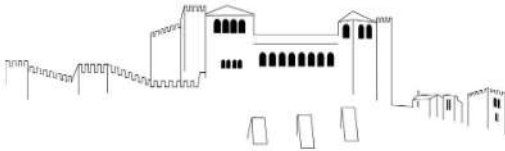
Os terrenos na região estão saturados, sem capacidade de absorver mais efluentes. Deslocalizar efluentes de suiniculturas? Seria mais fácil deslocalizar as próprias explorações, mas isso quer dizer acabar com elas em Leiria. Se for essa a solução seria bom assumir.

Esta é a primeira promessa que não conseguimos perceber como será cumprida.

Mas conte com o PSD para colaborar na solução, se incluir apoio aos suinicultores.

2. Melhorar a mobilidade, com mais e melhor estacionamento, periférico, e transportes escolares e urbanos não poluentes e com horários atrativos e mais ciclovias, numa perspetiva concelhia e não apenas urbana;

Senhor Presidente da Câmara, como? Com que valores inscritos nestes documentos? Qual o projeto de mobilidade?



Com este chavão eleitoral também estamos de acordo. E agora, com que valores? Onde estão?

Onde serão esses parques periféricos há muito reclamados pelo PSD, que inclusivamente propôs localizações e soluções?

Quanto está inscrito neste orçamento para construção desses parques periféricos? Em que localizações?

A boa medida está anunciada, mas não conseguimos ver como concretizar: criar parques periféricos e transportes com energia limpa com horários e frequência que satisfaça a população e dessa forma deixam de circular com viaturas poluentes e reduzem o tráfego urbano.

Só gostaríamos de saber em que orçamento está previsto.

"Transportes escolares e urbanos não poluentes:"

De acordo. Quanto está no orçamento para viaturas de transporte público não poluentes? Nada. Esta medida até terá seguramente apoio do PRR. Não será adequado prever nas grandes Opções do Plano?

O problema da mobilidade é de facto um tema da maior importância para o concelho, mas terá que ser resolvido de forma integrada.

Pela nossa parte gostaríamos de ver proposto também uma rede de abastecimento elétrico capaz de satisfazer o mercado, mas mais importante seria uma preocupação ambiental mais ambiciosa.

Aqui até deixamos uma sugestão: Instalar na cobertura do estádio Magalhães Pessoa painéis fotovoltaicos para produção de energia elétrica para consumo pela autarquia. Um contributo para a descarbonização, sem custos se for essa a opção.

3. "Atrair residentes ao concelho, com mais habitação, a preços controlados e renovada ou construída sob critérios de sustentabilidade e de promoção da vivência comunitária;"

Como será cumprida esta promessa? Quanto está inscrito no orçamento 2022?

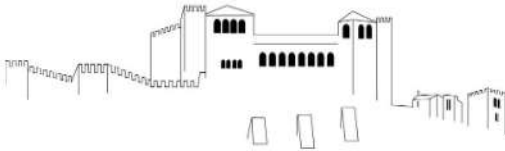
Para atrair residentes não basta haver habitação a preços controlados e com critérios de sustentabilidade.

Este é outro chavão com o qual estamos de acordo. Mas sabemos que esta medida não atrai residentes por si só. É preciso uma política integrada de atração de pessoas para Leiria.

Podem contar com o PSD quando entenderem ter essa ambição.

4. "Apoiar a instalação no concelho de empresas criadoras de emprego qualificado;"

Para se criarem empregos é preciso uma política de atração de empresas com verdadeiros parques industriais dotados de boas infraestruturas, cantinas que sirvam a generalidade das empresas instaladas, creche para colocar crianças, transportes públicos



Município de Leiria
Assembleia Municipal

com regularidade e qualidade e muitas outras formas. Estamos disponíveis para colaborar num projeto de crescimento abrangente, integrado e ambicioso.

Não poderemos é cobrar as taxas máximas de IRS nem a água e o saneamento a preços incomportáveis se não tivermos nada para dar em troca como sejam boas condições de competitividade.

Assim não as atraímos. Espantamos.

5. "Assumir a Cultura e o Desporto como fatores de coesão social."

Estamos de acordo nas intenções e nos valores propostos.

E por fim estes dois parágrafos que subscrevemos e estamos inteiramente de acordo:

E passo a citar:

"Estamos fortemente empenhados e motivados na concretização destes compromissos, que consideramos prioritários para o futuro do nosso território.

Afirmar e desenvolver Leiria é um projeto coletivo, que convoca todas as forças vivas e toda a população de Leiria."

Senhor Presidente da Câmara,

O orçamento e grandes opções do plano para 2022-2026 terão que ser deste executivo que foi sufragado por uma maioria clara. Sabemos isso, mas estão anunciadas algumas ideias interessantes, mas sem qualquer correspondência no orçamento 2022, mas o pior é que também não estão refletidas nas Grandes Opções do Plano.

O que se vê neste orçamento de 93M€ com uma despesa corrente de 58M€ que corresponde a 62% do total e 35M€ para despesas de capital que corresponde a 38% do total.

35M€ dos 93M€. Apenas este o valor que poderá ser investido em desenvolvimento e satisfará todas as promessas.

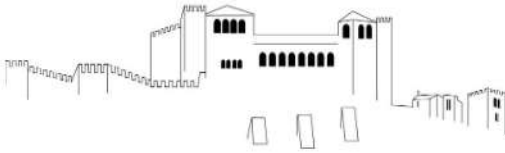
Os 58M€ serão para suportar as despesas de funcionamento sendo a maior fatia para despesas com pessoal, com aquisições de bens e serviços e transferências correntes.

Não podemos aceitar que se sinalize desde já um aumento significativo das despesas com pessoal para além daquele que resulta das transferências de competências. Será uma forma de continuar a crescer o "monstro" de que não se consegue ver trazer benefícios para os municípios.

Gostaríamos de estar a apreciar um orçamento com ambição e rigor que desse um contributo para o desenvolvimento do concelho. Infelizmente não o conseguimos ver;

Leiria merece um orçamento com ambição, com um grande projeto mobilizador e que possa orgulhar os leirienses;

- Um orçamento que crie condições de atratividade para empresas criadoras de emprego, criando condições de instalação adequados em parques industriais;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

- Um orçamento que atraia turistas à capital do concelho apoiado numa política integrada com os concelhos vizinhos, especialmente Ourem, Alcobça, Batalha, Nazaré e Marinha Grande dinamizando desta forma o comércio local;
 - Um orçamento amigo do ambiente com políticas de redução de carbono investindo em produção de energia fotovoltaica para autoconsumo;
 - Um orçamento com investimento na mobilidade limpa, com mais oferta Mobilis e em parques de estacionamento periféricos. Em mobilidade Oferta gera procura;
 - Um orçamento que respeite o dinheiro dos contribuintes não canalizando a maior fatia para despesas correntes entre as quais despesas com pessoal;
 - Um orçamento que não desperdice 1,7M€ em perdas de água tratada;
 - Um orçamento que resolva a questão do saneamento da zona histórica, sempre adiada e que não mantivesse as descargas diretas no rio Lis mesmo no centro da cidade;
 - Um orçamento que mantenha os talentos formados no ensino superior em Leiria;
- Em resumo: Esperávamos um orçamento com PAIXÃO E COM AMBIÇÃO PARA SERVIR OS LEIRIENSES, mas infelizmente não é este.

Senhor Presidente,

Dirijo-me aos senhores deputados que têm a intenção de votar favoravelmente este orçamento que com ele não vão cumprir as promessas que fizeram durante a campanha eleitoral e que votarão um orçamento despesista, assente em despesas correntes e que cria condições para ser ainda mais despesista no próximo orçamento e não se propõe modernizar o concelho.

Muito obrigado pela vossa atenção.”

Intervenção da senhora deputada Telma Curado – PS

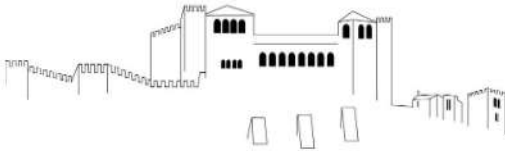
Transcrição:

“Vivemos atualmente num contexto extraordinário, além de um momento de incerteza política e de grande incerteza económica. O continuo crescimento dos preços, as limitações da oferta e a escassez de matérias-primas, tem levado as economias a olharem com prudência para o futuro, para a sua capacidade de crescimento e para as suas estruturas de endividamento.

Este é um orçamento de alinhamento com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, mas de olhos colocados no futuro.

Globalmente no que respeita à despesa procurou-se colmatar as principais necessidades: pessoas, investimento na proximidade e agregação.

Por isso, este é um orçamento de proximidade, e embora se observe uma ligeira diminuição nas transferências correntes para as freguesias, de aproximadamente 1%, as transferências efetuadas para as mesmas realizarem despesa de capital, aumentou cerca



Município de Leiria
Assembleia Municipal

de 5%, com o objetivo de dotar, cada vez mais, as freguesias de infraestruturas próprias, que sirvam as suas pessoas.

Adicionalmente, e no âmbito dos apoios e dos contratos interadministrativos, também os valores foram aumentados globalmente em cerca de 15%, com o objetivo de, neste âmbito, apoiar as freguesias, mas também a rede associativa, as IPSS e as famílias, para mais rapidamente dar resposta às dificuldades, desenvolvendo uma cultura de participação próxima e proativa, que valorize as partes envolvidas e as integre numa estratégia global.

Este é também um orçamento de pessoas e para pessoas. Dotar os serviços do Município de meios humanos capazes de dar resposta a um tecido empresarial empreendedor e dinâmico e criando meios adicionais para continuar a receber as transferências de competências para os órgãos municipais nos domínios da educação, saúde e ação social, afetando cerca de 1.4M euros para novas contratações. e simultaneamente criando enquadramento para regularizações obrigatórias serem feitas, assim como atualizações salariais que acompanhem o crescente nível de inflação e valorizações remuneratórias.

Este é também um orçamento de aposta continuada na agregação social, e a sua elaboração pressupõe a manutenção da consignação fiscal, com o objetivo de continuar a dotar o fundo de emergência social com 1% desse valor, visando ajudar aqueles que se encontram em maiores dificuldades financeiras, fruto do contexto pandémico.

É um orçamento que respeita o equilíbrio global e corrente, seguindo as boas práticas de contabilidade pública.

Relativamente às Grandes Opções do Plano para 2022-2026 os principais projetos prendem-se com a requalificação / construção de diversos centros de saúde no valor global de mais de 2,3 M euros, assim como a construção e manutenção de diversas vias de comunicação, além do investimento afeto ao Centro Escolar dos Marrazes, assim como a requalificação da envolvente da Avenida Heróis de Angola e do Sistema viário da Avenida Nossa Senhora de Fátima e da Avenida General Humberto Delgado.

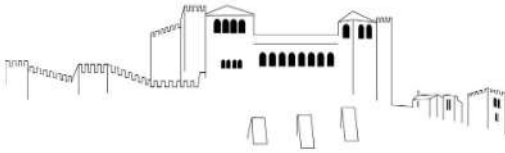
Oportunamente, será introduzido no presente orçamento o saldo de gerência, que permitirá reforçar rubricas que careçam de verbas adicionais.

Leiria é uma referência nacional, ao nível do equilíbrio orçamental, da eficiência financeira e da qualidade de vida. Criar cada vez mais, condições para atrair mais, investimento externo e recursos qualificados que se fixem na região, contribuindo para o seu desenvolvimento, é o desígnio que devemos prosseguir."

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD

Transcrição:

"Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos, física e virtualmente, presentes.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Irei concentrar a minha análise sobre o Relatório de apresentação e fundamentação da proposta da política orçamental para 2022.

Considerando que a equipe que constitui o presente executivo camarário de Leiria é em grande parte a mesma que geriu os destinos desta autarquia durante as 4 legislaturas anteriores, nada me leva a crer que a sua atividade ao longo da legislatura, que agora se inicia, venha a ser substancialmente diferente, tanto mais que o atual presidente, foi o braço direito do anterior, e na parte final o seu substituto.

Irei tomar em consideração este facto na análise que a seguir apresento.

O relatório de apresentação e fundamentação da proposta da política orçamental para 2022 apresenta na sua página 7, uma estratégia de execução baseada nos seguintes 6 eixos:

- 1-Contenção de despesas e consolidação de finanças.*
- 2-Captação de investimento para promover a economia e o emprego.*
- 3-Continuidade dos projetos municipais em curso.*
- 4-Manutenção de políticas de desenvolvimento sustentável tendo em vista melhoria de qualidade de vida.*
- 5-Dar prioridade aos projetos assumidos no âmbito do Portugal 2020*
- 6-Redução dos níveis de endividamento da Câmara municipal*

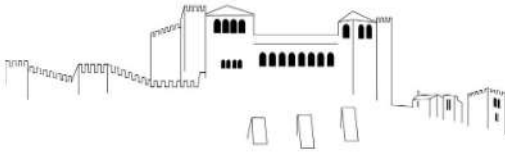
- O primeiro ponto, contenção de despesas e consolidação de finanças, parece realmente ser aquele que o executivo camarário privilegia uma vez que ao longo dos sucessivos mandatos do executivo PS temos assistido a um contínuo acumular de verbas depositadas nos bancos e a um deslizar da execução, ou mesmo não concretização, dos projetos anunciados antes dos atos eleitorais.

Baseados assim na história passada não pomos dúvidas que este ponto número 1 irá ser atingido, obtendo-se assim uma melhor consolidação de finanças.

Quanto ao ponto número 2, captação de investimento e promoção da economia e emprego, não estamos tão crentes que se venha a concretizar. aliás ao longo do relatório não conseguimos encontrar verbas que a esse fim se destinem.

O ponto número 3, continuidade dos projetos em curso, estou em crer que irá ser parcialmente concretizado. Digo parcialmente porque no passado obras estruturantes como o pavilhão multiúso acabaram na gaveta após a realização de dispendiosos projetos.

Projetos como; construção de centros de saúde, manutenção de vias, construção de passeios, drenagens pluviais, remoção de estruturas em fibrocimento, recuperação de bairros sociais, acredito que irão concretizar-se, mas já o mesmo não me parece vir a acontecer com, por exemplo, com projetos de mobilidade, em que apenas encontro um



Município de Leiria
Assembleia Municipal

quantitativo de 8 milhões de euros para transportes rodoviários. Não se especificando qual a sua natureza se elétricos ou térmicos.

Pelos vistos o famoso projeto de mobilidade, executado por uma firma do Porto, irá continuar na gaveta e os engarrafamentos na cidade continuarão a agravar-se.

Em relação aos parques de estacionamento gratuitos parece assunto omisso neste orçamento.

-Quanto á rede de ciclovias, presentemente deserta, possivelmente irá receber algum tráfego após a locação operacional de veículos elétricos e a compra dos seus carregadores, num total de 60 mil euros, prevista ainda em 2022.

Em relação a grandes obras em curso como as relativas às avenidas Nossa Senhora de Fátima e Humberto Delgado, que já se arrastam para além do período inicialmente estimado, espero que terminem no próximo ano.

Quanto às obras do centro escolar de Marrazes, do mercado municipal e do enciclamento da avenida Heróis de Angola, a situação parece estar ainda complicada, mas tenhamos fé que venham a atingir um término feliz pois possuem verbas atribuídas.

No relativo objetivo expresso no ponto 4 políticas de desenvolvimento sustentável tendo em vista a melhoria da qualidade de vida parece-me ser um assunto vago de difícil quantificação e de resultado final subjetivo.

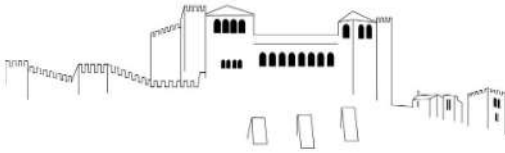
O ponto número 5 dar prioridade aos projetos assumidos no âmbito do Portugal 2020 concordamos com ele, mas tememos que, à semelhança do que tem acontecido no passado, esta prioridade não se concretize devido a problemas vários não previstos nos projetos e na execução.

Quanto ao ponto número 6 redução do nível de endividamento suponho referir-se fundamentalmente a dívida relativa ao estádio que ainda não foi saldada por os juros dos empréstimos serem muito altos e não compensar no presente momento proceder à sua liquidação.

Os 6 pontos que acabamos de analisar, e que constituem a estratégia de execução do presente executivo, constituem um conjunto extremamente pobre em relação às necessidades do município de Leiria.

Previsões relativas a despoluição do Rio Lis, Jardim da Cidade, criação de Zonas Industriais (apenas a eterna zona de Monte redondo é parcialmente abordada), o grave problema da poluição pelas suiniculturas e outros problemas candentes não aparecem agendados.

Atividades novas para o futuro não parecem constar dos objetivos do executivo e inclusivamente os quantitativos apresentados nas grandes opções do plano parecem extinguir-se à medida que os anos passam.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

-Parece existir apenas a certeza de que as contas bancárias do município vão continuar a engordar tanto mais que, no início do próximo ano, verificar-se-á a integração de mais 42 milhões de euros provenientes dos exercícios anteriores.

Espero que, desta vez, não se verifique o que já prática habitual, que a maior parte de o quantitativo integrar verta para a rubrica despesas correntes, e não para despesas de capital.

De certeza que a sua integração nesta última rúbrica seria muito mais útil.

Após a integração passaremos a ter um orçamento de 135 milhões de euros, cuja execução irá ser bastante baixa uma vez que não são apresentados novos projetos.

É estranho que os novos projetos tenham sido maioritariamente condicionados pelos fundos estruturais.

Isto é a atividade do executivo, em termos de desenvolvimento, é acentuadamente comandada, não pelas necessidades locais, mas pelos interesses europeus.

Assim, ironizando, vou concluir dizendo que;

Não me espantará que, um dia veja trenós, puxados por cães, a circular nas ruas de Leiria caso apareça um fundo estrutural destinado a reduzir a produção de CO2 durante o inverno nos países nórdicos.

Tenho dito."

Intervenção da senhora deputada Alexandra Carvalho – PSD

Transcrição:

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que o cumprimente e que na sua pessoa cumprimento todos os presentes na sala e on-line.

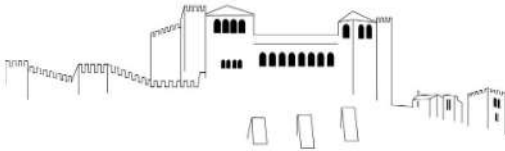
Falar do orçamento é falar de um instrumento muito valioso que expressa quantitativamente a situação financeira estimada do município.

O orçamento deve ser o resultado de um efetivo planeamento dentro de um sistema jurídico-fiscal que preze pela eficiência nos gastos, visando atingir objetivos que atendam sempre ao interesse público.

Não planear poderá significar gastar mal o dinheiro público, em prioridades imediatistas e, muitas vezes, subjetivas ou de conveniência circunstancial.

O município para cumprir as suas funções precisa de obter recursos (as receitas) de modo a satisfazer as despesas que objetivam a satisfação das necessidades coletivas. A representatividade do orçamento afigura-se numa dimensão muito maior do que na apresentação ordenada das receitas e despesas.

O orçamento de 2022 do Município de Leiria não traz novidades; vem na senda dos anteriores, sendo muito semelhante ao do ano transato e servindo, e usando as palavras do Senhor Presidente de Câmara "para concretizar projetos que não foram executados".



Município de Leiria
Assembleia Municipal

É um orçamento de cerca de 93 milhões de euros (registando-se um aumento de 3,5 milhões em relação ao ano de 2021), com as despesas correntes a assumirem um peso de 62 % (contra 59% do ano de 2021).

Das despesas correntes, destacam-se as despesas com o pessoal que têm um peso de cerca de 46 % no total deste tipo de despesa (já tinham este peso em 2021). De referir, que do aumento ocorrido no orçamento deste ano, 2,5 Milhões vão para despesas com pessoal.

Contudo, da leitura do ponto 3 do documento, referente aos recursos humanos, não fica claro nem os novos recrutamentos, nem as áreas, nem as necessidades, nem as especificações dos encargos associados.

38% das despesas são alocadas a despesas de capital (35 milhões de euros), tendo por exemplo, diminuído em cerca de 2,87 Milhões de euros o valor previsto para a rubrica de aquisição de bens de capital (bens de investimento).

Mas, nas Despesas de capital, não se consegue vislumbrar a relação entre as promessas eleitorais e as despesas de capital previstas, nomeadamente, nas áreas do ambiente, mobilidade, economia

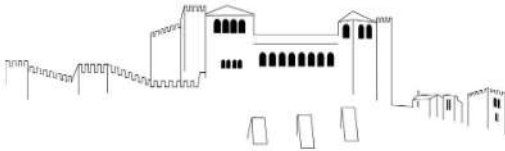
- *Não conseguimos ver onde está a captação de investimento que promova a economia e, conseqüentemente, o emprego;*
- *Não encontramos refletidas rubricas que melhorem a qualidade de vida daqueles que habitam ou cá trabalham: por exemplo, verbas alocadas a estacionamento periféricos?*

Outro dado a reter é o facto de, à data de 30 de setembro de 2021, o grau de execução da despesa corrente ser 55,5 %.

No ano de 2020, verificámos, através dos documentos de prestação das contas, que a taxa de execução na ótica da faturação foi de cerca de 57%, o que se traduz num desvio de 43% face ao previsto. Um grande desvio entre o previsto e o executado! Perguntamos: O que justifica tal desvio? Pois, vamos no mesmo caminho em 2021!

Consideramos que o documento apresentado, deveria apresentar um quadro resumo com os valores do orçamento ano anterior e do ano em causa de modo a ser possível analisar a tendência das previsões; É certo que a informação está disponível no sítio de internet do município (mas é preciso ir procurar, e por vezes, não é fácil de encontrar a informação. Além disso, o site podia ser mais "amigo" do munícipe.)

Em relação ao Orçamento plurianual municipal pág. 50 – Pese embora a não regulamentação dos elementos a constar no Quadro Plurianual Municipal, o município é obrigado a divulgar tal informação. Como tal, deve fazê-lo, dentro das suas limitações, com a informação mais completa que possui, respeitando as regras básicas da elaboração



Município de Leiria
Assembleia Municipal

do orçamento (equilíbrio entre receitas e despesas). O quadro que nos é apresentado deveria ter sido preparado com outro cuidado.

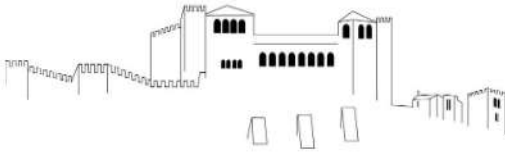
Deixar aqui um pedido de tornar o sítio eletrónico, sítio da Internet do município de Leiria mais apelativo de modo que a informação se consiga encontrar de forma mais imediata, um site mais amigo do munícipe. É muito difícil encontrarmos a informação, nomeadamente a informação relacionada com estas temáticas e deixar um desafio ao senhor Presidente que é, já que falou tanto da questão da transparência sermos um dos primeiros municípios a desenvolver o portal da transparência, onde podemos acompanhar onde andam os dinheiros públicos que é de todos nós, portanto, deixar este desafio e disponibilizá-lo para o ajudar na construção do mesmo a bem da transparência da informação desses mesmos, dinheiros, muito obrigada."

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – Iniciativa Liberal

Transcrição:

"Peço aos meus colegas deputados que desculpem este aparte que vou fazer aqui ao início. Poderia ser algo que eu já podia ter dito na parte de antes da ordem do dia, enfim, é uma sensibilidade que se vai ganhando com o tempo, mas aproveito e faço agora então. Acreditamos que é completamente desligado da realidade pedir que se analise o documento com mais de 410 páginas no prazo de uma semana. Temos sensibilidade que a lei apenas requer um prazo de 48 horas, temos uma recomendação no Regimento de 96, ainda assim, os documentos têm-nos chegado com mais antecedência do que isso, fato que agradecemos. No entanto, nada resolve as centenas de páginas de carga altamente burocrática e técnica que têm que ser analisados, especialmente quando se trata de grupos que não são grupos, mas parlamentares de só uma pessoa, portanto, acabando aqui este aparte e pedindo novamente desculpa por o ter feito, passando relativamente à questão do orçamento.

Focando especialmente em três situações que, na verdade são só uma, que para nós são suficientes para justificar o nosso sentido de voto que são as questões do IMI, da taxa de participação do IRS e da Derrama. O que nós sabemos é que esses impostos não mexem, o IMI não mexe, a taxa de participação do IRS não mexe e a Derrama não mexe. Em termos de IMI está no mínimo e muito bem, nada contra nessa situação, no entanto, a taxa do IRS e a Derrama existe aqui a possibilidade de devolver completamente, devolver completamente a taxa de participação e de isentar a Derrama. Portanto, este orçamento, este orçamento não faz e, aproveitando uma coisa que o senhor Presidente disse, disse, há pouco disse uma estratégia válida para os municípios quando querem aumentar o seu investimento, disse que uma das formas de o fazer é, por exemplo, aumentando impostos, deu o exemplo do IMI. Eu recorro o senhor Presidente que há outro caminho para se poder fazer investimento sem ser pela via do aumento do imposto que é pela



Município de Leiria
Assembleia Municipal

redução do desperdício do investimento público, portanto, isto também é válido e através dessa redução do desperdício podemos também devolver às pessoas os 5% de taxa de participação do IRS e conseguir fazer um plano para a eventual isenção da Derrama ou, pelo menos, um plano de longo prazo que tenha essa visão de futuro e, portanto, terminando, não me alongando mais, as empresas e as pessoas estão asfixiadas com taxas, taxinhas e impostos, mas ainda assim mesmo que não o estivessem, mesmo que não estivessem asfixiadas, eu acho que o serviço público tem que fazer por não ser mais um obstáculo e, portanto, havendo vontade política para não ser mais um obstáculo e havendo vontade política para reduzir no desperdício do investimento público, com certeza que haveria aqui forma de não tirar o dinheiro do bolso das pessoas de onde ele nunca deveria ter saído. É essa falta de plano, essa falta de vontade política que nós vemos neste orçamento e, portanto, o nosso sentido de voto será negativo. Muito obrigado."

Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**

Transcrição:

"Impunha-se que estes fossem instrumentos da necessária rutura com opções e práticas que têm demonstrado em boa medida não estarem em condições de responder às verdadeiras prioridades na satisfação das necessidades das populações e de desenvolvimento sustentável do concelho. Não é isso o que acontece.

Atestam-no de novo, por exemplo, o arrastamento e as peripécias do processo das obras do Centro Escolar de Marrazes, das avenidas N. Sra. de Fátima e General Humberto Delgado ou do Mercado Municipal, com os enormes atrasos e avultados trabalhos a mais.

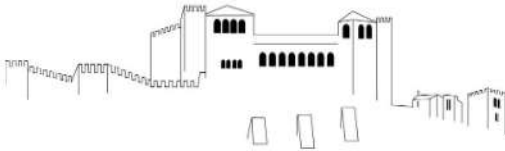
Atesta-o a nova ausência de projeto para a requalificação urbana e criação de uma centralidade na Maceira, a falta de apoio à freguesia de Marrazes para a criação de um grande parque verde na Mata, o estudo da melhoria dos acessos entre Amor e o nó de acesso à A17 ou de uma ligação para peões e velocípedes entre Santa Clara e o outro lado, nascente, da A19, nos Parceiros, e o resto da cidade ou a falta de investimento no sistema de transportes públicos urbanos.

Continua a aversão ao planeamento e ordenamento do território, que objetivamente serve interesses que não o interesse público.

As verbas e as ações para a infância e a juventude estão de novo em níveis ridículos.

Prova-o a opção por não apostar na criação de parques industriais e atrair grandes investimentos ao concelho para criar riqueza, emprego e conhecimento. É neste quadro que a Zona Industrial de Monte Redondo marca passo há muitos anos.

As linhas programáticas para 2022 continuam a ser, em diversos casos, um enunciado de lugares-comuns ou de palavras vãs que, como nos outros anos, hão-de ser desmentidas pela realidade.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

São ainda as linhas programáticas que não têm qualquer palavra para a exigência da regeneração do Pinhal de Leiria e matas adjacentes, que se esquecem do termalismo e de Monte Real e não querem saber da requalificação da zona de atividades económicas da Ponte da Pedra.

São documentos que não contêm qualquer estratégia ou simples medida para contrariar a perda populacional no território extra-cidade.

É um orçamento que mais uma vez prevê a venda de terrenos que não aceitamos, como é o caso, entre outros, de parcelas junto à Variante dos Capuchos ou na Serrada do Pinhal.

Os orçamentos e as grandes opções do plano são documentos políticos essenciais ao planeamento, gestão e fiscalização da sua execução. Assim, a falta de preenchimento de informação relevantíssima, como as datas de Início e de Fim dos projetos, das colunas dos pagamentos já realizados ou a realizar até 31 de dezembro, ou a das verbas A Definir nas colunas do Financiamento do Ano em curso, é uma medida que cria óbvias dificuldades à compreensão da dimensão financeira de cada projeto, do seu grau de maturidade e da cronografia da sua execução.

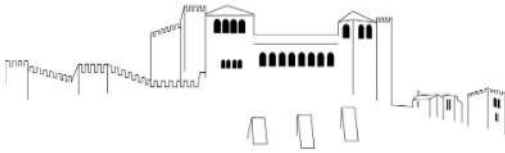
A dimensão financeira do saldo a introduzir em 2022 vai, como nos anos anteriores, introduzir alterações quantitativas de tal magnitude que se pode afirmar com propriedade que esta e a próxima versão alterada só formalmente se assemelham.

Além do mais, entre o que se diz ir realizar e o que se vai mesmo realizar há uma distância considerável, como prova o grau de execução do vigente Plano Plurianual de Investimentos a 31 de outubro de 2021, ano de eleições autárquicas, de apenas 43%, quando já ia decorrido mais de 83% do ano e já tinham ocorrido as eleições autárquicas. Aceitar documentos elaborados sem rigor e sem uma estratégia de desenvolvimento seria passar um cheque em branco a esta gestão.

A CDU, pelas razões expostas, vota contra.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

“Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia. São 2 horas da manhã. Continuamos a discutir o ponto 4.2. Temos de ter bom senso nestas matérias, tem que haver bom senso por parte do senhor Presidente da Câmara quando marca e estabelece os pontos a serem discutidos em cada reunião. Sabemos todos por experiência que este ponto 4 só por si, merecia uma reunião única. Tem que haver bom senso por parte dos deputados nas suas intervenções, talvez evitando repetições, porque o tempo regimental é muito superior e muito para além das 5 horas e, neste momento, garanto-vos que não há um único munícipe que esteja com a devida atenção a ouvir aqui a discussão do ponto mais importante das Assembleias que temos. Nesse caso, eu começo a dar o exemplo e irei apenas referir que o 1º comentário que esta proposta de Orçamento nos merece é



Município de Leiria
Assembleia Municipal

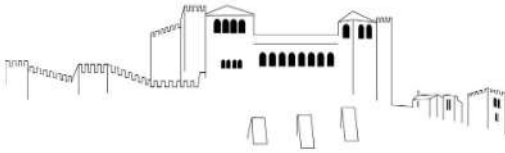
que nele está ausente qualquer lição da situação que vivemos, quer no que diz respeito aos problemas ambientais, quer no que diz respeito à pandemia. Não se perspetiva qualquer alteração que tenha em conta a necessidade de se acelerar uma transição energética, uma clara melhoria na cobertura e na oferta de transporte público, um aumento sombriamente em zonas de maior concentração populacional, uma menor concentração de pessoas nos diversos serviços. Ao fim ao cabo, estamos perante um orçamento reativo, de vistas curtas que não prepara o concelho para as mudanças que até estão previstas em estudos que são do conhecimento do Município, como é a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território. Confesso, senhor Presidente, que esperava mais do seu executivo e dando o exemplo, como disse, é um orçamento de pouca aspiração e inspiração onde as despesas correntes assumem um papel preponderante, não deixando margem para as transformações estruturais concretas tão necessárias ao nosso concelho. Como tal, não temos outra alternativa que não seja votar contra este orçamento, desejando que o próximo se traduza no alargamento de horizontes por parte deste executivo. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

"Boa noite, quase bom dia...

O que interessa aos Leirienses, no fundo, é de onde vem o dinheiro, para onde vai, ou seja, onde é gasto o seu dinheiro. O dinheiro não é da Câmara, o dinheiro não é nosso, o dinheiro é de todos nós, é dos Leirienses é isso é que lhes interessa. Se o dinheiro é dos Leirienses exige-se um conjunto de políticas públicas no orçamento que estabeleça prioridades e metas na alocação e investimento desse dinheiro por forma a servir de forma suficiente e adequada o interesse das necessidades públicas dos munícipes. Com o nosso saber este orçamento não o logrou fazer. Mais do que um orçamento de contenção com medo do que possa acontecer, nomeadamente com a evolução da pandemia, isto é, com todo o respeito, claramente o orçamento de ressaca, ressaca de um período eleitoral em que o executivo no conforto daquilo que é a clara e confortável maioria no executivo e na Assembleia limita-se a apresentar um plano de ação pouco audacioso e ambicioso jogando pelo seguro, na gíria futebolística luta para a manutenção. É também um orçamento marcado por aquilo que são as transferências de competências do poder central para o Município, mas a descentralização que defendemos não pode ser prosseguida hipotecando o investimento dos municípios. É preciso chamar a si as competências, mas contando com a respetiva transferência de verbas suficientes e adequadas para aquilo que o Município é chamado a fazer e a assumir por forma a que isso não limite em termos de custos o investimento do próprio Município...eu vou saltar



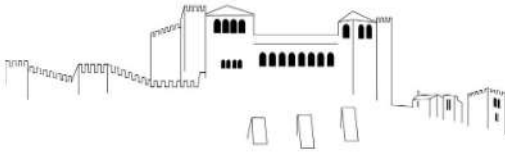
Município de Leiria
Assembleia Municipal

aqui uma série de considerandos... Depois de 2 anos em suspenso, em que compreensivelmente as prioridades e preocupações foram outras, era chegada a hora de dar um sinal de vivacidade e esperança apoiando a retoma investindo em questões estruturais essenciais para o Município e para os Leirienses. Era altura de o orçamento desconfinar, o que à luz do que nos foi apresentado não acontece. Desconfinar e prosseguir com investimentos estruturais essenciais para Leiria e para os Leirienses para resolução de problemas crónicos e por todos conhecidos do Município. Olhando para o orçamento, os investimentos e os apoios que se exigem ou não estão previstos ou estão em modos que nos oferecem grandes reservas quanto à sua viabilidade de execução. Não ignoramos a incerteza trazida pela covid 19 e a necessidade de o Município se precaver, como o próprio assume que faz neste orçamento, mas investir também ao apoiar, exigia-se maior investimento. Bem sabemos que não existem orçamentos ideais ou perfeitos, e ainda bem, como também não queremos fazer tudo e mais alguma coisa e depois quem vier que apague a luz. Não se trata de esbanjar dinheiro, mas antes que os recursos ao dispor do Município, com o dinheiro dos Leirienses estabelecer de forma responsável e transparente prioridades de investimento estrutural que permita atacar de frente aquilo que são os problemas de fundo urgentes do Município. Não vou discriminar alguns dos problemas que já foram aqui amplamente debatidos e discutidos e aos quais o presente orçamento não se afigura capaz, suficiente e adequado de dar resposta. Para além de que, repito, quanto aos investimentos mais significativos que o executivo se propõe realizar temos algumas, bastantes, reservas quanto à capacidade de execução dos mesmos, mas cá estaremos para avaliar se for caso disso e esperamos, sinceramente que assim o seja dar o braço a torcer reconhecendo qualquer coisa que deva ser reconhecida. Pelo orçamento aqui hoje apresentado e discutido um qualquer Leiriense que se ausentasse agora de Leiria e voltasse daqui a 4 anos não iria notar qualquer diferença, talvez mais floreira menos floreira, uma esplanada menos esplanada, linhas azuis, bolas azuis, mas nada de concreto nada de substantivo.

Mesmo para terminar, mesmo para terminar, para o CHEGA é um orçamento com as prioridades mal estabelecidas e que não serve o interesse de Leiria e dos Leirienses conforme e à luz das contas apresentadas podia e deveria servir. É, no fundo, uma oportunidade perdida para o executivo, mas principalmente e infelizmente, é uma oportunidade perdida para os Leirienses daí o voto contra do CHEGA. Muito obrigado e boa noite."

Intervenção da senhora deputada Filomena Carvalho – CDS-PP

Transcrição:



Município de Leiria
Assembleia Municipal

"Após a análise possível deste orçamento no contrarrelógio dado, ouvidas as observações e comentários de todos os grupos políticos com a atenção possível que a hora permite, o CDS vota contra este orçamento."

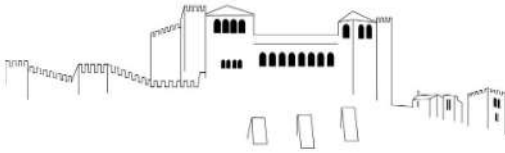
Intervenção do senhor deputado Manuel Cruz – PS

Transcrição:

"Não vou ser, não sou capaz de ser tão breve e tão sintético como a Filomena.

Senhores deputados, um orçamento é sempre um trabalho especulativo e incerto. A incerteza dos tempos no curto prazo, à volatilidade dos fatores juntamos a incerteza das condições ambientais e de saúde, económicas e sociais, portanto, resta-nos o árduo trabalho de sermos videntes perante tanta incerteza. A análise e discussão sobre previsões futuras, orçamentos, embora volátil e quase insustentável é um exercício que deve ser feito e enriquecedor. Senhores deputados, o vosso trabalho de análise, mesmo que contraditório, apresentado neste documento será sempre tomado como construtivo e o reconhecimento pelo trabalho bem feito e bem apresentado neste orçamento, se assim não fosse os senhores não perdiam tempo com ele. A apresentação já efetuada pelo senhor Presidente e pela deputada Telma deixa-me um trabalho muito mais facilitado. Por outro lado, a apreciação deste orçamento depende sempre do espaço político que ocupamos, umas vezes mais cheio outras vezes mais vazio, mas a verdade senhores deputados é que este orçamento e as Grandes Opções do Plano refletem os compromissos do programa eleitoral que os Leirienses votaram e com uma maioria sem qualquer margem para dúvidas. As estratégias das Grandes Opções do Plano deste executivo estão exaradas neste documento e refletem-se, em parte, e mensuradas também nos quadros, nos mapas que são apresentados, eu sei que são muitos, já foi aqui dito que são 440 e tal, mas é verdade que são muitos, mas temos de ler nas entrelinhas deles todos para saber onde é que eles estão e como é que nós vamos segui-los. Contudo, o orçamento é sempre um trabalho dinâmico e de evolução constante. Parte dos objetivos já tem um bocado os respetivos financiamentos como a habitação social, creches, escolas, centros de saúde. Contudo, com a transferência do saldo de gerência no 1º trimestre serão discriminados, haverá um orçamento retificativo onde são discriminados os grandes investimentos estruturais para que possamos reutilizar os recursos do PPR do 2030. Mais despesas, mais receitas, se nós assumirmos as transferências vindas de fora, com certeza que as nossas despesas vão aumentar e também temos mais receitas.

A atração, e foi aqui referido e é um assunto que também diz muito respeito, a atração de empresas ao concelho que tragam mais-valia não depende só de haver habitação. Depende de uma Câmara com serviços dinâmicos, que saiba receber, depende da cultura, depende do desporto, depende dos hospitais, dos centros de saúde, depende das escolas,



Município de Leiria
Assembleia Municipal

depende das creches, dos serviços que possam, que possam trazer ou atrair gente com competências para o concelho.

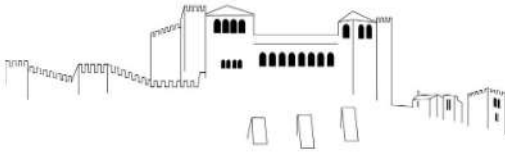
...Passando aqui um bocado mais à frente, mas isto tem que ser cortado...

Senhores deputados, assim como reconheço que os senhores fizeram uma análise a este documento, assim como reconheço também as vossas posições, a verdade é que houve da parte do executivo um grande esforço e dos seus colaboradores para fazerem e para processar este orçamento e isso eu reconheço e isso tem mérito e merece certamente o nosso apreço e a nossa confiança."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes** referiu que o orçamento de 2022 será marcado por um aumento, uma inflação evidente nos custos de eletricidade, dos transportes, recolha de lixo. Tudo tem implicações com os serviços externos de uma autarquia e haverá esse reflexo na despesa.

Relativamente aos recursos humanos disse que foi explicado que em 2009 / 2010, nem era ele o Presidente nem era Raul Castro, o executivo da altura decidiu promover no montante de 300 mil euros um conjunto de funcionários. Esse montante não foi pago na altura e desde essa progressão até agora estão a dever 1,2 milhões de euros fator que justifica o aumento da despesa com pessoal tendo por base uma decisão que foi uma opção de gestão, opção gestonária de, no fundo, premiar os funcionários dessa altura. Esclareceu que essa pesada herança, a exemplo de outras que existem, como é o caso da dívida bancária, é paga neste orçamento. Afirmou que querem continuar a ter orçamentos de rigor e querem continuar a ter um cuidado acrescido no que diz respeito à gestão orçamental. Continuou dizendo que aquilo que assistiu hoje é, mais uma vez, uma opção de gestão política clara que resulta de ter contas certas, responsáveis, um orçamento cuidado nesta altura e como disse na intervenção inicial, em fevereiro terão oportunidade de melhorar o documento com aquilo que são as suas opções com a introdução do saldo e aí já terão uma visão mais clara daquilo que é o seu programa eleitoral sabendo que os orçamentos dos municípios têm cada vez mais uma margem muito curta para colocar a ambição que às vezes ouve os senhores deputados falarem na Assembleia. Na sua opinião, se se somar tudo aquilo que ouço as intervenções seriam precisos três orçamentos. Disse ser muito importante também, para não se cair naquilo que se chama o populismo na política, que as propostas políticas fossem assentes também naquilo que é a respetiva compensação na área da receita quando se propõe despesas, nomeadamente investimento, como algumas que ouviu durante a sessão. Afirmou ser muito importante saber o que é que se deixa de fazer no orçamento ou então que impostos têm que aumentar. Voltou a dizer que como assistiu hoje, em que ao mesmo tempo que se reclama melhoria do sistema de abastecimento de água, mais parques



Município de Leiria
Assembleia Municipal

industriais, como foi apresentado na reunião de câmara a aquisição da Curvachia ou mesmo a intervenção na zona das Olhalvas, temos de saber onde é que se vai buscar a receita para compor toda essa ambição, algo que para eles também é muito importante quando os vêm avisar de que o seu orçamento não é ambicioso. Afirmou que o seu orçamento, ao contrário de outros no passado que eram empolados em dezenas de milhões de euros através da introdução de receitas que eram fictícias através de venda de imobiliário, cumpre com as regras daquilo que é não só um orçamento equilibrado, mas também cumpre naturalmente com aquilo que são as exigências em termos da contabilidade.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António Lacerda Sales**, colocou o **Ponto 4.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 14 votos contra** (14-PSD, 1-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-PCP, 1-IL) **e 2 abstenções** (2-PSD), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Proposta de Demonstrações Orçamentais Previsionais 2022-2026, Demonstrações Financeiras Previsionais, Mapa de Pessoal, Plano de Formação e Relatório da Proposta de Orçamento Instrumentos Previsionais do Município de Leiria para 2022.**

Ponto 4.3 – Plano de Atividades e Orçamento para 2022 do Teatro José Lúcio da Silva - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, dado o adiantado da hora referiu estar disponível para eventuais esclarecimentos do documento. Referiu que o documento cumpre também com aquilo que têm sido as linhas programáticas de anos anteriores.

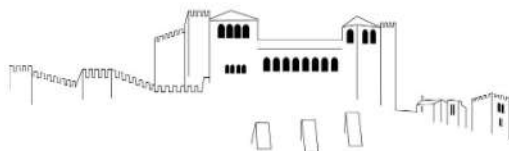
O senhor deputado **Fábio Bernardino** prescindiu do uso da palavra.

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Transcrição:

"Senhor Presidente da Mesa, eu iria deixar aqui a sugestão para que terminássemos o ponto 4 e talvez prosseguíssemos com os restantes pontos na Assembleia do dia 14. Não sei se estarão de acordo ou não.

Exmo. Senhor Presidente, o Bloco não poderá votar favoravelmente o orçamento do Teatro José Lúcio da Silva por uma razão essencial que se prende com um só problema, o critério irrealista com que este documento foi elaborado. Sejamos sérios, pois, de coisas sérias falamos. Este orçamento que nos apresentam é tão sólido que assenta desde logo na seguinte premissa que passo a citar: "...estamos na posse de elementos globais que nos permitem afirmar com clareza o fim da pandemia o que implica a aceleração da economia portuguesa em 2022..." Assim, nas receitas referentes às vendas e prestações



Município de Leiria
Assembleia Municipal

de serviços, o teatro José Lúcio da Silva prevê para o ano de 2022, e volto a citar: "...o número superior de bilhetes a vender que a média dos últimos 12 meses resultado da conjuntura económica e social favorável e que se perspectiva para o próximo ano devido ao fim da pandemia que nos assolou..." Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal perdoe-me a ingerência, sei que distingue com clareza as suas funções, mas na sua qualidade de Secretário de Estado da Saúde explique por favor ao teatro José Lúcio da Silva que, infelizmente e com muita pena de todos a pandemia não chegou ao fim, longe disso. Vivemos ainda tempos de angústia e incerteza pelo que é no mínimo leviano apresentar um orçamento com receitas assentes na falsa realidade de um fim. Não queremos, contudo, deixar de dar os parabéns ao teatro pela credenciação junto da rede de teatros e cineteatros portugueses das salas do José Lúcio da Silva e Miguel Franco, onde nos encontramos. A credenciação de 2 salas distintas é de louvar e dá-nos efetivamente acesso a subsídios de programação, contudo, contar com 400 mil euros de subsídios à programação, valor máximo que poderá ser concedido, que advém de um concurso onde concorrem 81 estruturas e apenas 22 são contempladas, parece-nos demasiado otimista. Era bom, mas mesmo sendo a título provisional é um valor significativo para o orçamento. Esperemos que corra tudo pelo melhor, mas concluo as projeções do orçamento mostram-se demasiado irreais pelo que não poderemos votar favoravelmente o mesmo.

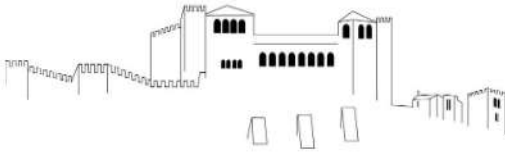
Gostaria também, para terminar, deixar uma questão relativa aos trabalhadores, tivemos aqui uma intervenção de um trabalhador no início desta nossa sessão. É referido neste documento que está em curso um processo negocial para revisão da tabela salarial do teatro com o sindicato, SINTTAV. Ora, que eu saiba, o SINTTAV representa apenas 2 trabalhadores do José Lúcio e as revisões salariais partem de negociações com representantes do cinema e audiovisual e nunca com sindicatos em separado. Por isso, pergunto para quando a revisão salarial dos trabalhadores que não sofre qualquer alteração desde 2009?"

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António Lacerda Sales**, fez saber que quem pretendia apresentar a petição do ponto 7 não quer abdicar de o fazer. Por uma questão de respeito da Assembleia para com a pessoa em causa comunicou que aos senhores deputados que teriam de fazer o sacrifício no sentido de se manterem até ao final da sessão.

Intervenção do senhor deputado **Acácio Sousa – PS**

Transcrição:

"Eu prescindo. Podia fazer um comentário à intervenção do senhor deputado Manuel Azenha, um comentário curto, mas os documentos apresentados são previsionais realmente feitos perante uma expectativa e mais nada do que isso."



Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"Desta vez é que é, «2022 será o início de um novo ciclo para os teatros municipais de Leiria», até porque, a Câmara do PS assim o proclama, «estamos todos na posse de elementos globais que nos permitem afirmar com clareza o fim da pandemia».

Do lado da CDU recomenda-se precaução na análise e na prognose para não se cair neste dislate.

O mote agora é «pensar global para capacitar individual» com o preclaro «objetivo de energizar indivíduos e famílias de forma inteligente e equitativa» (seja lá o que isso for), estabelecendo «pontes e acessibilidades sustentáveis que promovam a reflexão e provoquem a inquietude», tudo para «suplantar o pessimismo e a inoperância».

Se neste enigmático labirinto linguístico alguém conseguir decifrar significância útil ao desarrazoado de «conceitos» e «objetivos» então é merecedor de alvissaras, um vale de 35 euros não será prémio suficiente.

Permanece modelo e forma de gestão sem transparência, gerador de dúvidas quanto à legalidade e que nos suscita naturais preocupações.

Continua a subtrair-se à gestão direta municipal a gestão de equipamentos que a organização gestora do Teatro José Lúcio não deve gerir, como é o caso do Teatro Miguel Franco e do Cineteatro de Monte Real.

Continua a ser acometida à Administração do Teatro o desenvolvimento de programas, projetos e atividades que deviam ser da responsabilidade dos serviços municipais de Cultura.

O Teatro continua subaproveitado e pouco aberto à iniciativa de instituições locais. Este Teatro tem de passar a ter ocupação diária, tem de ser um centro vivo de arte, que atraia mais gente, que contribua para o aprofundamento da democratização do acesso à cultura, com atividades ao longo do dia. E tem de se integrar na corrente geral da atividade cultural municipal.

Finalmente, como nota positiva que queremos saudar, a manifestação de negociar com o SINTTAV, nomeadamente, a atualização da matéria salarial.

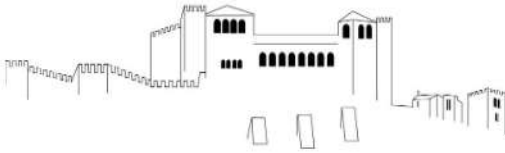
Entretanto, face ao modelo de gestão e às críticas que lhe fazemos, não podemos deixar de votar contra."

O senhor deputado **Hugo Morgado** prescindiu do uso da palavra.

Intervenção da senhora deputada Filomena Carvalho – CDS-PP

Transcrição:

"Corroboramos que este se trata de um orçamento pouco realista, que o deputado Manuel Azenha referiu. Pretendemos solicitar um breve esclarecimento ao senhor Presidente pois podemos estar a fazer uma análise menos precisa relativamente à cláusula 3ª –



Município de Leiria
Assembleia Municipal

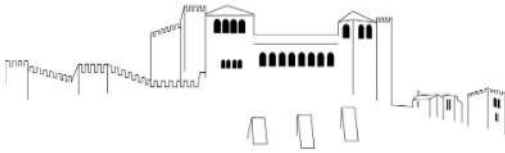
Indicadores. O número de eventos culturais a promover durante o ano 2022 deverá ser pelo menos 100 devendo atingir no mínimo 80 mil espectadores, visitantes para a sala do Teatro José Lúcio da Silva, portanto, são expectáveis 800 espectadores por evento, lembramos que a lotação máxima da sala do Teatro José Lúcio da Silva sem avançado é de 715 lugares, com o avançado é de 729 lugares. Uma previsão que gostávamos de ver esclarecida dado que isto também se trata de uma situação pandémica ainda em crescência.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

No que diz respeito à questão do orçamento do teatro José Lúcio da Silva explicou que obedece àquilo que é um ano de expectativa também relativamente àquilo que é a evolução da pandemia, mas com a convicção de que os anos mais dolorosos para a cultura, como foi o ano presente e o anterior, não irão ser tão massacrantes como foram esses dois anos. Disse haver aqui, no que diz respeito ao setor da cultura bem como ao setor do desporto, o retomar do público às salas de espetáculo uma vez que a população encontra-se amplamente vacinada, o que permite encarar o próximo ano do ponto de vista da cultura e da assistência de público de uma maneira totalmente diferente daquilo que foram os últimos dois anos. Referiu ser nessa visão otimista que se apresenta este orçamento. Continuou dizendo que o fim da pandemia não se decreta nem se consegue antecipar, existe aqui sim um sinal de que a área da cultura terá uma retoma no próximo ano, o que é expectável tendo em conta que têm muita da população vacinada.

Relativamente à questão laboral disse ser um assunto levantado pelo Bloco de Esquerda nas diversas intervenções. Disse ainda que quando estão a falar de funcionários, alguns com mais de 20 anos, mas percebemos que há uma agenda que respeitam, mas também não a querem utilizar do ponto de vista partidário, não a devem usar, porque, na sua opinião, a precariedade não é a situação que acontece no Teatro José Lúcio da Silva. Esclareceu que quando veiculam informações sobre aquilo que é o seu empenho relativamente à gestão de recursos humanos assenta, naturalmente, naquilo que é a relação com os sindicatos, quando dizem que só existe um sindicato com tabelas para aquela função de projeção é porque só existe um. Afirmou que a questão laboral de trabalhos é algo que privilegiam e que faz uma gestão cuidada.

No que diz respeito às questões de funcionamento do próprio teatro, a sua lotação e os seus objetivos, disse que decorrem daquilo que é o número de público e o número de espetáculos que dão suporte à transferência mensal que o teatro recebe da Câmara Municipal e por isso assenta num contrato-programa de objetivos e que tem a ver com espetáculos dentro e fora de sala. Concluiu dizendo ser por isso que têm identificado um contrato-programa que vai de encontro àquilo que eram os objetivos e as metas



Município de Leiria
Assembleia Municipal

indicadas não em período de pandemia, mas em períodos antes da pandemia existindo por isso uma forte expectativa no retomar de públicos aos espetáculos.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António Lacerda Sales**, colocou o **Ponto 4.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 4 votos contra** (1-BE, 1-CDS-PP, 1-PCP e 1-IL) **e 1 abstenção** (1-CHEGA), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente o **Plano de Atividades e Orçamento para 2022 do Teatro José Lúcio da Silva**.

DECLARAÇÃO VOTO

Intervenção do senhor deputado Carlos Poço – PSD

Transcrição:

"Só para dizer que, apesar de não concordarmos com o orçamento, nós votámos favoravelmente porque queremos colaborar com todas as condições possíveis para que o projeto de Leiria, cidade da Cultura em 2027 não tenha qualquer mácula e que possa prejudicá-la. Nesse aspeto nós votamos a favor."

Ponto 5 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Leiria e o Teatro José Lúcio da Silva - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu ser um contrato-programa que visa financiar o funcionamento e os objetivos em termos culturais do teatro José Lúcio da Silva sendo, no fundo, o suporte para esta transferência.

A senhora **deputada Sofia Francisco** prescindiu do uso da palavra.

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – Iniciativa Liberal

Transcrição intervenção:

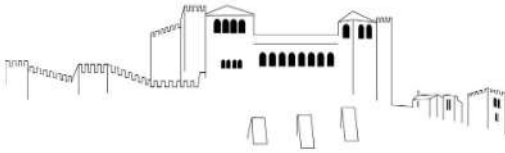
"Abdico também da intervenção que tenho aqui, mas peço a compreensão da Mesa visto que já estamos em quebra de Regimento que também faça aceitar as intervenções que tenhamos para anexar à ata mesmo que não sejam verbalizadas aqui."

Depois, outra nota muito rápida também, não sei se o senhor Presidente por esquecimento ou se não ouviu a intervenção da minha colega Filomena existe uma aparente impossibilidade física em preencher a lotação, portanto, a lotação é inferior àquela que existe na..., portanto, eu não ouvi resposta...aparenta existir uma impossibilidade física de preencher."

Transcrição documento escrito:

"A liberdade dos Leirienses é especialmente atacada neste contrato-programa.

Pois vejamos, no documento encontrámos as seguintes preocupações:



Município de Leiria
Assembleia Municipal

- *Primeiro: o município deve promover espetáculos de qualidade, mas dá poder total a uma única entidade para definir esses espetáculos.*
o *Sr. Presidente, o que é de qualidade para mim, pode não ser para si. Aquilo que uma única entidade define como sendo de qualidade, dificilmente abrange o maior número da população.*
- *Segundo: a cultura é suscetível à realização de investimentos não rentáveis, mas refere que os espetáculos culturais devem abranger o maior número da população.*
o *Sr. Presidente, se o objetivo é abranger o maior número de pessoas possíveis (ou seja, o objetivo é a forte adesão), porque razão tem esta atividade de não ser rentável?*
- *Terceiro: Este contrato programa está dependente de uma avaliação trimestral, mas em 2 dos 4 trimestres do ano a execução não fica condicionada porque se entende – à partida – que são semestres de fraca procura.*
o *Sr. Presidente, se metade do ano é de fraca procura, porque é que não se admite isso à partida e se faz um contrato com avaliação anual? Porque é que estamos a gastar dinheiro e recursos públicos a produzir duas avaliações que nada vão influenciar?*
- *E finalmente, quarto: A CM continua responsável por outras despesas com estruturas, equipamento e pessoal.*
o *Aqui até concordamos. Cultura, ainda assim, deve ser serviço público e deve ser acessível a todos. Ter infraestrutura pública que a CM possa ceder a entidades promotoras de espetáculos, é um investimento que suportamos. Mas tem de servir a população. Não é para servir as vontades subjetivas de uma única entidade a maior parte do ano, ainda por cima sem requisitos de rentabilidade ou de qualquer responsabilidade metade do ano.*

Por estes motivos a Iniciativa Liberal votará contra este contrato-programa.”

Intervenção da senhora deputada Filomena Carvalho – CDS-PP

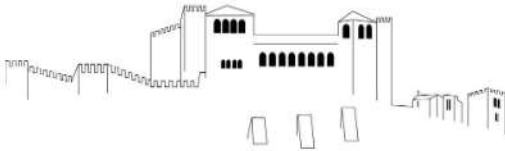
Transcrição documento escrito:

“Corroboramos que este se trata de um orçamento pouco realista tal como o Deputado Manuel Azenha também referiu.

Pretendemos solicitar um pequeno esclarecimento ao Sr. Presidente pois podemos estar a fazer uma análise menos precisa relativamente à Clausula 3.^a – Indicadores: “a) O número de eventos culturais a promover durante o ano de 2022 deverá ser pelo menos de 100, devendo atingir no mínimo os 80.000 espectadores/visitantes, para a sala do Teatro José Lúcio da Silva;”

Portanto são expectáveis 800 espectadores por evento. Lembramos que a lotação máxima da sala do TJLS s/ avançado é de 715 lugares, c/ avançado é de 729 lugares.

Uma previsão, reforçamos, para o ano 2022, com a situação pandémica claramente em efervescência.”



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**, esclareceu que o número de espectadores nos teatros é de 80 mil e não de 800 mil. Disse ainda que o número de lugares é de 700 e varia consoante o espetáculo. (*áudio impercetível*) Afirmou respeitar todas as questões e, na sua opinião, a questão colocada ultrapassa a esfera política não estando disponível para estar a explicar essa questão muito particular. Afirmou poder esclarecer isso depois. (*áudio impercetível*). Disse estarem aqui com objetivos de 80 mil não estando a ver onde é que estão os 800. (*áudio impercetível*) Uma vez mais disse ver apenas referência a 80 mil.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António Lacerda Sales**, colocou o **Ponto 5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 2 votos contra** (1-CDS-PP e 1-IL) **e 1 abstenção** (1-CHEGA) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Leiria e o Teatro José Lúcio da Silva**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Intervenção do senhor deputado Carlos Poço – PSD

Transcrição:

"Só para dizer que, apesar de não concordarmos com o orçamento, nós votámos favoravelmente porque queremos colaborar com todas as condições possíveis para que o projeto de Leiria, cidade da Cultura em 2027 não tenha qualquer mácula e que possa prejudicá-la. Nesse aspeto nós votamos a favor."

Ponto 6 - Petição em prol do alargamento dos horários do serviço público de transporte de passageiros Mobilis para que as 9 linhas circulem dia e noite, todos os dias, incluindo fins de semana e feriados, e com reforço na periodicidade - Apreciação, discussão e votação;

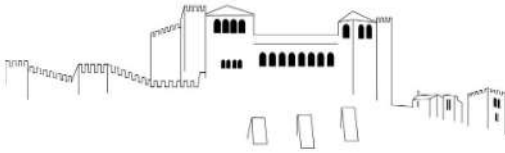
Intervenção da munícipe Liliana António Pereira

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Leiria

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Leiria

Exmo. Srs. e Sras. Membros da Assembleia Municipal de Leiria

Quero aproveitar para agradecer a todas as entidades que contribuíram para a divulgação e recolha de assinaturas desta petição, nomeadamente os partidos PAN e Livre, as Associações de Estudantes do Politécnico de Leiria (ESTG, ESECS e ESSLei), a Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, a papelaria Alibabá, o café Alma Vegetal, e sobretudo agradecer aos quase 1000 assinantes que apoiaram esta causa.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Durante pouco mais de um mês de recolha de assinaturas, foram várias as vozes que se fizeram ouvir. Desde quem perdeu oportunidades de emprego por não ter transporte para o futuro local de trabalho; passando pela dificuldade daqueles que raramente conseguiam consulta no dentista porque nos poucos horários em que o transporte lá chegava, as vagas já estavam preenchidas; terminando até na história da senhora que chegou a fazer diariamente percursos de 1h a pé desde a Gândara até ao Hospital S. Francisco por não existir qualquer transporte no horário em que entrava para o serviço.

Foram também muitas as queixas por parte dos utentes, relacionadas com a falta de passeios e passadeiras: "Ó Menina, já que lá vai, diga que são precisas passadeiras na Rua Principal do Vidigal!"

Não nos podemos esquecer que quando um passageiro sai de um autocarro, este passa a ser um peão. Na Rua Paulo VI em Leiria, por exemplo, quem sai numa das diversas paragens Mobilis linha 4, é obrigado a caminhar dezenas de metros pela berma da estrada até chegar a um passeio. Este tipo de percursos por si só arriscados, são ainda mais perigosos à noite ou em períodos de pouca visibilidade. A segurança dos peões é um dos pilares essenciais da mobilidade suave e está diretamente relacionada com o transporte público, não podendo ser por isso descurada.

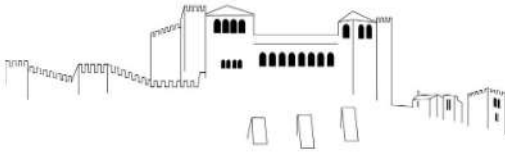
Todos estes pontos e a grande adesão a esta petição demonstram a importância de melhorar o serviço de transporte público o mais cedo possível. Quero agradecer à Câmara o empenho demonstrado e a celeridade com que apresentaram novos horários para fins-de-semana e feriados. Mas quero relembrar que ainda não estão preenchidos todos os pontos desta petição. Ainda estão em falta os horários noturnos e o reforço na periodicidade referidos na alínea a).

O Departamento de Planeamento Urbano da Cidade de Toronto no Canadá, estabeleceu que uma linha de transporte público viável corresponde, no mínimo dos mínimos, a um autocarro que circula 7 dias por semana, em intervalos de 30 minutos até à meia-noite. Mesmo com os novos horários, nenhuma das linhas Mobilis garante ainda estes serviços mínimos.

Pedimos então que os transportes urbanos possam garantir estes serviços mínimos para todos os utentes, e que a curto prazo seja feito um esforço para implementar pelo menos alguns horários noturnos em todas as linhas.

Não esquecer que muito utentes viajam tanto em urbanas como interurbanas e é essencial conseguir relacionar os diversos horários de forma conveniente e confortável.

A crescente procura destes serviços vem de um vasto leque de utentes residentes dentro e fora do Concelho que utiliza o transporte público para todo o tipo de situações. É por isso que solicitamos na alínea b) A realização de inquéritos de opinião e recolha de contributos.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Só conhecendo a realidade de quem usufrui dos transportes diariamente, é que será possível responder às necessidades deste serviço. Será uma oportunidade perdida se não aproveitarmos o interregno até ao próximo contrato de concessão para planear e testar novos horários e novas rotas que estão em falta no concelho.

É importante também entender os motivos de quem não usa o transporte público. Muitos foram os signatários que disseram: "Tenho carro e não uso Mobilis, mas assino porque se existissem mais transportes andaria neles." A título de exemplo, temos a linha Mobilis 8 Leiria-Cortes que circulando apenas 4 vezes por dia em dias úteis, não consegue responder às necessidades dos moradores, sendo estes obrigados a circular única e exclusivamente em veículo próprio. Para não falar nas diversas localidades sem qualquer transporte público.

Por último, pedimos que se façam cumprir os horários já fixados na atual concessão. Os sucessivos atrasos do transporte público devem-se sobretudo ao facto dos autocarros ficarem encurralados no meio do trânsito automóvel em hora de ponta. Para tal, solicitamos na alínea c) A criação de corredores exclusivos de transportes públicos (faixas de bus) para que estes possam circular de forma prioritária. Incluindo também para além destes corredores, semáforos que dão prioridade aos autocarros.

Os problemas de transporte público na nossa cidade não se resolverão da noite para o dia, existindo ainda muitas outras carências. Mas implementando estes três pedidos, conseguiremos melhorar grandemente os atuais serviços prestados, bem como reduzir significativamente o trânsito automóvel na cidade, beneficiando assim todos os leirienses."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes

Cumprimentou quem ainda estava a assistir à sessão e agradeceu à munícipe Liliana Pereira, que foi a responsável pela petição, a sua disponibilidade para colaborar na análise uma vez que é uma Leiriense utilizadora pelo transporte público possuindo assim um conhecimento privilegiado do mesmo.

Solicitou ao senhor Vereador Luís Lopes que efetuasse uma breve apresentação.

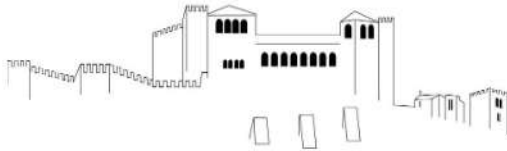
Intervenção do senhor Vereador Luís Lopes

Transcrição:

"Senhor Presidente,

Senhores deputados,

De forma muito breve cumprimentar quem ainda está connosco lá em casa, especialmente a Liliana, que foi a responsável por esta petição e reforçar esta colaboração destas entidades todas. Apenas, relativamente àquilo que é a oferta dar nota que esta oferta que agora foi disponibilizada na verdade, ela já tinha sido validada pela autoridade de transportes coletivos em 2019 naquilo que é o trabalho que está em curso



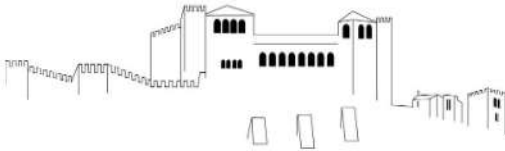
Município de Leiria
Assembleia Municipal

relativamente à estratégia de mobilidade, que já foi aqui referida mais do que uma vez. É evidente que fomos limitados também no desenvolvimento desta estratégia em 19/20 e agora ainda com a questão da pandemia pela redução de circulação em transportes públicos, o que nos impede, ou que nos impedia, agora podemos retomar e percebemos claramente quais as vias que necessitam de ser reforçadas, quando digo vias / circuitos, e também a necessidade ou não destes mesmos horários noturnos que já foram referidos e que, como tal não vamos avançar já com isso até que tenhamos perfeitamente claro quais as linhas e em que circunstâncias podem e devem ser reforçadas, o que não significa que não haja possibilidade, isso já foi também acordado com o prestador atual relativamente a estes reforços pontuais para alguns eventos ou até, caso se justifique, estas linhas que agora existem para que elas também sejam reforçadas com maior periodicidade ou com maior número de autocarros como acontece já pelo menos numa delas. Para concluir, só dar nota ainda que este contributo destas entidades que participaram na petição, logicamente que a nossa intenção é que também sejam auscultadas neste estudo que vamos promover a curto prazo e, para além disso, quer as faixas dedicadas a autocarros, como foi referido, quer outras circunstâncias relacionadas com mobilidade, como também já foi referido aqui hoje, mais pontos de carregamento para veículos elétricos como já está em curso nas Olhalvas, por exemplo, e também a implementação de mobilidade suave através de bicicletas, é algo que tem que ser perfeitamente integrado e que, como tal, nós pretendemos que esteja tudo perfeitamente integrado nesta mesma lógica de estratégia de mobilidade para a cidade, e não só, fazendo também a relação com as interurbanas para o resto do concelho que não se cinge, como sabemos, só ao Mobilis e, como tal é relevante que esta estratégia seja devidamente planeada e implementada até porque terá impacto nos próximos anos.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:

“Senhor Presidente, antes de mais congratulamos o executivo por este alargamento de horários para domingos e feriados da rede Mobilis. Agradeço igualmente a disponibilização dos documentos que solicitei referentes ao contrato de prestação de serviços de transporte público de passageiros. E é sobre este contrato que irei falar, pois o mesmo levanta uma série de questões que gostaria de ver esclarecidas. Primeira, porquê sujeitar o contrato a um ajuste direto com a Rodoviária do Lis? O regime jurídico plasmado na Lei 52/2015 prevê que tal possa acontecer, contudo, sempre em cumprimento do artigo 15º da diretiva comunitária e com respeito pelo Código dos Contratos Públicos. Ora, a diretiva comunitária diz-nos que o ajuste direto é possível desde logo quando o Município exerça um controlo sobre o operador análogo ou que exerce sobre os seus próprios serviços. Ora, no nosso caso, o Município não exerce



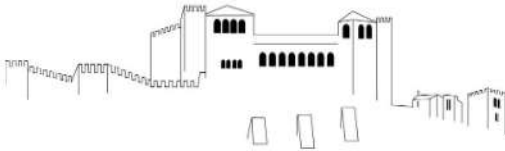
Município de Leiria
Assembleia Municipal

qualquer controlo sobre a Rodoviária do Lis e trata-se de uma exceção pois a regra é a abertura de um concurso público aberto a todos os operadores, imparcial e respeitador dos princípios de transparência e não discriminação, nº 3 do artigo 5º do Regulamento Comunitário. Assim, este contrato não respeita o Regulamento Comunitário, o que nos leva ao Código dos Contratos Públicos. O Município justifica sempre estas adjudicações por ajuste direto com base na alínea c) do artigo 24º do Código dos Contratos Públicos que diz: "... pode adotar se o ajuste direto quando, na medida do estritamente necessário e por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante não possam ser cumpridos os prazos inerentes aos demais procedimentos..." Senhor Presidente, qual tem sido a urgência imperiosa, quais os acontecimentos imprevisíveis que levam a Câmara a recorrer constantemente à adjudicação por ajuste direto à Rodoviária do Lis. Em 2º lugar, e vou terminar, todo este contrato levanta uma série de questões, tem um preço base por 12 meses, quando o contrato tem uma validade de 6 meses prorrogável até 12, é certo. Então porquê o contrato de 6 meses e não logo de 12? Sendo, e esta questão levanta uma questão que foi aqui levantada e bem quando falou da mobilidade o deputado Carlos Poço, sendo a freta propriedade da Rodoviária do Lis para onde vai o dinheiro que vem do programa PARTE que é para ser gasto em investimento e modernização dos veículos? O Município sabe qual o valor que a Rodoviária do Lis arrecada com a venda de bilhetes e publicidade, valor esse que contratualmente é pago independentemente dos valores de redução das tarifas suportadas pelo Estado? A verdade senhor Presidente, é que o Município está completamente dependente da Rodoviária do Lis e é o próprio Município que cria esta dependência ao não abrir a prestação de serviço de transportes a outros operadores. Precisamos de pensar mais além os nossos transportes públicos de passageiros, começar a trabalhar para uma municipalização do Mobilis que não seja limitada ao concelho, mas de âmbito intermunicipal aos concelhos limítrofes, esta foi aliás a razão que levou a que a gestão dos transportes públicos de passageiros passasse a ser da competência da Comunidade Intermunicipal. Disse."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes

Esclareceu que o contrato que foi estabelecido teve consulta a mais do que uma entidade, não tendo sido um ajuste direto à Rodoviária do Lis.

Referiu que a urgência da contratação resulta do fim do contrato sendo por isso necessário garantir a continuidade da prestação do serviço. Disse que este tipo de procedimento é antecedido de consulta à Autoridade Nacional de Transportes que, no fundo, tem a obrigação de validar estas ofertas. Disse ainda que eles tiveram a responsabilidade também neste atraso na aprovação da sua proposta. Explicou que o período que propõem, 6 meses, e que pode ser prolongado por um ano tem a ver com



Município de Leiria
Assembleia Municipal

aquilo que já foi apresentado. Afirmou não estarem satisfeitos com este tipo de oferta, querem melhorá-la, querem ter mais oferta e melhor oferta e, por isso estabeleceram um prazo de um ano para fazer o estudo de mobilidade, mencionado pelo Vereador, identificaram as linhas que são necessárias incluir, os horários e só depois de terem esse trabalho, esse estudo feito é que podem ter uma nova proposta de serviço público de transportes assente naquilo que é um trabalho que terá que ser medido através de utilização com as tais consultas a pessoas que utilizam o sistema de transporte em Leiria.

Intervenção da senhora deputada Maria Margarida de Sá – PSD

Transcrição:

"Boa noite a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os resistentes ainda aqui presentes e os resistentes que ainda em casa ainda não adormeceram e nos continuam a ouvir.

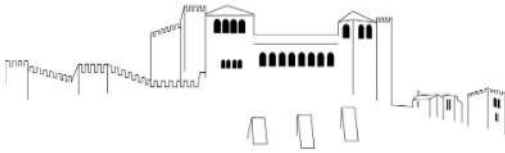
Como é do conhecimento geral há muito tempo que o PSD defende uma melhor política de mobilidade para a nossa cidade. A decisão de alargar o horário do Mobilis depois das 20 e aos fins de semana e feriados peca apenas por ser tardia. No entanto, além de alargar o horário das linhas já existentes será importante aumentar a frequência do número de autocarros, rever os circuitos, aumentar o número de paragens e o número de linhas e deste modo beneficiar também outros munícipes que não têm qualquer forma de se deslocar a não ser em carro próprio. É importante criar condições para que as paragens de autocarros sejam confortáveis e tenham informação em tempo real dos tempos de espera, informação essa que também poderá ser acessível em aplicações móveis. Uma melhor rede de transportes vai atrair mais passageiros e consequentemente diminuir o tráfego automóvel e tornar a cidade mais verde, para além da mudança a nível da rede Mobilis é também muito importante a criação de parques de estacionamento na periferia da cidade permitindo assim aos munícipes deixarem os seus automóveis e poderem desfrutar da rede Mobilis. O nosso contributo para a melhoria do clima com redução de CO2 passa por uma utilização mais massiva de transportes públicos, mas para isso é necessário que a oferta seja adequada com frequência e qualidade atraindo passageiros. Criar confiança que a oferta suficiente de transportes públicos é fundamental. Aumentar a oferta é uma medida adequada, por isso votaremos a favor desta petição que nos parece pecar apenas por ser pouco ambiciosa."

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques - IL

Transcrição:

"Esta petição propõe essencialmente 3 coisas:

- a) Alargar os horários do Mobilis aos fins de semana e à noite;*
- b) Fazer inquéritos de satisfação aos utentes da rede*
- c) Criação das chamadas faixas BUS*



Estes 3 pontos são razoáveis, e qualquer cidade que queira ter um sistema de transporte digno e adequado deve aplicá-las, ainda que o sucesso das mesmas se deva à forma como é aplicada.

É importante notar que somos das poucas cidades desta dimensão que não tem corredores de circulação (as faixas BUS), sendo a implementação das mesmas essenciais para uma maior eficiência da rede. Ainda assim, a sua criação deve ser estudada e apenas aplicada em locais - quer pelo traçado da via, densidade de trânsito ou maior frequência de autocarros - se justifique.

Soube-se ainda recentemente que a CM reagiu alargando a oferta das várias linhas da rede aos sábados, domingos e feriados, mas é importante notar que outras "exigências" da petição não foram tidas em consideração: nomeadamente o alargamento dos horários noturnos nos dias úteis. Para além disso esta solução serve mais como um "penso rápido", uma vez que a rede continua a sofrer os mesmos problemas estruturais:

- A oferta nas linhas circulares urbanas, no período diurno, continua a ser inflexível. Isto é, a frequência de autocarros em hora de ponta é igual à de fora de hora de ponta, criando constrangimentos;

- A rede tem uma taxa de pontualidade de cerca de 20%. Ou seja, 80% dos autocarros chegam mais de 5 minutos adiantados ou atrasados, o que aliado às baixas frequências de passagem tornam a utilização da rede uma autêntica roleta russa.

- Finalmente, continua a não haver forma de saber, em tempo real, o tempo de espera, ao contrário do que já se vê noutros municípios deste país.

Por estes motivos, e porque acreditamos que há muito a melhorar - quer do lado da oferta, quer do lado da otimização - a Iniciativa Liberal votará a favor desta petição."

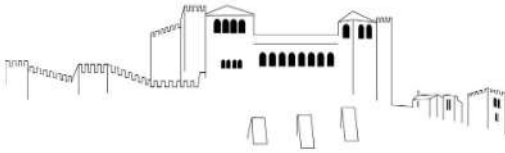
Intervenção da senhora deputada Filomena Carvalho – CDS-PP

Transcrição intervenção escrita:

"Exposição preparada, mas não lida por respeito ao adiantado da hora, mas que pretendíamos que ficasse a constar da ata e que divulgaremos nas redes sociais.

Defendemos um levantamento das reais necessidades da população que pode fazer uso e beneficiar dos serviços de transporte Mobilis. Cremos que um trabalho bem feito nos traria boas surpresas.

Não seria difícil, aliás constituiria um claro exemplo de boas práticas para o Município e para a própria Empresa, o preenchimento de um questionário ao qual se poderia aceder via QRCode e/ou endereço web, colocado quer nos autocarros quer nas paragens, para que pudéssemos ter uma base estatística, da qual se daria conhecimento, realizando-se um trabalho mais sério sobre as efetivas necessidades da população, já utilizadora e potencial utilizadora deste serviço de transporte.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Este trabalho em transparência constituiria uma vantagem para todos: um ganha-ganha capaz de pôr em marcha estratégias concretas no campo da sustentabilidade e a pensar na Economia verde.

Apresentamos também como possibilidade colocar uma app através da qual seja possível ter conhecimento da localização precisa dos Mobilis.”

Intervenção da munícipe Liliana António Pereira

“Era só para referir que o senhor Vereador falou na necessidade, a necessidade ela existe à noite. A questão, eu percebo que seja necessário fazer estudos nesse sentido, mas basta por exemplo pensar que se eu quiser ir ver um espetáculo no teatro José Lúcio ou em Miguel Franco não tenho como me deslocar nem para ir para aí nem para vir para casa. Logo aí essa necessidade e isto não pode ser visto na questão de as pessoas irem trabalhar, que é uma das funções, mas há muitas outras questões que é o lazer, fazer compras, e essas coisas todas. Em relação também às ciclovias acho que se pode aproveitar e juntar os passeios como ciclovias, construir coisas seguras para poder andar porque, julgo que foi o Vereador do PSD que mencionou, que as ciclovias em Leiria estão desertas. É normal que estejam desertas porque elas têm 200 metros e ao fim do dia as pessoas têm de andar no meio da estrada e isso não é seguro para ninguém, essa ideia (gravação impercetível) pois crianças e jovens nas escolas usarem, é preciso haver estrutura e ciclovias para isso. Também não me quero alargar muito mais.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António Lacerda Sales**, colocou o **Ponto 6** à votação.

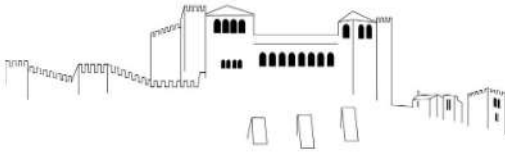
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Petição em prol do alargamento dos horários do serviço público de transporte de passageiros Mobilis para que as 9 linhas circulem dia e noite, todos os dias, incluindo fins de semana e feriados, e com reforço na periodicidade.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

“O CHEGA votou a favor da petição apresentada pela munícipe Liliana, o que não significa branquear ou legitimar a gestão dos transportes públicos feita pelo Município de Leiria que consideramos ser deficitária e não suficiente. Esperamos também que estas alterações previstas na petição não fiquem na gaveta e que sejam implementadas o mais breve possível. Obrigado.”

Ponto 7 - Petição “Reabertura da antiga EB do Souto de Cima para o ensino pré-escolar” - Apreciação, discussão e votação;



Intervenção da munícipe Tânia Sofia Pereira Santos

"Em representação dos Pais e Encarregados de educação do pré-escolar do Souto do Meio dirijo-me ao Sr. Presidente da Assembleia para que tome conhecimento de uma realidade que há alguns anos tem vindo a ser negligenciada quer pela Direção do Agrupamento, pela Junta de Freguesia, pela Câmara Municipal. Fundamento este para a criação de uma petição pública, para pedir a reabertura da antiga escola do 1º ciclo do Souto de Cima para acolher as crianças do Pré-Escolar do Souto.

Passo a descrever:

O Jardim de Infância do Souto do Meio é um projeto de raiz, construído para acolher crianças dos 3 aos 5 anos. Este estabelecimento era constituído por 2 salas de atividade, um refeitório, uma cozinha, um gabinete, duas instalações sanitárias, uma para crianças e outra para adultos e 1 sala de prolongamento de horário, valência das AAAF.

O espaço exterior era constituído por uma área onde foram colocados equipamentos lúdicos fixos, por exemplo: escorrega, baloiços. Todo o equipamento quer do interior e exterior foi pensado e adequado à escala de crianças de 3 aos 5 anos.

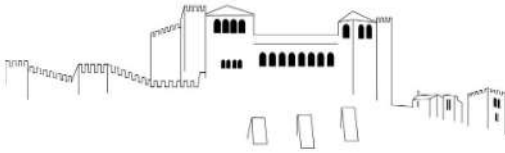
Com a transferência em 2016 de duas turmas da escola básica do 1ºciclo, para o Jardim de infância Souto do Meio, as condições vieram a comprovar -se pouco funcionais para o desenvolvimento do plano curricular do 1ºciclo e para o desenvolvimento das orientações curriculares do pré-escolar.

Agravando-se de ano para ano a falta de espaço para o desenvolvimento, as terapias que se desenvolvem no vão das escadas, no refeitório, ou no exterior e no gabinete já acontecendo na cozinha e no corredor. Com a pandemia Covid 19 mais desastroso, dado que nem existe sala de isolamento.

O grupo de crianças que frequentam o jardim de infância é constituído por 16 crianças de 3,4 e 5 anos, integra ainda este grupo uma criança com atraso global de desenvolvimento, com cuidados específicos, acompanhada pela intervenção precoce de Leiria.

A integração da escola básica do 1ºciclo alterou substancialmente a ação pedagógica do pré-escolar, ficando as crianças do pré-escolar confinadas a uma sala durante o dia, desde a entrada no estabelecimento 7:30h às 19h, existindo uma consciência como de obrigatoriedade, do cumprimento de determinadas necessidades de à utilização dos espaços pelas professoras do 1º ciclo e acompanhamentos de psicóloga e terapias. Relevando sempre a importância do espaço para as crianças do Pré-escolar.

É possível através da auscultação de profissionais que desenvolvem estas atividades e as complementares de Música, Dança e ginástica, e as AEC no 1ºciclo, compreender as dificuldades que sentem de forma a organizarem as suas atividades.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Temos um Jardim de Infância, completamente descaracterizado, que perdeu todas as potencialidades para o bem-estar das crianças no respeito pelas suas características e na promoção do seu desenvolvimento global.

Desde 2016 no arranque de cada ano letivo o Presidente da Junta em reuniões de pais assumia o compromisso de melhorar as condições de espaço neste estabelecimento de ensino, nunca acontecendo nenhuma intervenção nesse sentido, alegando sempre a falta de disponibilidades orçamentais pela parte do Município. Assim como algumas visitas pontuais da Câmara e nunca foi intervencionada para melhorias. Temos consciência de que as atuais instalações educativas que integram a Escola Básica do 1º ciclo e do Jardim de Infância revelam-se insuficientes e desadequadas para a prática de um ensino de qualidade. E desde esta integração, registou-se uma diminuição significativa nas matrículas do pré-escolar dado as condições, questionamos, então com a reabertura da antiga escola, não será a melhor maneira de manter viva uma aldeia, evitando a desertificação.

O mais grave, é que nos fizeram acreditar que a antiga EB do Souto de Cima tinha encerrado, mentiram-nos, mentiram aos Pais, mentiram à comunidade do Souto. Até ao dia em que vem a publico a candidatura a orçamento participativo a abertura da antiga escola como espaço museológico. Assim como temos conhecimento de que a Sra. Vereadora, admitiu que a antiga escola do Souto de Cima venha a ser ocupada por outra entidade enquanto não for preciso como escola.

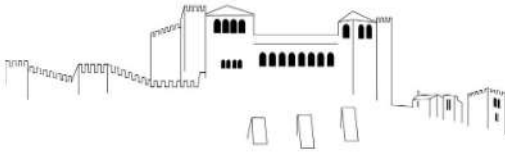
Mas nós precisamos da escola, é verificável a quem a visite, falamos enquanto não houver uma inversão demográfica, mas há crianças no Souto, há pais que não querem aquelas condições para os seus filhos nos dois níveis de ensino. Esta é a verdade.

O que nos entristece e também a aldeia, os mais velhos sentem a falta das crianças naquela escola, de os ouvirem, para eles significa esperança, vida.

Sabemos que a Sra. Vereadora pretende reorganizar espaços, no fundo remediar o que não tem remédio, dividir uma sala com uma parede de pladur, não nos parece solução, os alunos vão ficar com menos espaço, numa outra sala fazer uma divisória para um gabinete de apoio e terapias a alunos com dificuldades, não nos parece solução, os espaços estão a arrebentar pelas costuras.

Considerando todos estes aspetos, o Jardim de Infância com a inserção mais importante da criança, a fase mais importante para o desenvolvimento social. Um espaço que se quer digno e estimulante ao seu crescimento. Pais e comunidade apelam à reabertura da antiga escola para

as crianças do pré-escolar possibilitando desta forma melhores condições às crianças, alunos do 1ºciclo. Condições de igual modo determinantes para a sua construção e desenvolvimento de uma boa aprendizagem, uma aprendizagem de sucesso afetivo.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O município não pode relegar para segundo plano o bem-estar e a aprendizagem das crianças do Pré-Escolar, tem essa responsabilidade e pode participar desse desenvolvimento. A escola antiga foi requalificada, a pensar no espaço museológico, quando este poderá ser criado num outro espaço da freguesia, por exemplo na sede dos Ranchos.

E o pré-escolar continuará circunscrito a uma sala onde as crianças permanecem das 7:30h às 19h sem conhecerem tempos distintos de rotinas, de atividades, parece-nos uma violência. Mesmo as crianças mais pequenas com necessidade de descansar, não têm um espaço para o fazer, algumas adormecendo frequentemente em cima das mesas. Assim como o exterior, é evidente o estado degradante desta área, equipamentos deteriorados, pelo tempo e pelo uso, não foram pensados à escala de alunos do 1º ciclo. Com um gradeamento de arame no centro do recreio, mais parecem crianças enjauladas, quando deveriam correr, saltar e fazer brincadeiras condizentes com a idade das crianças. Apelamos ao Sr. Presidente da Assembleia que tome em consideração as nossas preocupações, é um problema que temos urgência em resolver, é a reabertura da escola antiga para os nossos filhos, para o seu bem-estar e desenvolvimento. É uma reivindicação justa pelo respeito e valorização da Educação. Obrigada."

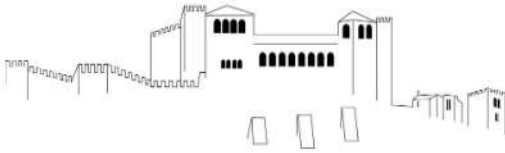
O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes** solicitou à senhora Vereadora Anabela Graça que efetuasse uma apresentação sobre esta petição.

Intervenção da senhora Vereadora Anabela Graça

Transcrição:

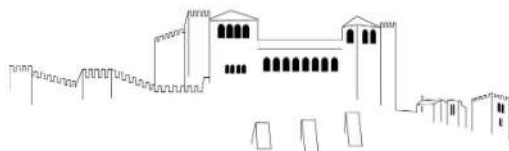
"Boa noite a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia cumprimento todos os que nos estão a ouvir.

Gostava aqui apenas de prestar alguns esclarecimentos no que diz respeito a esta situação. A medida que foi tomada foi tomada em 2016/2017, no ano letivo 2016/20217 porque a escola do Souto, o 1º ciclo, só tinha 29 alunos e no ano seguinte passaria a ter 21. Uma situação dessas, equivalente a estas muitas escolas do nosso concelho encerraram. Portanto, o que nós decidimos na altura, com a concordância do Ministério da Educação, é que estes 29 alunos, que passariam no ano seguinte a 21, alunos do 1º ciclo que estavam numa escola de 1945, que não tinha refeitório, que já iam almoçar ao jardim de infância todos os dias a pé, que passariam para o jardim de infância, um jardim de infância com 3 salas e neste estabelecimento de ensino a frequência dos alunos atualmente é de 39, mas, segundo o Ministério da Educação tem condições para receber 50 alunos, portanto, estamos muito aquém daquilo que o próprio edifício comporta. O que aconteceu é que ao fazermos esta transferência dos alunos, para além de melhorarmos as suas condições em termos de conforto, porque foram para salas com melhores condições, almoçam no estabelecimento de ensino, não precisam sair da escola. O que



Município de Leiria
Assembleia Municipal

acontece e que ao fazer esta mudança os alunos do Souto continuam no Souto, isto é, se não tivéssemos feito a mudança a escola do Souto possivelmente no ano letivo 2017/2018 teria encerrado e hoje as crianças do Souto teriam que estar ou na Caranguejeira ou na escola da Palmeiria e daí a nossa opção. Felizmente hoje os encarregados de educação do Souto têm os seus filhos no Souto, não precisam de ir para outras escolas da freguesia. E esta medida que tomámos, já tomámos noutras lugares do nosso concelho, e que resultou porquê? Porque o Ministério da Educação, quando os meninos do 1º ciclo estão juntos com jardins de infância, não fecha as escolas do 1º ciclo, portanto, mantém-se mesmo que os alunos, e temos uma situação este ano em que temos 7 alunos do 1º ciclo num jardim de infância e o Ministério deixou que as crianças se mantivessem no jardim de infância e, portanto, desde que haja um jardim de infância que as crianças do 1º ciclo estejam no mesmo edifício do jardim de infância, o Ministério não termina nesse lugar com o 1º ciclo. Portanto, temos várias experiências e daí a nossa aposta. Felizmente que tomámos esta medida porque até hoje continuamos a ter no Souto 1º ciclo e pré-escolar. Acredito que se não tivéssemos tomado esta medida só teríamos pré-escolar no Souto. Confesso que depois de visitar com o diretor e com o presidente de junta ainda este ano letivo, e agora no mês de outubro, este estabelecimento de ensino percebemos, claro que as crianças têm conforto, as salas, e posso dizer que as salas para o número de alunos que temos, temos 23 alunos distribuídos por 2 salas, salas onde cabem 25 crianças. Portanto, as crianças, inclusivamente uma das professoras sugeriu a possibilidade de se fechar uma sala para criar esses tais gabinetes que não são necessários, mas a professora fez essa sugestão e, portanto, isto significa que as salas são demasiadamente grandes para o número de alunos que temos, infelizmente, infelizmente que temos poucos alunos no Souto. Realmente esta foi a solução encontrada, permitiu até hoje o Souto ter 1º ciclo. Claro que vamos continuar, isto já foi também conversado com a própria associação de pais, encontrar as melhores soluções para criar maior conforto. A questão que levantou, por exemplo, no recreio foi uma solução que foi encontrada com os pais no ano letivo anterior, não é, criar uma rede à volta do campo. Este ano, esta associação de pais já não concorda com esta solução e pede para tirar essa vedação do campo. Nós vamos tentar, com a ajuda também da associação de pais, estamos a trabalhar com a direção da escola que é responsável não só pedagógica, mas também por tudo o que acontece ao nível da componente de apoio à família, é a direção da escola que toma as decisões e, portanto, estamos no trabalho de colaboração entre todas as partes para encontrar as melhores soluções que vão ao encontro dos anseios desta população. Agora, garanto-vos que as crianças numa escola que tem capacidade para 50 só temos 39, se as condições, e espero que assim aconteça, se houver um aumento demográfico, claro que a escola do Souto



Município de Leiria
Assembleia Municipal

terá de ser reabilitada, a escola do 1º ciclo, e aí sim, vamos levar as crianças para a escola do Souto com todas as condições, mas é necessário a decisão do Ministério da Educação e, acima de tudo, que haja um aumento de crianças e não aquilo que está a acontecer que é uma diminuição, infelizmente, das crianças no Souto. Portanto, posso dizer que em 2017 nós tínhamos 9 crianças no pré-escolar e 21 crianças no 1º ciclo. Este é um problema que não é só do Souto mas de muitas localidades do nosso concelho e nós tentamos tudo por tudo para que as escolas não encerrem e esta foi uma medida que tomámos e que, felizmente, correu bem e a escola ainda não encerrou. Muito obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – Iniciativa Liberal

Transcrição:

“Ouidas as duas partes, ainda assim penso que haverá situações que não estão completamente claras. Portanto, a mim parece-me que foram feitas obras no sítio errado. Fazendo aqui um enquadramento um bocadinho mais informal, existia uma escola, uma escola que era a escola básica que foi fechada e os alunos foram transferidos para a escola primária, o jardim de infância, o jardim de infância, desculpem. Essa escola para onde todos os alunos foram tanto quanto sei nunca sofreu nenhuma intervenção de fundo a nível de obras. O jardim é novo? Alguém me consegue precisar? É novo, o que é que é novo? Não é tão velho como outro, não é tão velho como o outro. Entretanto, a escola que foi fechada foi alvo de intervenção, intervenção feita, alegadamente, por volta de junho. Intervenção essa que a cara Tânia disse que foi feita no contexto do Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo termina a votação em outubro. Como é que o edifício foi, foram feitas obras nesse edifício em junho se só se sabe o resultado em outubro? Portanto, das duas uma... não?...posso ter tido aqui uma situação de ter confundido os anos, ok.

Ainda assim, fazendo o mea culpa dessa situação, ainda assim existe, portanto, um edifício que já foi uma escola e que foi intervencionado, que neste momento posso dizer que é mais novo do que aquele onde as crianças estão neste momento (...)”

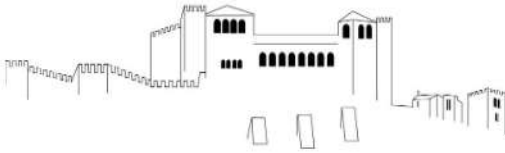
O senhor **Presidente da Assembleia, António Lacerda Sales**, pediu ao senhor deputado Telmo Marques que mantivesse a sua declaração e que não se estabelecesse diálogo.

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – Iniciativa Liberal (continuação)

Transcrição:

“Eu vou confirmar essa situação

O que me chegou é que o Orçamento Participativo tinha uma intervenção para a escola que tinha sido fechada. Se essa intervenção foi feita, essa escola, neste momento, tem muito melhores condições do que a que está aberta. O que eu tenho presente é que a escola foi fechada, foi intervencionado. A ser verdade isso, não faz sentido que as



crianças estejam numa escola que não foi intervencionada ainda. Eu vou confirmar essa situação, mas pronto, era esse o ponto que eu queria dizer.”

Intervenção da senhora deputada Filomena Carvalho – CDS-PP

Transcrição intervenção escrita:

“Petição reescrita dado o adiantado da hora, contudo gostaríamos que, se possível, constasse em ata não só a exposição oral efetivamente apresentada com a preparada previamente.

Exposição oral apresentada: Manifestamos a nossa indignação pelo facto de a petição a apresentar pela Múncipe Tânia ter sido deixada para o fim, quando seria expectável a demora desta sessão. Não é cordial que estes nossos “convidados mais interventivos” sejam deixados para o fim, pois deviam ser os primeiros.

A acreditar na descrição trazida pela Tânia, mãe de crianças que frequentam este espaço, e nós acreditamos, parece-nos que esta petição é um claro exemplo no qual podemos aplicar “o superior interesse da criança e, conseqüentemente, da Comunidade do Souto de Cima.

Quais são afinal as nossas prioridades enquanto Estado Social? Que prioridade têm as nossas crianças, as gerações mais novas e as futuras no nosso Município?

Exposição oral preparada: Quais são afinal as nossas prioridades enquanto Estado Social? Que prioridade têm as nossas crianças, as gerações mais novas e as futuras no nosso Município?

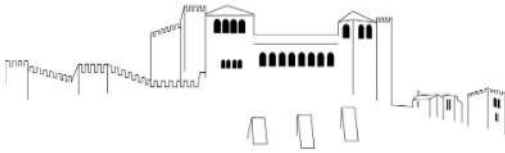
Este é um claro exemplo no qual podemos aplicar “o superior interesse da criança”. Parece-nos, pois, razoável que uma Escola fechada possa acolher 16 crianças do ensino pré-escolar que podem ter um espaço exterior envolvente maior e que deixam de estar confinadas o dia inteiro a uma sala sem luz natural, na qual realizam todas as suas atividades.

Parece-nos razoável que estas crianças possam nessa Escola fechada, fazer as suas sextas num ambiente calmo e tranquilo sem que outras crianças as impeçam de exercer este seu direito ao descanso.

Parece-nos razoável que 23 crianças do ensino primário e 16 crianças do ensino pré-escolar possam estar em Escolas diferentes, que aliás já existem, e conseqüentemente, terem uma melhor Escola, um melhor ensino e uma melhor qualidade de vida enquanto crianças, sem que isso implique um custo demasiado alto do ponto de vista financeiro.

Temos que ser verdadeiros e perguntarmo-nos quantos de nós com filhos nestas idades os colocaríamos naquela escola concreta. É importante ver para crer.

Certamente a relação custo-benefício neste caso parece-nos evidente. Tanto assim que temos pais claramente disponíveis para a agilização de meios.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Afinal, importa pensar o que se fez de menos bem para despoletar esta pertinente petição."

Intervenção do senhor deputado Ley Garcia – PSD

Transcrição:

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, meus senhores e minhas senhoras.

A concentração de meios é, por norma, economicamente vantajosa e facilita a sua gestão. Contudo, quando os meios não são devidamente adaptados à concentração podem surgir problemas no sistema, como aliás aconteceu com o Centro Hospitalar de Leiria.

Parece que, no caso desta junção de escolas, aconteceu o mesmo, ou seja, o espaço atual não ser o adequado para os dois níveis de ensino.

Ouvimos o Diretor do agrupamento de Escolas e ele colocou a hipótese de alguns pais colocarem os seus filhos noutros estabelecimentos por causa das fracas condições existentes, sendo provável de que se houvessem melhores condições as colocariam antes aqui nesta localidade.

Para reforçar esta hipótese temos o exemplo do jardim de infância do Azabuco e Campo Amarelo. Em 1999 esteve para encerrar por falta de crianças. Criou-se uma associação de pais através da qual se começou a prestar um serviço de refeições e de prolongamento de horário. Graças a isso o número de crianças mais do que triplicou no espaço de dois anos... e ainda hoje se mantém a funcionar.

Sobre este assunto ainda tentamos ouvir a opinião da Sra. Presidente da junta de freguesia de Caranguejeira, mas ela preferiu não se pronunciar.

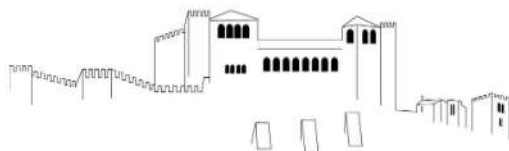
Assim, face à informação disponível, que não contempla os custos de uma eventual mudança do ensino pré-escolar dos Soutos para a antiga Escola EB do Souto de Cima (que teve obras de requalificação), e aos argumentos apresentados pela petionária que reflete a vontade de pelo menos 250 pessoas daquela localidade, somos de apoiar esta petição com o nosso voto favorável, pois entendemos que o município deve ir ao encontro das populações indígenas e não nortear-se por políticas economicistas cegas."

Intervenção do senhor deputado Fernando Elias – PS

Transcrição:

"Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes aqui nesta sala e as pessoas que se encontram em casa.

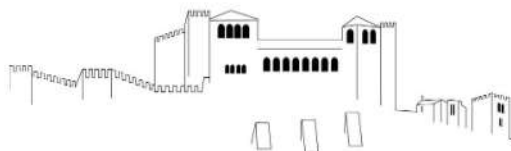
Começo por pedir, agradecer a vossa atenção, é tardíssimo, mas há uma coisa que é fundamental nas nossas vidas que é a forma como o sistema educativo é regulado e gerido. Ao longo do anterior mandato vim aqui algumas vezes relevar um aspeto que me parece fundamental e que os cidadãos de Leiria inequivocamente devem estar orgulhosos, bem como o Município, relativamente àquilo que tem sido a condição de



Município de Leiria
Assembleia Municipal

proximidade, de diálogo, de visão estratégica e empenho de requalificação dos espaços da educação pré-escolar e 1º ciclo no nosso concelho de Leiria. Podemos-nos orgulhar dessa requalificação. Custa-me enquanto profissional da educação com mais de 45 anos nesta vida admitir que haja num clima a proximidade de alguém que não fomenta o diálogo, não procura a proximidade e que sobretudo não consiga fazer, estabelecer pontes e é minha clara convicção, fruto da experiência diária de gestão de uma escola, do trabalho de proximidade, quer no Conselho Municipal de Educação numa outra função, quer como elemento que tem uma relação direta com o Município e com a Vereação, custa-me, repito, a admitir que não tenha havido um clima de entendimento entre famílias, entre direção, entre junta de freguesia no sentido de se avaliarem as condições nos diferentes estabelecimentos. É inequívoco que a política do Ministério, independente de podermos considerar que ela é válida ou não, assentou muito nos últimos anos numa lógica de fechamento ou suspensão do funcionamento das escolas que tivessem 21 alunos ou menos de 21 alunos. E nós sabemos que a qualidade do serviço educativo que se presta numa localidade é a condição fundamental para a fixação da população. Quem tem a responsabilidade de gerir o Município, de certeza que não toma decisões unívocas e não toma decisões por consenso que sejam contrárias àquilo que deve ser uma boa política na gestão dos recursos e do planeamento curricular educativo num processo que envolva o sistema educativo, e, portanto, eu entendo que esta situação é clarificada de uma forma muito simples. Na escola onde se diz que houve obras de conservação, de facto houve, mas não da profundidade para se adaptar espaços à prática de organização educativa curricular para o 1º ciclo. O que houve foi, como esse espaço podia ser utilizado para o bem comum dessa comunidade fizeram-se obras meramente ajustadas a essa finalidade e não para a finalidade educativa. Na outra escola, de fato, tendo muito melhores condições fez-se uma coisa que é essencial. Permitam-me eu falar de uma coisa que domino bem, noutras não domino nada, é que cada vez mais se trabalha numa lógica da necessidade da integração curricular, a visão do processo educativo, mas, fundamentalmente, na transição de ciclos sendo que é fundamental como preditor de sucesso educativo nos anos sequenciais, que são os níveis comerciais, a ligação que se estabelece entre a educação pré-escolar e o 1º ciclo. Há em Leiria, concelho, vários exemplos, eu tenho quatro no meu agrupamento, em que há funcionamento num só edifício da educação pré-escolar com o 1º ciclo e os resultados, o sucesso escolar e a formação integral dos jovens, a projeção do projeto educativo, do plano educativo, do plano anual de atividades, peço desculpa, transversal, vertical e horizontal é muito mais eficaz.

Última nota, prende-se com o aspeto que é de todo importante e que tem a ver com a capacidade de diálogo entre as pessoas. Naturalmente sob conceção de escola, sobre



Município de Leiria
Assembleia Municipal

aquilo que nós consideramos que é melhor para cada um dos nossos filhos ou para cada um dos processos educativos temos pontos de vista diferentes e a congregação, a convergência de pontos de vista é que ilumina a educação. A educação não se faz pelo pensamento de uma pessoa ou duas, faz-se pela proximidade das pessoas, faz-se por visão estratégica, faz-se por investimento, quer em meios materiais quer em humanos e eu como cidadão de Leiria, como profissional da educação custa-me profundamente admitir que não tenha havido o cuidado, quer no diálogo, quer na proximidade, quer na criação das condições que sejam elas as condições suficientes. Não há na educação situações ideais, as suficientes para se promover naquele espaço onde se fizeram a fusão de dois níveis as melhores condições para o desenvolvimento integral dessas crianças. Tenho dito. Obrigado.

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – Iniciativa Liberal

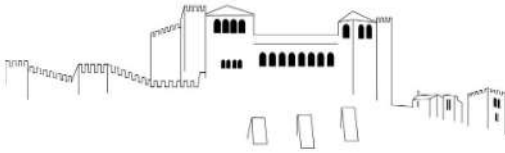
"Portanto, muito sucintamente fui confirmar com a dona Tânia e fui confirmar a questão do Orçamento Participativo. Vamos a fatos, a escola que foi intervencionada foi a antiga EB que está fechada. As obras foram feitas por volta de junho, alegadamente, o Orçamento Participativo 21/22 terminou a votação a 29 de outubro. Se as obras foram feitas, portanto aqui é a minha questão, se as obras foram feitas para museu como é que são feitas em junho? é a minha questão. Se as obras foram feitas em junho como é que são feitas se a votação termina em outubro 21/22? Se foram feitas para museu, como é que isso se faz? Se não foram feitas para museu então foram feitas para quê porque para escola não foi.

Pronto, estas são as minhas duas questões."

Intervenção do senhor deputado Acácio Sousa – PS

Transcrição:

"Vou ser muito rápido, estamos a tratar de um assunto que, de fato, quando toca em crianças e escola é sempre de grande delicadeza e grande sensibilidade, isso é verdade, mas aqui também temos que ver realmente os argumentos e razões técnico pedagógicas que foram aqui avançadas, não só pela senhora Vereadora, mas também pelo senhor deputado Fernando Elias percebendo nós, realmente, a delicadeza desta situação para os pais. Agora, no que toca para além daquilo que seja a intenção de voto de cada um há aqui uma situação delicada que se pode levantar com o Orçamento Participativo. Aquilo que foi feito em termos de obras na escola, de pintura, não teve a ver com o Orçamento Participativo foi feito, não sei porquê. O Orçamento Participativo teve outro calendário, agora, a verdade é que vindo proveniência da comunidade ou de alguém da comunidade do Souto veio uma proposta para o Orçamento Participativo, foi tecnicamente aprovada, foi votada e, portanto, para o edifício da escola, ou seja, há neste momento uma situação votada e aprovada em sede de Orçamento Participativo que pode entrar em colisão,



Município de Leiria
Assembleia Municipal

eventualmente com a aprovação desta petição, para além para além das razões técnico pedagógicas que se possam levantar ainda. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, disse que conhecendo bem as duas escolas em causa e respeitando aquilo que são as expectativas, as preocupações dos pais relativamente às condições de funcionamento no mesmo recinto, quer do pré-escolar, quer do 1º ciclo pretendia deixar um desafio, que foi sublinhado pelo deputado Fernando Elias e pela própria Vereadora, todo o processo assenta sempre em entendimentos e em diálogo para a escolha das melhores soluções. De forma sincera disse não saber como está agora a escola do 1º ciclo. Não existindo refeitório, mantendo as condições que eram antigas, embora com as tais intervenções ligeiras de remodelação, não lhe parece o sítio mais apropriado também para funcionar o pré-escolar, mas pode estar enganado. Não existindo as condições anteriormente descritas não lhe parece que as crianças fiquem em melhor situação.

No entanto, reconheceu que a petição também é uma abertura, é uma manifestação de preocupação, uma visão sobre aquilo que é melhor localização para as crianças. Referiu que haverá naturalmente um trabalho a fazer durante os próximos tempos em articulação com os pais, com a associação de pais. Terminou dizendo que a Câmara encontra-se perfeitamente aberta para poder avaliar aquilo que são as soluções mais adequadas em diálogo com todos.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António Lacerda Sales**, colocou o **Ponto 7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **reprovar por maioria, com 12 votos a favor** (9-PSD, 1-CHEGA, 1-CDS-PP, 1-IL) **e 6 abstenções** (2-PS, 3-PSD, 1-BE) a **Petição “Reabertura da antiga EB do Souto de Cima para o ensino pré-escolar”**.

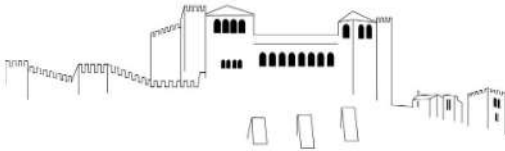
DECLARAÇÃO DE VOTO

Intervenção do senhor deputado **Hugo Morgado – CHEGA**

Transcrição:

“O CHEGA votou favoravelmente esta petição para honrar e respeitar esta iniciativa da munícipe Tânia Santos, que é sempre de louvar e de respeitar, e também como forma de desafiar o próprio Município de uma forma ou outra a ouvir os pais na busca de melhores condições de ensino e das escolas dos nossos jovens porque quem sabe se a escola tem condições ou não, quem sabe o que é melhor para os filhos são as famílias, são os pais e acrescento também os professores, e não podemos reduzir ou tratar as crianças como números, obrigado.”

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, terminou dizendo estarem abertos ao diálogo e lançou um desafio aos deputados. Convidou um deputado de cada um dos diversos partidos a visitar a escola em causa para depois poderem ter uma visão mais



Município de Leiria Assembleia Municipal

exata sobre aquilo que se está a falar. Referiu ainda não ser um dossier fechado estando sempre tudo em aberto e em constante evolução e por isso gostaria muito que visitassem a escola juntamente com os elementos da vereação da educação para depois poderem ter uma avaliação mais correta.

De seguida foram colocados a votação os pontos 2 a 7 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria **deliberado por unanimidade**, a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Artº 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

Por último senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António Lacerda Sales**, agradeceu a resistência e resiliência de todos tendo chamado a atenção para algo muito importante, o desígnio da representatividade local está acima de qualquer outra função. Referiu que, provavelmente como muitos dos presentes, no dia seguinte teria de estar a trabalhar às 7 da manhã, mas o desígnio da representatividade local está acima de qualquer outra função e, portanto, agradecendo aquilo que foi a resistência e a resiliência de todos num regime democrático de representatividade, este desígnio de representatividade local, é de opinião que devem estar todos preparados para este tipo de situações e para este tipo de missão que é uma missão pública.

ENCERRAMENTO

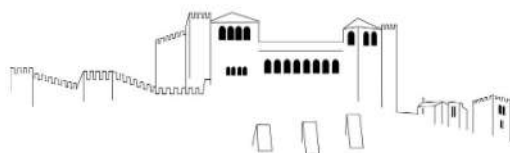
E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia, encerrada a sessão, eram **03h30** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 29 de abril de 2022, deliberou **por maioria, com 1 abstenção** (PCP), **aprovar a ata**.

O Presidente da Assembleia
António Lacerda Sales



Município de Leiria
Assembleia Municipal

A Técnica Superior
Catarina Isabel dos Santos Clemente
